

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS

NILSON ROBERTO TAQUES

OS AGROECOLOGISTAS DE GUARAPUAVA – PR: PERSPECTIVAS E ACESSO
ÀS POLÍTICAS QUE INCORPORAM A AGROECOLOGIA.

PONTA GROSSA
2014

NILSON ROBERTO TAQUES

OS AGROECOLOGISTAS DE GUARAPUAVA – PR: PERSPECTIVAS E ACESSO
ÀS POLÍTICAS QUE INCORPORAM A AGROECOLOGIA

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa, área de concentração Cidadania e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha.

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Danuta Estrufika Cantóia Luiz.

PONTA GROSSA

2014

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

T175 Taques, Nilson Roberto
Os agroecologistas de Guarapuava - PR:
perspectivas e acesso às políticas que
incorporam a agroecologia/ Nilson Roberto
Taques. Ponta Grossa, 2014.
108f.

Dissertação (Mestrado em Ciências
Sociais Aplicadas - Área de Concentração:
Cidadania e Políticas Públicas),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre
Gonçalves Cunha.

Coorientadora: Prof^a Dr^a Danuta
Estrufika Cantóia Luiz.

1.Agricultura familiar. 2.Agroecologia.
3.Políticas públicas. 4.Sociedade civil.
I.Cunha, Luiz Alexandre Gonçalves. II.
Luiz, Danuta Estrufika Cantóia. III.
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas.
IV. T.

CDD: 630.274.5

TERMO DE APROVAÇÃO

NILSON ROBERTO TAQUES

“OS AGROECOLOGISTAS DE GUARAPUAVA-PR: PERSPECTIVAS E ACESSO ÀS POLÍTICAS QUE INCORPORAM A AGROECOLOGIA.”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Ponta Grossa, 17 Setembro de 2014.

Assinatura pelos Membros da Banca:

.....
Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha - UEPG – Presidente

.....
Prof. Dr. Alfio Brandenburg – UFPR

.....
Profa. Dra. Edina Schimanski – UEPG

.....
Profa. Dra. Lenir Ap. Mainardes da Silva – Suplente - UEPG

AGRADECIMENTOS

Muitos são os que me ajudaram e contribuíram para que eu pudesse estar concluindo mais esta etapa em meus estudos.

Agradeço a Deus pelo dom da Vida e pelo discernimento.

À minha família pelo incentivo e motivação.

Ao meu orientador professor Luiz Alexandre Gonçalves Cunha pelo apoio e pelas orientações que foram fundamentais nesta caminhada.

À professora Danuta, co-orientadora, e à professora Jussara.

A todos os professores e professoras do mestrado.

Aos colegas de turma, pela amizade e troca de ideias. Aos amigos Tomas e Bruna. Obrigado!

À Emilie, Rosangela e Solange valeu pelo incentivo e pelos ensinamentos!

Aos agroecologistas de Guarapuava pelo empenho em fazer com que a agroecologia aconteça e contribua para a melhoria da qualidade de vida de todos.

A CAPES pelos subsídios para a realização desta pesquisa.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para que eu pudesse concluir esta pesquisa.

Obrigado!

“Herdei um campo onde o patrão é rei.
Tendo poderes sobre o pão e as águas.
Onde esquecidos vive o peão sem leis.
De pés descalços cabresteando mágoas.
O que hoje herdo da minha grei chirua.
É um desafio que a minha idade afronta.
Pois me deixaram com a guaiaca nua.
Pra pagar uma porção de contas”.
Vainê Darde

RESUMO

O objetivo da pesquisa é identificar as formas, impasses e perspectivas de acesso dos agroecologistas de Guarapuava – PR às políticas públicas que incorporam o fomento à agroecologia. Trata-se de pesquisa qualitativa exploratória, utilizando-se de revisão de literatura, análise documental, entrevista semiestruturada e análise de conteúdo. O recorte espacial corresponde ao município de Guarapuava. A pesquisa qualitativa baseou-se no depoimento de três agroecologistas e um representante governamental. O arcabouço teórico-conceitual fundamenta-se na teoria do Estado de inspiração gramsciana. Defende-se que as políticas públicas agroecológicas surgem no contexto de revalorização da agricultura familiar que se concretiza na década de 1990 no Brasil como resposta aos movimentos sociais rurais que se mostravam bastantes ativos naquela década. Nesse contexto, estes movimentos mostraram-se como contra-hegemônicos e conseguiram abrir espaços políticos na estrutura burocrática do Estado em consonância com seus projetos. No entanto, depararam-se com grupos hegemônicos (agronegócio burguês) que tem suas raízes ligadas à formação do estado nacional e ao latifúndio, contando ainda hoje com forte representatividade política junto ao Estado. Trazendo aspectos relevantes das forças das oligarquias rurais em nosso país; mostra-se como o agronegócio burguês integra-se ao modelo hegemônico de modernização da sociedade brasileiro e a luta da agricultura familiar no Brasil em viabilizar um projeto contra-hegemônico. Com muitos aspectos condizentes com os da agricultura familiar, a agroecologia, pautada pela sociedade civil, opõe-se ao agronegócio burguês e busca intervenção estatal, em especial com implementação de políticas públicas que possibilitem afirmação e desenvolvimento desta prática produtiva baseada na sustentabilidade econômica, social e ambiental. Conclui-se que em Guarapuava a agroecologia encontra-se fragilizada pelo grau de organicidade dos movimentos sociais agroecológicos e por estar inserida num contexto político municipal com fortes traços das oligarquias rurais bastantes presentes no cenário político, econômico e social municipal, ajudando para que prevaleça a hegemonia do agronegócio burguês e interferindo na relação entre o poder público local e as organizações ligadas a agroecologia.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Agroecologia. Políticas públicas. Sociedade civil.

ABSTRACT

The aim of this study is to identify the agroecologists' perspectives, setbacks and accessibility to the public policies which incorporate the foment to the agroecology in Guarapuava Pr. The research is based on qualitative exploratory data using literature review, documental analysis, semi-structured interviews and content analysis. The spatial cut corresponds to the city of Guarapuava. The theoretical-conceptual framework was founded on the theory of Gramscian Inspirational State, which supports that the agroecologic public policies appear in the context of the reevaluation of the family farming which was established in the 90' in Brazil, in response to the rural social manifestations very active in that decade. These manifestations were counter-hegemonic and were able to open political opportunities in the State bureaucratic structure. Nevertheless, these agroecologists face hegemonic groups whose roots are linked to the national state formation and to the large landed estate, and even at the present time, count on solid political representativeness. The bourgeois agribusiness integrates the hegemonic model of modernization of the Brazilian society, whereas family farming in Brazil struggles to make an alternative project viable. The agroecology present in this project is regulated by the civil society, which is opposed to the bourgeois agribusiness, and seeks the support of the state intervention specially with the implementation of public policies that enable the establishment and development of this productive practice based on economical, social and environmental sustainability. In Guarapuava, the option for agroecology is weakened by the low degree of organicity of the agroecologic social movements, and moreover, to be inserted in a political context dominated by rural oligarchies which intervene in the relationship between the local public policies and the organizations related to agroecology.

Key words: Family farming. Agroecology. Public policies. Civil society.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Ações do governo para a agroecologia.....	75
Quadro 2 - Acesso às políticas que incorporam a agroecologia	79
Quadro 3 - Incentivo governamental para produzir de forma agroecológica	82
Quadro 4 - Estratégias fundamentais para o desenvolvimento da agroecologia em Guarapuava	84
Quadro 5 - Motivações para produzir de forma agroecológica	90
Quadro 6 - Do ponto de vista governamental qual a maior dificuldade que os agroecologistas têm para buscar apoio	92
Quadro 7 - Fale um pouco de sua experiência enquanto agroecologista	93

LISTA DE SIGLAS

Aeco	Agricultor Ecologista
Agov	Agente governamental
APA	Área de Preservação Ambiental
ANSAMA	Associação Agroecológica Nossa Senhora Aparecida de Monte Alvão
ASIMP	Associação Imbuia Pesquisas
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CEMPO	Centro Missionário de Apoio ao Campesinato Antônio Tavares
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
GGPAA	Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos
IEEP	Instituto Equipe de Educadores Populares
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	Instituto Paranaense do Desenvolvimento Econômico e Social
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC/FNDE	Ministério da Educação/Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação
MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar
MPA	Movimento dos Pequenos Proprietários
MST	Movimento Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PGPM	Política de Garantias de Preço Mínimo
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SETI	Secretaria de Ciência Tecnologia e Ensino Superior
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro Oeste

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O ESTADO BRASILEIRO	14
1.1 CONCEPÇÕES CLÁSSICAS ACERCA DO ESTADO	14
1.2 SOCIEDADE CIVIL E SEU PAPEL JUNTO AO ESTADO	19
1.3 PARTICULARIDADES DO ESTADO BRASILEIRO	26
2 AGROECOLOGIA E MOVIMENTO CONTRA-HEGEMÔNICO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.....	35
2.1 A HEGEMÔNIA DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL.	35
2.2 AGRICULTURA FAMILIAR E A LUTA CONTRA O PROJETO HEGEMÔNICO DO AGRONEGÓCIO BURGUEÊS BRASILEIRO.	45
2.3 AGROECOLOGIA NO PROJETO CONTRA-HEGEMÔNICO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	51
3 OS AGROECOLOGISTAS DE GUARAPUAVA, PODER PÚBLICO E AS POLÍTICAS QUE INCORPORAM A AGROECOLOGIA.	59
3.1 - POLÍTICAS PÚBLICAS QUE INCORPORAM A AGROECOLOGIA.....	59
3.2 - OS AGROECOLOGISTAS DE GUARAPUAVA E AS PERSPECTIVAS DE ACESSO ÀS POLÍTICAS QUE INCORPORAM A AGROECOLOGIA.	69
3.3 A AGROECOLOGIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS SOB A PERCEPÇÃO DOS AGROECOLOGISTAS DE GUARAPUAVA.....	75
CONCLUSÃO	99
REFERÊNCIAS	102

INTRODUÇÃO

A Agricultura familiar¹ brasileira, por um longo período, teve sua importância desconsiderada para o desenvolvimento econômico e social do país. Mas a partir da década de 1990 vem ganhando força e visibilidade, isso é fruto de um processo de luta e organização dos movimentos sociais do campo e da articulação com outros movimentos e organizações que tenham afinidade com as reivindicações do setor. De tal forma se exerce uma pressão sob o Estado a desenvolver ações, programas e políticas voltadas para atender essa pauta de demandas da agricultura familiar.

A agroecologia, acompanhando esse processo de fortalecimento e reconhecimento da agricultura familiar, vem ganhando visibilidade e buscando espaço na pauta de demandas por ações e políticas públicas junto ao Estado. Aliada a agricultura familiar vem se contrapondo à hegemonia do agronegócio burguês, contribuindo para o surgimento de um projeto contra hegemônico.

O trabalho tem por objetivo identificar e analisar as formas e perspectivas de acesso dos agroecologistas do município de Guarapuava – PR às políticas públicas que incorporam a agroecologia. Para tanto será abordada a questão do desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil, procurando mostrar a relação dela com a agroecologia e o papel dos movimentos sociais ligados a ambas exercendo papel importante no sentido de reivindicar intervenção estatal para os setores, bem como o jogo de forças interesses entre a agricultura familiar englobando junto à agroecologia versus o agronegócio burguês.

¹ Agricultura familiar é entendida aqui conforme disposto na LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006, onde a mão-de-obra utilizada nas atividades econômicas de seu empreendimento seja em sua grande maioria familiar; não detenha área maior que 4 módulos fiscais; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo poder executivo propriedade II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento. (BRASIL. LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>, acesso em 13 de janeiro de 2013).

Do ponto de vista metodológico trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória. Para Minayo (2006) a pesquisa qualitativa configura-se como uma estratégia de compreensão das instituições, atores e grupos no que diz respeito a valores culturais e representações sobre a história e temas específicos; como por exemplo, a relação entre instituições e movimentos sociais bem como processos históricos, sociais e de implantação de políticas públicas.

O que se pretende com este estudo é ter um entendimento mais sólido e concreto sobre como os agroecologistas de Guarapuava tem acessado às políticas que de alguma forma contemplam a agroecologia. Seguindo os preceitos de Triviños (2011, p. 109-110) sobre estudos exploratórios:

[...] O pesquisador parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo nos limites de uma realidade específica, buscando antecedentes, maior conhecimentos para, em seguida, planejar uma pesquisa descritiva ou de tipo experimental. [...] Então o pesquisador planeja um estudo exploratório para encontrar os elementos necessários que lhe permitam, em contato com determinada população, obter os resultados que deseja. [...] Pensa-se que a realização de um estudo exploratório, por ser aparentemente simples, elimina o cuidadoso tratamento científico que todo pesquisador tem presente nos trabalhos de pesquisa. Este tipo de investigação, por exemplo, não exige a revisão da literatura, as entrevistas, o emprego de questionário etc..., tudo dentro de um esquema elaborado com a severidade característica de um trabalho científico (TRIVIÑOS 2011, p. 109 - 110).

Esta pesquisa está delimitada ao município de Guarapuava, onde com base informações do Projeto “Centro Mesorregional de Difusão de C&T das Regiões Centro e Centro Sul: Formação humana e potencialização econômica da cultura agroecológica.” (CV 77/09 IEEP²/ SETI/ Fundação Araucária através do programa Universidade Sem Fronteiras), existem 45 famílias produzindo de forma agroecológica. Através deste projeto foi realizado um mapeamento dos agroecologistas. Nesse trabalho foram visitados e entrevistados agricultores que trabalham com práticas ecológicas de produção, também foram tirados pontos de GPS da localização das propriedades destes agricultores. Abrangendo 24 municípios das regiões: Centro, Centro Oeste e Centro Sul do Paraná. Teve como objetivos dar visibilidade a esses agricultores e agricultoras que trabalham com alguma prática produtiva de base ecológica, propiciar um entendimento mais

² O IEEP é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Irati – PR. Atua na assessoria de movimentos sociais na área determinada pelo Bioma Floresta com Araucária, que abrange as regiões Centro-Sul, Campos Gerais e Centro do Estado do Paraná.

fundamentado e amplo da agroecologia nessas regiões e aumentar a articulação e organização desses atores sociais em torno da agroecologia.

Para a escolha dos sujeitos da pesquisa foram observados alguns critérios, tais como: ser agricultor ecologista, envolvimento com associações de agroecologistas, experiência na comercialização de produtos agroecológicos e capacidade de liderança e representatividade. Dos agroecologistas entrevistados, um é membro de associação fazendo parte da diretoria; outro além de ser membro de associação trabalhou diretamente na comercialização de produtos agroecológicos via PAA e PNAE; e o terceiro é um agricultor ecologista sem muita ligação com associações. Também foi selecionado um representante governamental, haja vista que o acesso às políticas que de alguma forma incorporam a agroecologia passa diretamente pelo governo.

Quanto ao número de sujeitos envolvidos nesse tipo de pesquisa prima-se pela representatividade e não pela quantidade. Assim Martinelli (1999, p. 24) afirma que:

O importante, nesse contexto, não é o número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esse sujeitos têm, em função do que estamos buscando com a pesquisa. A riqueza que isso traz para o pesquisador é muito importante, permitindo-lhe aprofundar efetivamente, na relação sujeito-sujeito, o seu objeto de análise (MARTINELLI, 1999, p. 24).

Sendo assim, foram entrevistados três (3) agricultores ecologistas e um (1) representante governamental do município de Guarapuava que atua diretamente junto às políticas voltadas para a agricultura familiar e que de alguma forma envolvem a agroecologia.

Explicitando ainda a metodologia, num primeiro momento foi realizado um levantamento bibliográfico de autores e obras que abordam a temática. Seguindo, realizou-se a pesquisa documental, em especial sobre como a agroecologia está inserida nas políticas públicas e em alguns programas governamentais. Depois foram realizadas entrevistas semiestruturadas e por fim realizou-se a análise de conteúdo. Esta, conforme Bauer (2008, p. 203) configura-se como um método que se desenvolveu dentro das ciências sociais empíricas.

[...] A metodologia da análise de conteúdo possui um discurso elaborado sobre qualidade, sendo suas preocupações-chave a fidedignidade e a validade, provindas da psicometria. As limitações destes critérios, contudo, se mostram no dilema da fidedignidade-validade. [...] acrescento coerência e transparência como dois critérios a mais para a avaliação de uma boa prática na análise de conteúdo (BAUER, 2008, p. 203).

Observando estes quatro fatores fundamentais para uma boa análise de conteúdo que se pretende concluir este trabalho obtendo resultados com validade científica e que propiciem melhor conhecimento da temática estudada e em especial, tornem-se subsídios para futuras intervenções no sentido de otimizar os resultados quanto à questão do acesso dos agricultores ecologista frente às políticas públicas para a agroecologia.

Ao tratar de agroecologia nas políticas públicas sem dúvida terá que ser realizada uma abordagem da agricultura familiar no Brasil, e para tanto é pertinente considerar o desenvolvimento da agricultura nacional como um todo e aspectos singulares da formação de nosso Estado.

Assim, no primeiro capítulo serão abordados alguns aspectos da formação do Estado brasileiro; em especial a influência das oligarquias rurais sobre esse, ocupando lugar privilegiado e muitas vezes utilizando-se do Estado para manter-se enquanto classe hegemônica. Ao trabalhar alguns destes aspectos são perceptíveis o coronelismo e patrimonialismo em nosso Estado. Em seguida procura-se integrar essa visão patrimonialista às transformações em nossa sociedade e ao desenvolvimento do Estado até evidenciarem-se características que integra ele aos conceitos e teoria de Gramsci.

No capítulo seguinte, trata-se do projeto hegemônico do agronegócio burguês no país e como se deu o processo de desenvolvimento da agricultura brasileira; buscando identificar alguns aspectos deste processo que contribuíram para a desigualdade entre o agronegócio e a agricultura familiar, abordando a modernização conservadora ou “Revolução verde”, financiada pelo Estado. Tal processo favoreceu o agronegócio e o latifúndio. Procura-se mostrar a hegemonia do agronegócio burguês e a relação de forças deste com a agricultura familiar (contra-hegemônica) trazendo junto com ela a agroecologia. Onde em especial a partir da década de 1990 vem buscando cada vez mais atenção estatal no sentido de intervir desenvolvendo ações que venham possibilitar o fortalecimento da agricultura familiar e agroecologia. Ressaltando a importância dos movimentos sociais ligados à temática nesse processo.

O terceiro capítulo irá tratar das políticas e programas que incorporam a agroecologia. Também, far-se-á uma breve contextualização da agricultura em

Guarapuava, seus fatores determinantes e suas relações com fatores a níveis nacionais; em seguida, procurando entender com se dá o acesso dos agroecologistas do município às políticas e programas que incorporam a agroecologia, será realizado a análise das entrevistas semiestruturadas realizadas com os sujeitos da pesquisa. Por fim, com base no referencial teórico e na metodologia proposta para este trabalho, serão realizadas as considerações finais.

1 O ESTADO BRASILEIRO

1.1 CONCEPÇÕES CLÁSSICAS ACERCA DO ESTADO

O Estado é estudado há séculos e diversas são as teorias acerca de sua função bem como sua relação com a sociedade. Embora muito importantes e até mesmo elucidadoras, não nos importa aqui fazer abordagem de todas. É quase que unânime que estudos mais importantes acerca do Estado nos remontam aos chamados contratualistas, que tem como seus principais representantes John Locke, Thomas Hobbes e Jean Jacques Rousseau. Estes discutiam em especial o fato de o Estado ser fruto de um pacto ou um Contrato Social, embora com pontos de vista diferentes sobre esse Contrato Social, a ideia central destes autores é acerca da legitimidade do poder.

Welfort (1999) mostra alguns aspectos distintos destes filósofos Jusnaturalistas³. Para ele, em Hobbes os homens celebram esse pacto social por que temem uns aos outros. No Estado de Natureza os homens atacam uns aos outros. Não existia sociedade antes do pacto social. Para Looke no Estado de Natureza os homens vivem harmoniosamente, celebram o pacto social para garantir os direitos civis, não é um pacto motivado pelo medo e de submissão como em Hobbes, mas sim de livre e espontânea vontade, por consenso. Já em Rousseau, o pacto social deve primar pela vontade geral, essa deve sempre prevalecer sobre os interesses particulares. Mesmo com alguns aspectos distintos há uma centralidade no pensamento destes autores.

Quem bem destaca isso é Costa (2013), para ela, esse (legitimidade do poder) é o ponto em comum da discussão entre esses três autores, destaca ainda

³ Jusnaturalismo trata-se de uma doutrina ou sistema de normas que tem como base o direito natural, os jusnaturalistas defendem que o direito natural deve prevalecer em relação ao direito positivo, pois é anterior a esse, de tal forma, é considerado como universal. (exemplo de direito natural: direito á liberdade e direito á vida). (fonte o autor).

que essa legitimidade que tem como figura principal o Estado pode ser tanto por coerção quanto por consenso. Sendo assim, o Estado possui o monopólio legítimo da violência, podendo cercear até mesmo de forma violenta quem contra ele se voltar, afinal ele é fruto de um pacto social e deve fazer valer sua legitimidade e legalidade mesmo que para isso seja necessário o uso da força.

Depois destes pensadores contratualistas entram em cena no século XIX Marx e Engels. Conforme Costa (2013) este século especialmente pela influência das teorias destes pensadores é marcado pelos questionamentos acerca da legitimidade do poder do Estado.

Souza e Domingues (2009) afirmam que Marx e Engels foram os criadores do materialismo histórico. Tal teoria foi desenvolvida como crítica ao idealismo tecendo um pensamento em que as relações de produção influenciam no pensamento dos homens, ou seja, criticam um idealismo abstrato. Para eles o acesso aos meios materiais para a vida e as relações de produção vão moldando a consciência humana, e, conseqüentemente são também moldados por ela.

Marx e Engels sendo, autores do chamado “materialismo histórico”, entendem que os fatores econômicos e de produção da vida material, são os principais determinantes nas relações sociais e nos fatores políticos da vida dos cidadãos. Claramente entendem o Estado como um “Estado de classes”, mas a serviço de apenas uma delas, a dominante, ou burguesia. Desta forma não é legítimo, afinal está representando os interesses de uma única classe. O Estado, na concepção deles é o “comitê executor da burguesia”, um Estado restrito que oprime o proletariado, e deveria ser tomado por “assalto” por essa classe, tanto é que no “Manifesto do Partido Comunista” convoca todos os trabalhadores (trabalhadores do mundo inteiro, uni-vos) para romper com essa dominação burguesa e com esse Estado classista e restrito.

Comumente, essa ideia de Marx e Engels de romper com a burguesia e tomar o Estado é mal interpretada. Liga-se isso a ideia de quebrar máquinas, invadir terras e fábricas. Costa (2013) explica que a centralidade dessa ideia consiste na capacidade de o Estado em decidir sobre o investimento, algo que a burguesia não abre mão, e isso só aconteceria se o proletariado ocupasse o Estado.

Ao passo em que se leva em consideração o pensamento dos contratualistas e marxistas sobre o Estado, percebe-se a distinção entre duas correntes. Na contratualista fica evidente que o Estado é fruto de um pacto social e

que por isso tem sua legitimidade e deve fazer valer isso perante a sociedade por coerção, por consenso ou pela mescla disso. Na corrente marxista evidencia-se um questionamento da legitimidade do Estado, onde este não é pactuado pela classe trabalhadora, é uma criação da burguesia para impor e fazer valer ainda mais seu domínio sobre esta, como escreveu Marx “o Estado é o comitê executor da burguesia”. Servia essencialmente para reforçar o domínio burguês sobre a classe trabalhadora, trata-se de um Estado determinado por interesses econômicos.

Antônio Gramsci, marxista, desenvolve novas concepções acerca do Estado. Não se trata de desconsiderar ou achar que as teorias, até então desenvolvidas, não servem mais para entender a realidade que está em constante transformação, mas como afirma Coutinho (2007, p. 84) “[...] Gramsci não entende o leninismo (e o marxismo em geral) como um conjunto de definições acabadas, mas como um método para descobertas de novas determinações [...]”.

Como intelectual marxista, Gramsci entende bem a dinâmica dialética do Estado e sociedade, e vivendo em um tempo e contexto diferente daquele vivenciado por Marx, desenvolve uma nova forma de entender e explicar essa relação Estado-sociedade. Gabrecht (2005) entende que Gramsci vivenciou um período em que a partir das mudanças históricas que aconteceram no final do século XIX e início do século XX, em especial o desenvolvimento do capitalismo financeiro e a grande expansão imperialista, modificou as relações entre burguesia e proletariado, onde se evitava o embate direto por meio de concessões. Disso, ocasiona uma desmobilização do proletariado e desenvolve-se uma visão economicista – fruto de uma visão equivocada da obra de Marx – que busca uma explicação imediata de todos os fatos políticos e ideológicos em causas econômicas (GABRECHT. 2005). Conforme a autora, nesse contexto, e analisando o rumo que as coisas estavam tomando, Gramsci se posiciona criticando os “que pensavam a revolução como um teorema matemático ao invés de mobilizar ativamente a força do proletariado” (GABRECHT, 2005, p. 7). Ainda, conforme a autora tratava-se de certo esvaziamento do materialismo histórico.

Reconhecendo que a sociedade se complexifica, e conseqüentemente a luta política é também cada vez mais complexa englobando múltiplas determinações, sendo elas: econômicas, políticas, culturais e sociais; Gramsci tece uma nova concepção de Estado, este também é muito mais complexo e aberto a outras questões, como por exemplo, intervenção nas relações de produção, economia,

cultura, mercado, educação e outras. Considerando questões como essas, Gramsci desenvolve uma teoria de “Estado amplo”.

Segundo Coutinho (2007, p. 127):

A teoria ampliada do Estado em Gramsci (conservação-superação da teoria marxista ‘clássica’) apoia-se nessa descoberta dos ‘aparelhos privados de hegemonia’, o que leva nosso autor a distinguir duas esferas essenciais no interior das superestruturas. [...]. Esse estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que habitualmente é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para adequar a massa popular a um tipo de produção e à economia e um dado momento); e não como equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através de organizações ditas privadas, com Igreja, os sindicatos, as escolas, etc...). Portanto, o Estado em sentido amplo, ‘com novas determinações’, comporta duas esferas principais: a sociedade política (que Gramsci também chama de “Estado em sentido estrito” ou de ‘Estado-coerção’), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc. (COUTINHO, 2007, p.127).

Isso mostra como a sociedade em sua luta política e em tudo que a envolve assim como o Estado se torna bem mais complexo. O Estado passa a ser um mediador na relação (capital x trabalho) e passa a ser também um campo de disputa ideológica, e a sociedade passa a ter novos mecanismos que interferem nessa luta mediada pelo Estado; a “ideologia” passa a ser tão determinante quanto à economia e a produção.

“[...] quanto mais se ampliar a socialização da política, quanto mais a sociedade civil for rica e articulada, tanto mais os processos sociais serão determinados pela teleologia (pela vontade coletiva) e tanto menos se imporá a causalidade automática e espontânea da economia” (COUTINHO, 2007, p. 99).

Logo, a luta do proletariado não se comporta mais em “tomar o Estado por assalto” mais engloba também o campo ideológico, ou seja, a luta não consiste mais em apenas ocupar o Estado, ela acontece também na sociedade em geral. Portanto, para Gramsci, “a ideologia – enquanto concepção do mundo articulada com uma ética correspondente – é algo que transcende o conhecimento e se liga diretamente com a ação voltada para influir no comportamento dos homens. [...]” (COUTINHO, 2007, p.112).

Para Gabrecht (2005), no que diz respeito à questão da ideologia, há uma diferença fundamental entre Marx e Gramsci. Marx considerava que apenas a classe dominante era capaz de criar e disseminar ideologia; para ele a ideologia era sempre da classe dominante sobre o proletariado, sendo algo perverso, algo para enganar os dominados. Gramsci quer romper com essa visão sobre a ideologia, e a trata como “uma força material com poder decisivo na luta de classes” (GABRECHT, 2005. p. 14). Desta forma, a ideologia não é apenas da classe dominante, mais o proletariado também é capaz de criar uma ideologia, e essa o ajudará na luta de classes. Para a autora é a partir do “ser” político que ele concebe a ideologia. Gramsci percebe a ideologia como força real que modifica a vida. Essas transformações ocorrem no campo da ‘batalha cultural’, ou seja, no âmbito das batalhas ideológicas pela hegemonia cultural (GABRECHT, 2005).

Percebendo a importância da ideologia Gramsci avança mais ainda na concepção da nova forma de luta do proletariado. Seguindo a análise de Coutinho (2007) Gramsci não acredita num colapso repentino da sociedade burguesa-capitalista. Disto defende a tese de revolução como processo, ou seja, na medida em que vai se desenvolvendo ou se criando um novo grupo hegemônico, que vai se desenvolvendo progressivamente na sociedade civil e até mesmo na sociedade política. Determinante econômico é associado ao cultural e ideológico podendo inclusive ser dirigente sem necessariamente ser dominante, ou seja, não só o econômico é visto como determinante, mas também a organicidade da sociedade civil e do proletariado. A capacidade de disseminar e ter aceitação por parte da sociedade em geral de seus ideais e a capacidade crítica da sociedade civil também é fator importante e imprescindível para o surgimento e afirmação de um novo grupo hegemônico.

O Estado na concepção de Gramsci é muito mais amplo e complexo, a coerção não é mais seu principal aparelho de controle social, a ideologia passa assumir um papel importante. Dessa forma, para Gramsci (2000, p. 265).

A opinião pública é o conteúdo político da vontade política coletiva, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública – jornais, partidos, Parlamento -, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica (GRAMSCI, 2000, p. 265).

Disto, percebe-se em Gramsci um Estado perpassado por interesses de diversos setores da sociedade, e que devido à complexidade, heterogeneidade e dinâmica da sociedade civil deve ser mais atuante e desenvolver ações que atendam aos mais diversos setores, e não apenas a elite dominante. Por mais que o Estado tenha em seu bojo a predominância de um grupo hegemônico, não consegue legitimar-se, posicionando-se sempre em favor desse grupo, nem tanto pode ser restrito apenas aos seus ideais e interesses, deve também ter aberturas para grupos com ideais e interesses distintos, caso contrário terá muitas dificuldades de legitimidade e aceitação social. Assim, para Gramsci (2000, p. 265) define opinião pública.

O que se chama de 'opinião pública' está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a 'sociedade civil' e a 'sociedade política', entre o consenso e a força. O Estado quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria previamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. [...] (GRAMSCI, 2000, p. 265).

Isso mostra que o Estado, assim como a sociedade vem se complexificando. Mesmo mantendo em sua essência características do contratualismo e do marxismo precisa abrir-se a novos conceitos e funções para poder acompanhar a dinâmica da economia e da sociedade; que estão em constante desenvolvimento e transformações que acarretam em mudanças na sua relação com o Estado; nesse contexto a sociedade civil tem um papel fundamental.

No Brasil, esse processo também ocorre, e, tratando especificamente da agroecologia, a sociedade civil organizada ligada a ela e a agricultura familiar vem desempenhando um papel de pressão e buscando articulação com o Estado no sentido de fortalecer tanto a agricultura familiar como a agroecologia. Para tanto, resulta num embate político, econômico e ideológico com o agronegócio burguês que é hegemônico.

1.2 SOCIEDADE CIVIL E SEU PAPEL JUNTO AO ESTADO

Reconhecendo o dinamismo da sociedade é preciso discutir e atualizar conceitos ao seu respeito. Um dos conceitos mais abordado e discutido na contemporaneidade é o de sociedade civil. Diversos são os entendimentos ao seu respeito, embora seja difícil encontrar um ponto comum entre esses entendimentos, uma coisa é certa, não há como negligenciar as transformações que vem ocorrendo

nela e na sua relação com o Estado. Em se tratando do caso brasileiro, acrescentam-se particularidades de nossa formação e desenvolvimento.

Simionato (2010) cita três categorias de sociedade civil. A liberal democrática, na qual percebe o terceiro setor como um movimento democratizante, capaz de fazer uma mediação entre o Estado e o mercado, aumentando o controle social da sociedade civil sobre o Estado; articulando as mais variadas expressões e demandas da sociedade “com vistas a superar interesses particularistas e fortalecer alianças para a construção de projetos contra-hegemônicos” (SIMIONATO, 2010, p.37).

A outra categoria abordada por Simionato (2010) é a sociedade civil neoliberal. Está marcada pela tendência em substituir as funções do Estado por ações da sociedade civil, sendo despolitizadora e fragmentada, trata-se de uma participação fetichizada pelo capital e de uma falsa cooperação entre sociedade civil e o Estado.

E a terceira, conforme Simionato (2010) é “a concepção gramsciana de sociedade civil”. Localiza a sociedade civil na superestrutura, e com capacidade de criar e difundir ideologias. Há uma interligação e uma relação dialética entre sociedade civil (aparelho privado de hegemonia) e sociedade política (aparelho de domínio direto que se expressa no Estado), coerção e consenso. A sociedade civil na concepção gramsciana “é atravessada pela perspectiva de totalidade e unidade entre as esferas política e econômica, cultural e política, compreendidas em seu processo dialético e contraditório” (SIMIONATO, 2010, p. 50). Esta é capaz de fazer frente na luta pela hegemonia, ampliando o “horizonte emancipatório” das classes subalternas e tornando possível a construção de uma contra hegemonia, que culminaria com a chegada da classe subalterna ao poder.

Luiz (2010, p. 81) ressalta “uma peculiaridade da sociedade civil brasileira, composta por diferentes etnias, culturas e perspectivas políticas, sendo salutar a convivência com o múltiplo.” Isso reafirma a questão que para ter um entendimento da sociedade civil quanto do Estado brasileiro, é preciso além das teorias clássicas, considerarem aspectos únicos da formação da sociedade brasileira e das implicações destes na política, na cultura e nas relações sociais aqui existentes.

O meio rural brasileiro é marcado por estas singularidades, com grande concentração de terras, perpetuação das oligarquias rurais, que figuram hoje como “bancadas ruralistas”, e longo período de desconsideração da importância da

agricultura familiar e da agroecologia; tanto é que agroecologia emerge exclusivamente de uma pauta da sociedade civil, ou seja, não foi pensada pelo Estado.

Para Gramsci o conceito de sociedade civil diz respeito aos aparelhos privados de hegemonia, e, como mencionado no capítulo anterior, dela também brota os anseios da classe trabalhadora e se difunde e discute-se uma contra-hegemonia, como pode ser percebido em Gramsci (1991, p. 10-11).

Poder-se-ia medir a 'organicidade' dos diversos estratos intelectuais, sua mais ou menos estreita conexão com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para cima). Por enquanto pode-se fixar dois grandes 'planos' superestruturais: o que pode ser chamado de 'sociedade civil' (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de 'privados') e da 'sociedade política ou Estado' que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de 'domínio direto' ou de comando, que se expressa no Estado e no governo justo (GRAMSCI, 1991, p. 10-11).

Nesta citação pode-se observar o que Gramsci entende por sociedade civil e como ele a identifica. Além disso, vê na sociedade civil a capacidade de criar uma contra hegemonia. Percebe-se também que Gramsci vê tanto sociedade civil quanto sociedade política, e conseqüentemente o Estado com muito mais mecanismos, amplitude e capacidade de englobar uma multiplicidade de questões; ponto de vista esse que supera a visão economicista e reducionista atribuída ao Estado. Em Gramsci, a sociedade civil é de suma importância, não é apática e incapaz de impor seus ideais, mas sim ativa e participativa, não só manipulada, mas também capaz de criar e disseminar ideologias.

No entanto, Gramsci (2002) não vê a sociedade civil como sempre portadora da razão e, em algumas vezes suas manifestações e ações não são as melhores. Ele reconhece nela uma heterogeneidade e também diferenças significativas de sociedade para sociedade, elas refletem a cultura, a economia, o espaço geográfico, o desenvolvimento econômico e tecnológico, enfim, são frutos da realidade em que estão inseridas; e esta realidade varia de país para país, ou de região para região, e assim por diante. Desta forma estão também em constante transformação. Para ele, sociedade civil, sociedade política e Estado não são estáticos e sim dinâmicos e dialéticos.

Gramsci (2000) ao falar do Estado e da sociedade civil destaca dois exemplos, o do oriente, onde o Estado é centralizador e a sociedade civil é pouco

organizada. E o do ocidente, onde a sociedade civil é mais organizada e articulada e o Estado é mais flexível, ou seja, mais permeado por interesses da sociedade civil. No entanto, no caso brasileiro, como já citado, existem particularidades em nossa formação histórica que tornam difícil usar um exemplo baseado num modelo de desenvolvimento político e econômico de outros países, como os europeus ou asiáticos. No entanto, no que diz respeito às organizações da sociedade civil ligadas às agricultura familiar e agroecologia, pode-se dizer que a partir da década de 1990 aumenta sua articulação e organização, estando, portanto mais alinhada ao modelo de sociedade civil ocidental. Quanto ao Estado, com a Constituição Federal de 1988 também é possível perceber características de um Estado mais flexível.

Coutinho (2007) traz contribuições importantes que ajudam no entendimento da formação e configuração do Estado brasileiro, bem como da sociedade civil, e também da distinção que Gramsci fazia entre dois tipos de configuração em que se constituíam os Estados, do Oriente e do Ocidente. Os Estados que se localizavam no Oriente eram pautados mais por aparelhos coercitivos e repressivos, a sociedade civil destes era pouco articulada e bastante fraca, quase não tinha representatividade. Já os Estados do Ocidente, eram caracterizados por um Estado, que se pautava não só pela coerção, mais também pelo consenso, nestes a sociedade civil era mais articulada e forte, havia organismos que pressionavam o Estado.

Coutinho (2007) reconhece que houve momentos no Brasil, em que as características do Estado e da sociedade civil foram mais parecidas com os moldes orientais e que houve momentos em são mais característicos com os moldes ocidentais.

Uma visão de conjunto – ainda que superficial – da evolução histórica no Brasil mostra o fato de que houve (como causa e efeitos do processo de revolução passiva) um longo período, que compreende toda a fase imperial e uma parte da republicana, no qual a sociedade brasileira apresentava fortes traços típicos do modelo “oriental” no que se refere à relação entre Estado e sociedade civil. Também (grifo meu) [...] Houve, em nosso passado, muitos traços peculiares que nos aproximavam das sociedades liberais europeias da primeira metade do século XIX (COUTINHO, 2007, p. 212).

Coutinho (2007) reafirma que na fase imperial a sociedade brasileira possuía características orientais, e que mudanças mais notáveis começam a acontecer

depois da abolição da escravidão e a Proclamação da República, mas que realmente se concretizam com a ditadura militar.

[...] O ‘feiticeiro’ desencadeou forças que já não podia controlar. Pondo em prática uma política econômica fortemente modernizadora, a ditadura promoveu um espetacular desenvolvimento das forças produtivas: sob a égide de uma ‘revolução-reestruturação’, o Brasil ingressou na fase do capitalismo monopolista de Estado. E essa modernização, mesmo sendo “conservadora” – na medida em que manteve e aprofundou a dependência ao imperialismo, as disparidades regionais e a distribuição desigual de propriedade e de renda –, consolidou de modo irreversível os pressupostos objetivos da “ocidentalização” da sociedade brasileira (COUTINHO, 2007, p. 217).

Ressaltar as fases em que a sociedade brasileira apresenta características orientais e fases em que apresenta características ocidentais importa para que se possa entender o conceito que Gramsci chama de “Revolução passiva”. Também mostra que no Brasil a sociedade civil é marcada por características distintas das de outros países, como os da Europa, por exemplo, e mostra as transformações que vêm aos poucos ocorrendo na sociedade civil do Brasil.

No entanto, existem aspectos sobre a sociedade civil analisada por Gramsci que são gerais, um destes aspectos é sobre a forma para passagem de um grupo apenas corporativista, para um grupo hegemônico. Para que o proletariado exerça uma efetiva hegemonia, deve abandonar ou ir além de uma mentalidade corporativista, defendendo não só seus interesses imediatos e grupais, mais englobando uma gama ampla e complexa de interesses da classe trabalhadora. Afinal, “[...] um novo bloco histórico- pensa ele- não é cimentado apenas pela convergência de interesses econômicos ou mesmo políticos, mas também por afinidades de natureza cultural [...]” (COUTINHO, 2007, p.73).

Isso mostra que Gramsci conseguiu desenvolver uma nova forma de olhar e interpretar a sociedade civil. Simionato (2010) enfatiza uma distinção entre o entendimento da sociedade civil analisada por Marx e a analisada por Gramsci. Em Marx ela é entendida como estrutura, ou seja, está relacionada às relações materiais entre os indivíduos. No pensamento de Gramsci ela está localizada na superestrutura, ocupando espaço no Estado e sendo capaz de elaborar, disseminar e difundir ideologias, isso sem abandonar a esfera econômica, ou das relações materiais.

Para tanto, é preciso que a sociedade civil desenvolva uma consciência crítica e tenha certa unidade no objetivo central de sua luta, isso é algo que exige bastante esforço e maturidade por parte da sociedade civil e, para ter uma

consciência crítica é preciso perceber claramente a luta de classes, localizar-se nela e distinguir os interesses de uma e de outra. “[...] Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória ‘permanente’ rompe, e não imediatamente, a subordinação [...]” (GRAMSCI, 2002, p. 135).

Tal influência sofrida pela classe subalterna, não se deve apenas por questões intelectuais, mas também, e muito por questões objetivas e materiais.

Outro elemento a se levar em conta é o seguinte: na luta política, não se pode macaquear os métodos das lutas de classes dominantes, sem cair em emboscadas fáceis. [...] O caráter de classe leva uma diferença fundamental: uma classe que deve trabalhar diariamente com horário fixo não pode ter organizações de assalto permanentes e especializadas, diferentemente de uma classe que desfruta de amplas possibilidades financeiras e não está ligada, em todos os seus membros, a um trabalho fixo. Tais organizações, profissionalizadas, podem – a qualquer hora do dia ou da noite - desferir golpes decisivos e atacar de surpresa. Portanto, a tática dos arditos não pode ter, para certas classes, a mesma importância que para outras; para certas classes, faz-se necessária, porque apropriada, a guerra de movimento e de manobra, que, no caso da luta política, pode-se combinar com útil e talvez indispensável uso da tática dos arditos. Mas fixar-se no modelo militar é tolice: a política deve, também aqui, ser superior à parte militar e só a política cria a possibilidade da manobra e do movimento (GRAMSCI, 2000, p. 123-124).

Muitas vezes a sociedade civil perde-se nos rumos de sua luta, isso acaba não produzindo os resultados necessários. A criticidade, clareza nos objetivos e coesão são determinantes nessa luta, só assim pode-se desenvolver uma força política com capacidade para ser contra-hegemônica. A possibilidade de um grupo tornar-se dominante está ligada diretamente à coesão, definição de seus ideais e capacidade de envolvimento de diversos atores e uma grande massa de pessoas da classe subalterna a essa luta, ou seja, uma vontade política coletiva. Quando estas condições forem alcançadas Gramsci reconhece que é possível uma guerra de posição.

[...] A guerra de posição exige enormes sacrifícios de massas imensas da população; por isto, é necessária uma concentração inaudita de hegemonia e, portanto, uma forma de governo mais ‘intervencionista’, que mais abertamente tome a ofensiva contra os opositores e organize permanentemente a ‘impossibilidade’ de desagregação interna [...] (GRAMSCI, 2000, p. 255).

Gramsci (2000) destaca que a guerra de posição, quando vencida, é definitiva e decisiva. Esta difere da guerra de movimento, comparando com a guerra militar, por vários lados vai minando o adversário mais sem conseguir vencê-lo. Já a

guerra de posição é como se fosse o ataque final, onde o adversário não consegue mais reagir e é vencido.

Como se pode observar Gramsci desenvolveu alguns conceitos (guerra de posição, intelectual orgânico, Estado ampliado, contra-hegemonia) todos se interligam para mostrar a importância da sociedade civil e de sua relação com o Estado e, este não sendo mais apenas o “comitê executor da burguesia”, mas englobando sociedade civil e sociedade política. Fato esse que não remete diretamente que ele seja paritário em sua função de implementar políticas e atender demandas. O peso da sociedade política quase sempre prevalece, mas dependendo do grau de organicidade e representatividade da sociedade civil o Estado pode assumir uma função interventora mais equilibrada e até mesmo ser modificado quando uma classe subalterna chegar a ser hegemônica Gramsci (2002, p. 139) cita que:

A unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas, é essencialmente, a história dos Estados e dos grupos de Estados. Mas não se deve acreditar que tal unidade seja puramente jurídica e política, ainda que também esta forma de unidade tenha sua importância, e não somente formal: a unidade histórica fundamental, por seu caráter concreto, é o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e a ‘sociedade civil’. As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar ‘Estado’: sua história, portanto, está entrelaçada a da sociedade civil [...] (GRAMSCI, 2002, p. 139).

Ao localizar a sociedade civil na superestrutura, Gramsci mostra que o Estado não é mais restrito, é um Estado ampliado. Fato esse que se deve ao desenvolvimento das forças produtivas e da sociedade como um todo. Se o Estado ficasse estagnado, ou apenas sendo um comitê executor da burguesia, perderia sua legitimidade e provavelmente chegaria a um colapso. Descrito assim em Gramsci (2010, p. 244).

[...] Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e de Governo, identificação que é, precisamente, uma representação da forma coporativa-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção geral de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia coraçada de coerção). Numa doutrina de Estado que conceba este com tendencialmente capaz de esgotamento e de dissolução na sociedade regulada, o tema é fundamental. Pode-se imaginar o elemento Estado-coerção em processo de esgotamento à medida em que se afirmam elementos cada vez mais conspícuos de sociedade regulada (ou Estado ético, ou sociedade civil).[...] (GRAMSCI, 2010, p.244).

Ao falar sobre isso, Semeraro (1999, p. 236) considera que, no contexto histórico vivenciado por Gramsci era possível e concebível a ideia de que:

A classe trabalhadora em suas diversas ramificações era considerada um corpo unitário, como um todo que era possível aglutinar em torno de centros políticos estratégicos com a finalidade de combater os regimes totalitários e se proteger do processo de massificação (SEMERARO, 1999, p. 236).

Embora Gramsci já enxergasse na sociedade civil da época contradições, atualmente há muito mais, mas ainda hoje uma coisa é primordial, o fato de que a sociedade não consegue mais aceitar a individualização e centralização do poder.

Não é difícil ver atualmente manifestações da sociedade civil por diversos países, algumas duram pouco e produzem mais barulho que transformações, mais outras perduram e são capazes de promover grandes mudanças. Reincidindo em dizer que depende do grau de organicidade, representatividade e capacidade de expressar uma vontade política coletiva, a sociedade civil pode ser cada vez mais decisiva e capaz de produzir profundas mudanças no Estado.

Com tal propósito, será dada sequência procurando abordar um pouco das circunstâncias do desenvolvimento do Estado e da sociedade civil no Brasil.

1.3 PARTICULARIDADES DO ESTADO BRASILEIRO

A formação do Estado brasileiro é passiva de diversas interpretações e pontos de vista. Apresenta singularidades que o diferenciam dos moldes com que se deram a formação dos Estados que comumente são utilizados como parâmetros para a interpretação dos demais, que é o caso da Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos por exemplo.

Dentre essas singularidades que o diferenciam, podem-se destacar diversos fatores que certamente interferiram na formação deste Estado e o moldaram para ser como é atualmente.

Faoro (2000) adepto do ponto de vista de que no Brasil não houve feudalismo, segundo ele, o que houve foi um “capitalismo politicamente orientado”. O feudalismo, nos moldes europeus, especialmente da Inglaterra e França, propiciou um processo de descentralização política, onde, o rei se viu obrigado a ceder parte de seu poder aos senhores feudais. Estes tinham certa autonomia para administrar seus feudos. Processo esse, que não ocorreu no Brasil, até pelo fato de ter sido colônia de Portugal, onde também não houve feudalismo. Dessa forma, para Faoro (2000, p. 363).

De D. João I a Getúlio Vargas, numa viagem de seis séculos, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais, os desafios mais profundos, à travessia do oceano largo. O capitalismo politicamente orientado – o capitalismo político, ou pré-capitalismo-, centro de aventura, da conquista e da colonização moldou a realidade estatal, sobrevivendo, e incorporando na sobrevivência, o capitalismo moderno, de índole industrial, racional na técnica e fundado na liberdade do indivíduo – liberdade de negociar, de contratar, de gerir a propriedade sob a garantia das instituições. A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente. O súdito, a sociedade, se compreendem no âmbito de um aparelhamento a explorar, a manipular, a tosquiar nos casos extremos. Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, numa forma de poder, institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo- assim é, porque sempre foi.[...] (FAORO, 2000, p.363).

Destacam-se, nesta citação dois aspectos importantes. O capitalismo politicamente orientado e o patrimonialismo. Refletem a ausência no Brasil, de uma clara luta de classes, sem uma classe trabalhadora forte e organizada, a elite dominante dos tempos do império foi se ajustando às exigências externas e internas ao desenvolvimento do capitalismo sem que perdesse seu poder de influência especialmente na política. Essa elite era composta especialmente pelos grandes proprietários de terra.

Ao citar as particularidades da classe subalterna brasileira, Franco (1997) apresenta características muito diferenciadas das dos países capitalistas desenvolvidos. Aqui, não houve uma classe trabalhadora como a dos moldes europeus, onde a base era o trabalho assalariado. Os moldes da sociedade brasileira eram bastante diferenciados da dos países europeus, fatores como a colonização, a natureza e dimensão geográfica do país influenciaram diretamente nisso.

Conforme Franco (1997) quando se inicia a colonização a base era o trabalho escravo, essa era a forma de se ter mão de obra para produzir mercadorias para a colônia. Depois com a abolição (1888) essa parcela de trabalhadores ficou “livre”, mais sem preparo para trabalho na indústria que começava a desenvolver-se no país, afinal o trabalho escravo era no meio rural, nos engenhos, na lavoura de cana, café e cacau. Também o fato da abundância de recursos naturais (caça, pesca, frutas e plantas) contribuiu para isso. Aliada às grandes dimensões de terras e florestas, os escravos agora “livres”, não precisaram se organizar como classe trabalhadora, ou migrar para as cidades em busca de trabalho na indústria.

Montavam pequenos vilarejos onde viviam de caça, frutos, alguns cultivos para subsistência, e trabalho informal para os fazendeiros locais.

Para Franco (1997, p. 33):

Na verdade, as condições de existência das camadas inferiores da população rural livre, no Brasil, não favorecem essa forma de cristalização das relações de trabalho. Deve-se considerar que o povoamento do interior fez-se pela disseminação de pequenos grupos esparsos em um amplo território e que a grande disponibilidade de terras férteis e a riqueza das fontes naturais de suprimento, aliadas à pobreza das técnicas de produção, definiram um modo de vida seminômade, baseado numa agricultura itinerante cujos produtos eram suplementados pela caça pesca e coleta. Pode-se dizer que, ao longo de sua história, esses grupos só tiveram reforçada essa grande instabilidade. Até o presente, observa-se que a mobilidade lhes aparece como único recurso contra condições adversas de existência: problemas com patrão, salário baixo, trabalho insalubre, desavenças, desgostos resolvem-se ainda hoje com transferência de domicílio (FRANCO, 1997, p. 33).

Tudo isso, além de refletir nos moldes da classe trabalhadora ou subalterna, com pouca organização, no sentido de reivindicar melhores condições de vida e trabalho, contribui para o surgimento de uma cultura política baseada no mandonismo, no paternalismo e no coronelismo.

Com o passar dos tempos os “coronéis” locais vão assumindo cada vez mais importância na sociedade, de tal modo que pelo fato de oferecerem trabalho, ou deixarem que os sitiantes cultivassem suas terras cobrando esse aluguel na forma de trabalho nas fazendas, tornava essa classe cada vez mais dependente destes senhores “coronéis”. Disto, surge também a pouca distinção de classes, ou seja, o vínculo ou acesso dos sitiantes aos coronéis era de tal forma que, muitas vezes os sitiantes eram pessoas que tinham acesso direto às casas destes senhores. Era normal o fato de os coronéis batizarem os filhos dos sitiantes. Conforme citado pela autora, “o compadrio”, expressa uma forma de “indeterminação sobre a forma como se dava a estratificação social”. Com estabelecimento destes laços e vínculos, a classe subalterna não via o “coronel” como membro de uma classe antagônica à sua, não via nem mesmo a diferenciação entre classes, na sua concepção o coronel era uma pessoa de suma importância para sua vida e ascensão social e como representante de seus interesses, o grande fazendeiro, o “coronel” era uma pessoa respeitada e venerada.

Para Franco (1997, p. 97).

[...] Em suma as relações entre senhor e dependente aparecem como inclinação de vontades no mesmo sentido, como harmonia, e não como imposição da vontade do mais forte sobre o mais fraco, como luta. Em

consequência, as tensões inerentes a essas relações estão profundamente ocultas, havendo escassas possibilidades de emergirem à consciência dos dominados (FRANCO, 1997, p. 97).

Desta forma, os fazendeiros não só eram prestigiados como também eram tidos como autoridades máximas pela população rural. Com o desenvolvimento do aparato Estatal e político no país, estes tiveram fortalecida ainda mais sua autoridade.

Nos tempos do Brasil colônia, praticamente todos os recursos arrecadados iam para Portugal. Com a proclamação da república, instaura-se um “Estado” sem recursos financeiros, de modo que os impostos ou arrecadação nesta época eram exclusivos para o poder central. Desta forma os municípios viam-se desprovidos de recursos. Logo, o responsável pela administração municipal, que quase sempre era um fazendeiro, via-se sem recursos para realizar obras necessárias para o município (pontes, estradas, etc...). Em muitos casos investia dinheiro próprio para atender demandas emergenciais em seu município. Isso foi determinante para a cultura política baseada no patrimonialismo, coronelismo e clientelismo.

Franco (1997, p. 131) cita que:

Essa mistura entre a coisa pública e os negócios privados fundamenta sem dúvida, a extensão do controle pessoal a todo patrimônio do Estado. A passagem é rápida: o homem que sustenta com recursos particulares as realizações próprias do governo está subjetivamente pronto para considerar como seu o conjunto de bens públicos confiados a sua guarda. [...] Acaba por constituir-se de fato, nessas condições em que ficam completamente fluidos os limites entre o que é patrimônio da Administração e o que é propriedade do administrador, um fundo de “bens comuns” cujos valores, indivisos entre os dois membros da associação formada, servem indistintamente, ora a um, ora a outro (FRANCO, 1997, p 131).

Se observarmos fatos que ocorrem no seio do Estado atualmente, vemos situações que são explicadas por esta citação. Embora hoje os administradores não invistam dinheiro próprio na administração pública, em várias situações, fica explícito que existe essa confusão entre o público e o privado. Isso é mais que resquício da cultura política que se construiu ao longo da história, é ela se fazendo presente na contemporaneidade.

Franco (1997, p. 137) explica que:

Essa diferenciação fundamental entre função oficial e vida privada permitiu a extensão do poder oriundo do cargo público para a dominação com fins estritamente particulares. São demasiado notórias as formas de exploração desse recurso, com toda sorte de favoritismos à parentela e às amizades, para que seja necessário insistir ainda aqui sobre elas. Quero lembrar apenas que essa situação tem sua contrapartida necessária. Transformar a autoridade inerente ao cargo em instrumento usado diretamente em

proveito próprio é tão da ordem das coisas quanto servir-se da superioridade garantida pela riqueza, pela posição na sociedade ou na política para pressionar o agente governamental (FRANCO, 1997, p. 137).

Portanto, esses fatos não são mera coincidência, são frutos de uma cultura política, em que não houve até hoje rompimento com a elite do poder, e que não pode ser explicado com base na realidade de outros países.

Deste ponto de vista, Fernandes (1987) nos mostra fatores importantes sobre como foi possível essa perpetuação no poder. Para ele, essa classe dominante se consolida com a independência, onde embora se tenha rompido com o estatuto colonial, permanecem seu substrato material, social e moral, os quais serviram de suporte na construção da sociedade nacional, em que o senhor rural foi transfigurado em cidadão, e os agentes econômicos internos adaptaram-se aos mecanismos do mercado externo, possibilitando assim que os moldes patrimonialistas de dominação senhorial continuassem vigorando. Portanto, a sociedade civil surgiu a partir da independência e se tornou sinônimo de estamentos sociais dominantes, excluindo a maioria da população desse processo. De acordo com o autor, essas elites privilegiavam politicamente seus interesses privados, possibilitando assim o rompimento do poder senhorial com os limites do domínio colonial, atingindo também o poder político. Em outras palavras, projetaram-se antigas estruturas sociais em um novo contexto político, o da criação de um Estado Nacional, e conseqüentemente de uma sociedade nacional, em que a sociedade colonial brasileira converteu-se em sociedade nacional brasileira, sem, contudo, romper totalmente com o passado.

Para Fernandes (1987, p. 55).

[...] A preservação de velhas estruturas e o privilegiamento dos estamentos senhoriais possuíam, na sociedade brasileira da época, um sentido revolucionário. Eram condições para o rompimento com o estatuto colonial e, ao mesmo tempo, para erigir-se a construção da ordem social nacional a partir da herança colonial (ou seja, de uma 'revolução dentro da ordem') (FERNANDES, 1987, p. 55).

Tal pensamento de Fernandes de "revolução dentro da ordem" vem convergir com a tese de Franco de inexistência de uma classe trabalhadora forte no Brasil. Se esta existisse como existiu na Europa, a revolução seria muito mais no sentido de transformações e rompimentos com a classe dirigente, coisa que não aconteceu em nosso país. Também com a tese de Faoro de resistência às transformações na estrutura político-social.

Cabe aqui destacar que houveram forças que visavam mudanças e transformações nessa estrutura de poder; mais estas não conseguiram se concretizar e foram sutilmente incorporadas e ajustadas pela elite dominante, algo que está ligado à ideologia e ao consenso conforme tese gramsciana.

Para Faoro (2000, p. 377).

[...] na peculiaridade histórica brasileira, todavia, a camada dirigente atua em nome próprio, servida dos instrumentos políticos derivados de sua posse do aparelhamento estatal. Ao receber o impacto de novas forças sociais, a categoria estamental as amacia doméstica, embotando-lhe a agressividade transformadora para incorporá-las a valores próprios, muitas vezes mediante a adoção de uma ideologia diversa, se compatível. As respostas às exigências assumem caráter transnacional de compromisso, até que o eventual antagonismo dilua, perdendo a cor própria e viva, numa mistura de tintas que apaga os tons ardentes. As classes servem ao padrão de domínio, sem que orientem a mudança, refreadas ou combatidas, quando o ameaçam, estimuladas, se o favorecem. O sistema compatibiliza-se, ao imobilizar as classes, os partidos e as elites, aos grupos de pressão com a tendência de oficializá-los (FAORO, 2000, p.377).

Impressiona o fato de como essa tese de Franco, bem como o pensamento de Fernandes e de Raymundo Faoro servem para explicar a realidade de nosso Estado e de nossa política. Essa tendência em oficializar os grupos de pressão é extremamente atual, os acordos partidários são frequentes atualmente, a criação de novos ministérios e secretarias também, dessa forma todos aqueles agentes que podem exercer alguma pressão no sentido de provocar mudanças e rompimentos são cooptados pelo Estado e essa pressão é amaciada.

Ao considerar esses fatores, percebe-se que a formação do Estado brasileiro teve aspectos distintos daqueles em que se deu a formação de outros Estados nacionais, em especial aqueles em que o capitalismo é desenvolvido. O fato de não ter havido no Brasil uma classe trabalhadora forte e organizada, torna difícil a interpretação da formação de nosso Estado nacional com base em lutas de classe. Isso não quer dizer que elas não existiram, mas sim que elas não foram tão decisivas para a formação do Estado.

Com essa opaca possibilidade de que a classe trabalhadora tivesse coesão e força para chegar ao poder ou tomar o Estado, a “elite” dominante foi se ajustando às exigências do capitalismo sem ter seu status ameaçado.

Das teses abordadas, percebe-se que do pensamento de Franco (1997) há uma visão contratualista e um entendimento do Estado brasileiro com características liberais. Do pensamento de Faoro (2000) nota-se que seu entendimento sobre a

sociedade brasileira está ligado a características orientais, onde a sociedade civil é fraca, pouco coesa e sem muita capacidade de reivindicação e representatividade junto ao Estado. Das abordagens de Fernandes (1987) é possível visualizar o conceito gramsciano de revolução passiva, com uma grande capacidade de amortizar antagonismos de classes. Em todos os autores, é evidente a concepção marxista, de determinações econômicas e, o Estado em certos momentos a serviço apenas da burguesia.

Como dito anteriormente, esses fatos contribuem para interpretar nosso Estado nos tempos atuais, porém se faz necessário, considerar novos aspectos que foram surgindo ao decorrer dos tempos. Por mais que se entenda que o que houve aqui foi um “capitalismo politicamente orientado” conforme dito por Faoro (2000), por mais que o que tenha havido aqui, tenha sido como no entendimento de Fernandes (1987) uma “revolução dentro da ordem”, por mais que a classe trabalhadora tenha tido pouca coesão e representatividade junto ao Estado, não se pode considerar que esses fatores são imutáveis e que o Estado sempre foi e sempre vai ser dirigido ou utilizado quase que exclusivamente a serviço da dita “elite dominante”.

Embora ainda existam as características discutidas por Faoro, Franco e Fernandes, por meio do pensamento de Gramsci e de fatos que aconteceram e vem acontecendo em nosso país e sociedade, é possível enxergar que houve e está havendo momentos em que a sociedade civil está abrindo espaços neste Estado.

A Constituição Federal de 1988 é uma mostra destes fatos, como cita Silva e Jaccound (2005).

O texto constitucional de 1988 é um marco na democratização e no reconhecimento dos direitos sociais. Articulada com tais princípios, a Constituição alargou o projeto de democracia, compatibilizando princípios da democracia representativa e da democracia participativa, e reconhecendo a participação social como um dos elementos-chave na organização das políticas públicas. De fato, com a Constituição de 1988 a participação social passa a ser valorizada não apenas quanto ao controle do Estado, mas também no processo de decisão das políticas sociais e na sua implementação, em caráter complementar à ação estatal. (SILVA ; JACOUND, 2005).

A Constituição Federal de 1988 é chamada também de “Constituição cidadã”, fato esse que se deve por prever vários direitos sociais e de cidadania. Além disso, por meio dela, como bem definido na citação, alargou o projeto democrático.

Isso dá consistência para que se possa desenvolver uma análise de nosso Estado, baseado no pensamento de Gramsci. Num Estado democrático, fica bem mais plausível uso de alguns conceitos, como por exemplo, “Estado ampliado”. No entanto, não se pode reduzir o entendimento sobre a ampliação do Estado brasileiro apenas à Constituição Federal de 1988. Faz-se necessário aliar a esse fato, vários outros acontecimentos que possibilitam um entendimento desse tipo. Considerando a proposta deste trabalho que é voltada para as políticas públicas para a agroecologia, no capítulo seguinte será possível visualizar outros fatores que convergem com o entendimento de um Estado ampliado no Brasil.

Vale destacar também o ocorrido em 25 de novembro de 1999, onde por meio da medida provisória nº 1.911-12 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Atualmente o MDA conta com quatro secretarias, sendo elas: Secretaria da Agricultura Familiar; Secretaria do Desenvolvimento Territorial; Secretaria do Reordenamento Agrário e Secretaria de Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

De forma audaciosa, mais também realista, pode-se dizer que o MDA é uma das vitórias, fruto das lutas da agricultura familiar contra o agronegócio. Também a porta de acesso dos agricultores familiares junto ao Estado, o caminho mais curto para se fazer representar, reivindicar e pautar ações estatais para a agricultura familiar. Enfim, o resultado concreto de uma luta pelo reconhecimento e importância deste segmento para o desenvolvimento da nação e de sua relevância social.

Outro ponto que merece destaque é que a agroecologia surge e é uma pauta da sociedade civil. Quem bem destaca isso é Gaiovicz (2011) ao concluir que após a modernização da agricultura no mundo e no Brasil, surge um movimento ecológico que, descontentes com os efeitos de dependência (adubos, sementes, agrotóxicos), êxodo rural, problemas ambientais, entre outros, começam a buscar alternativas ao modelo convencional de produção, e, a agroecologia, desde então, vem se consolidando como uma das principais alternativas.

Quando se fala em movimento ecológico, juntam-se organizações da sociedade civil ligada à questão ambiental (ambientalistas) que conforme Gaiovicz (2011), ganham força na década de 1980 e verifica-se esse fortalecimento com a Eco 1992 no Rio de Janeiro. Também a Pastoral da terra⁴ (1975); o MST (1985);

⁴ A comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia

Movimento dos Pequenos Agricultores (1996); Via campesina e até mesmo a “Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida”, fundada em 1993, liderada por Herbert de Souza, o “Betinho”, esse movimento teve grande participação social na luta pelo DHAA no Brasil. No entanto, o agronegócio, hegemônico em nosso país, tem muita força econômica e representatividade política. É um jogo de forças desproporcional, onde a agroecologia não tem lob, tem pouca representatividade política e poder econômico, seu avanço depende muito da capacidade organizacional e política destes grupos, Ongs, associações e movimentos em negociar com o Estado.

(GO). Os direitos humanos, defendidos pela CPT, permeiam todo seu trabalho. Em sua ação, explícita ou implicitamente, o que sempre esteve em jogo foi o direito do trabalhador, em suas diferentes realidades. De tal forma que se poderia dizer que a CPT é também um entidade de defesa dos Direitos Humanos ou uma Pastoral dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da terra. Disponível em <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico>>. Acesso aos 28\11\2014.

2 AGROECOLOGIA E MOVIMENTO CONTRA-HEGEMÔNICO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

2.1 A HEGEMÔNIA DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL

Em se tratando de agricultura no Brasil é importante destacar a distinção entre a agricultura familiar e o agronegócio burguês. A agricultura familiar é em sua essência aquela desenvolvida pelos pequenos proprietários, em que a base é a mão de obra familiar, utilizando-se de pequenas áreas de terras, quase sempre baseada na diversificação produtiva, porém com pouca capacidade de investimento em pesquisa, tecnologia e pouca representatividade política. Já o agronegócio burguês, é essencialmente composto pelos grandes proprietários de terras, trabalham com a monocultura, têm grande capacidade de investimento, e utilizam esses fatores para garantir forte representatividade política e econômica. A agroecologia apresenta maior afinidade com a agricultura familiar e se propõe como uma alternativa ao modelo produtivo do agronegócio burguês, questionando seus impactos econômicos, políticos, ambientais e sociais.

Porém, essa distinção não se deve a questões naturais e postas pelo desenvolvimento social. Deve-se pelos privilégios que alguns setores da sociedade brasileira tiveram frente a outros. Foram privilegiados especialmente aqueles que detinham maior influência política e poder econômico. Disto decorrem as desigualdades sociais no meio rural brasileiro tanto econômica quanto política e tecnológica. Assim, a questão agrária brasileira fornece subsídios para o entendimento de questões como a formação e configuração do Estado nacional.

Partilhando do pensamento de Fernandes (1987) que defende que desde o período colonial até hoje, não ocorreram profundas mudanças na estrutura política e do poder em nosso país, acreditamos também que a questão agrária se manteve sem grandes modificações. Fernandes deixa claro seu ponto de vista sobre isso, mostrando que em nosso país não houve uma verdadeira “revolução” como as que aconteceram em países como França e Inglaterra, onde houve rompimento com a classe dirigente, e outra classe passa a exercer o poder. Para ele, no Brasil o que ocorreu foi uma “Revolução dentro da ordem”, ou seja, sem realmente romper com a classe dirigente, sendo muito mais um ajuste para que estes continuassem a dirigir e influenciar diretamente nas questões políticas, econômicas e sociais em nosso país.

Lembrando que essa “classe dirigente” citada por Fernandes (1987) tem suas origens na grande propriedade de terra (latifúndio). Considerando a importância deste fator e reconhecendo que isso reflete sobre praticamente todas as decisões que envolvem o Estado brasileiro, procurando não dispersar da linha de análise deste trabalho, será focado sobre a questão agrária e políticas públicas para a agricultura familiar, não tratando de outras questões ou outros fatores da formação política de nosso Estado.

Linhares e Silva (1999) colocam que a maior parte da população, apenas assistiu a proclamação da república sem ter um entendimento dos objetivos deste fato. A república serviu para que os grandes latifundiários se estabelecessem com base na apropriação do patrimônio público. Desta forma, a república, num primeiro momento, serviu quase que exclusivamente aos grandes proprietários de terras. Como cita Linhares e Silva (1999, p. 79).

Dá-se assim, uma perfeita conjunção do ideário liberal com as condições preconizadas pelo conservadorismo tradicional brasileiro na consolidação de uma ordem agrário-conservadora. Os pressupostos clássicos do liberalismo - constitucionalismo, representação, divisão de poderes, alternância política e inclusive o federalismo - são formalmente adotados. Entretanto, reforça-se a dominação sobre os grupos sociais subordinados e consolidam-se os instrumentos de exploração da grande massa de trabalhadores, predominantemente agrários, do país. A federação e a representação local são repelidos pela elite política brasileira em sentido regressista, capaz de sustentar por quase 40 anos, até 1930, um eficiente pacto de governança oligárquico, estritamente conservador, expresso na política dos governadores e no coronelismo local. Quaisquer tentativas de escapar à dominação agrário-conservadora instalada pela República serão, como veremos, sufocadas na violência estatal (LINHARES e SILVA 1999, p.79).

Se antes da república os senhores rurais já tinham certos privilégios com o império, depois se estabeleceu de forma mais consistente, e desta vez com o Estado a seu favor.

Para Linhares e Silva (1999, p. 95):

As diversas oligarquias locais, baseando-se no poder econômico e no prestígio conferido pelo latifúndio, apossaram-se rapidamente das instituições político-administrativas (como as prefeituras e as câmaras municipais) e judiciárias, exercendo um controle total sobre a vida social do país. Ao mesmo tempo, como vimos, o Estado federal era impedido e desencorajado de legislar sobre temas que afetassem os interesses locais, como no caso da regulamentação do acesso à terra. [...] (LINHARES e SILVA, 1999, p.95).

Ao observar tais fatos, deste ponto de vista, encontram-se evidências que os senhores rurais, com a república, aumentaram ainda mais seu poder econômico e político. Podendo inclusive, decorrer destes fatos à enorme desigualdade entre os

grandes e pequenos proprietários no meio rural brasileiro. Ainda conforme Linhares e Silva (1999) as mudanças mais significativas nesse poder oligárquico do coronelismo foram sentidas de forma mais sólida a partir de 1930, onde o país começou a industrializar-se, o eixo desenvolvimentista começa a ter como centro o meio urbano. A atenção estatal e os investimentos são muito maiores para as cidades, estas começam a ganhar muita importância e aos poucos vai rompendo com o poder, quase que exclusivo dos senhores rurais.

Com isso a agricultura começa a ser olhada muito mais como responsável pelo abastecimento alimentar local, do que como o setor pujante do desenvolvimento nacional. No entanto é entendida como atrasada, e uma modernização produtiva faz-se algo primordial para o desenvolvimento do país. Seguindo neste raciocínio, Abramovay (1998) desenvolve uma análise sobre os diferentes paradigmas teóricos sobre a agricultura brasileira. Cita o paradigma que associava a agricultura brasileira como “atrasada”, onde o campesinato⁵ é considerado sem importância para o desenvolvimento econômico e social, sendo apenas um “resíduo” e seu destino é a extinção. O outro paradigma, é que somente da grande propriedade é que pode ser gerado o avanço e a transformação tecnológica, isso tudo baseado no trabalho assalariado. Nesta análise, o autor encontra um ponto de conversão sobre esses paradigmas, que é o fato que a questão agrária brasileira se caracteriza muito mais como uma questão social do que produtiva de modernização e de retomada do crescimento econômico.

Ora, se o problema é social, as ações principalmente de âmbito estatal deveriam ser no sentido de dar condições à inclusão socioeconômica dos menos favorecidos (agricultores familiares), mas, conforme Abramovay (1998), o foco não era combater desigualdade, e sim criar condições para o desenvolvimento do capitalismo, primeiramente no meio urbano e mais tarde atingindo o meio rural. Dessa forma, Abramovay (1998, p. 22) cita que:

⁵ Conforme Boni e Bosett (2013) “o campesinato tem uma dinâmica específica que leva em conta a sobrevivência da família, ou seja, há um equilíbrio entre necessidade de consumo e capacidade de produção. Uma vez satisfeita a necessidade da família, o volume de trabalho pode diminuir. Como o objetivo principal do camponês não é o acúmulo de capital e sim a sobrevivência da família, a sua organização difere muito do modo como está organizado o trabalho na indústria, ou no que consideramos aqui como agronegócio. [...]” (BONI E BOSETT ,2013, p.3).

[...] Seria um equívoco, entretanto, imaginar que estas políticas resultam fundamentalmente da pressão e dos interesses dos próprios agricultores. Na verdade elas foram a condição para que a agricultura desempenhasse um papel fundamental no próprio desenvolvimento do mundo capitalista: o de permitir que o peso da alimentação na estrutura de consumo dos assalariados fosse cada vez menor e portanto que os orçamentos domésticos pudessem consagrar-se crescentemente à aquisição de bens duráveis, uma das bases da própria expansão que conheceu o capitalismo entre o final da segunda guerra mundial e o início dos anos 1970 (ABRAMOVAY, 1998, p.22).

Deste pensamento, a agricultura é vista pelo Estado capitalista, apenas como via para baratear os custos dos assalariados com a alimentação. Apoiando a produção de alimentos baratos, podem-se pagar baixos salários ao operariado e isso aumenta o lucro dos capitalistas.

Porém, há que se considerar que o Estado, tem dentro dele, e de maneira muito forte e presente, os grandes latifundiários, essa é uma particularidade brasileira. Franco (1997) tem um posicionamento bastante claro a respeito disto. Para a autora, a base para que grupos privilegiados ascendem-se politicamente no Brasil, foi a apropriação de terras. Sendo assim, nos parece que por mais mascarada que seja, existiu não só pressão, mais também direcionamento das intervenções estatais para a agricultura, no sentido de favorecer os grandes proprietários.

Esse aspecto de favorecimento por parte do Estado para apenas alguns grupos, ou aos grandes proprietários, é abordado por Cunha (1987); o Estado ao invés de bancar o desenvolvimento da agricultura como um todo, acabou privilegiando o desenvolvimento do capitalismo monopolista, e que em sociedade com o capital internacional banca a oligopolização da economia no país.

Graziano Neto (1985) parte de um ponto de vista que a primeira grande mudança na agricultura brasileira ocorre na década de 1930. Onde, acompanhando o processo de industrialização no país, torna-se inevitável a substituição do modelo primário exportador. Nesta fase, a oligarquia rural perde poder, e inicia-se a fase de industrialização de nossa economia, que atinge também o modelo agrícola. Era preciso industrializar-se ou modernizar-se para aumentar a produção e ter condições de fornecer alimentos para a crescente massa operária.

Ressaltando que quando Graziano Neto (1985) fala que a oligarquia rural perde poder, está referindo-se ao fato de que com a industrialização, o meio rural vai deixando de ser o principal responsável pela economia do país. As cidades começam a assumir um papel fundamental na economia. É nesse período que

começa a grande migração campo/cidade, o trabalho assalariado vai ganhando cada vez mais força. Nessa época o governo passa a investir muito mais no meio urbano que no meio rural. Os investimentos na agricultura ocorrem no sentido de modernizá-la, e como já citado favorecem especialmente a grande propriedade.

A referida modernização da agricultura, diz respeito a produção para o consumo interno, diminuindo a dependência de importações. Até então a produção agrícola brasileira era quase que exclusivamente voltada para a exportação, em que o café e o açúcar eram os principais produtos. Não havia tanta preocupação com o abastecimento interno.

Por esse fator que a agricultura brasileira era tida como “atrasada”, nessa época a grande massa populacional encontrava-se no meio rural, onde a produção de base familiar visava apenas o consumo de subsistência, pouco se comercializava, era uma agricultura fora dos moldes capitalistas.

No entanto, Graziano Neto (1985) avalia que é pós-período de industrialização que a agricultura vai se configurando como plenamente capitalista, isso ocorre a partir da década de 1960. Nessa fase, a agricultura de subsistência⁶ (diretamente ligada à agricultura familiar) passa a dar lugar para o que ele chama de “empresas familiares”; estas, embora não se baseiem essencialmente no trabalho assalariado, relacionam-se diretamente com o mercado. Todo esse processo vai avançando, vem o período de forte mecanização agrícola, incentivo ao uso de insumos químicos e agrotóxicos e começam a estabelecerem-se os complexos agroindustriais (fumo, tomate, frango).

Continuando com a análise de Graziano Neto (1985) esse modelo capitalista agrícola é sentido também nas linhas de crédito oferecidas, em que não se conseguia crédito agrícola para aquisição de adubos orgânicos, a não ser que se adquirisse, numa proporção muito maior os fertilizantes químicos. Cita ainda que “muitas vezes, a maneira pela qual se procura resolver a questão agrícola pode servir para agravar a questão agrária” (GRAZIANO NETO, 1985, p. 45).

Esta citação nos leva a um entendimento de que a forma que se utilizou para “resolver” a questão produtiva, não considerou como deveria as questões sociais presentes no meio rural; foi baseada no apoio e incentivo produtivo aos grandes

⁶ Observa-se que agricultura de subsistência compreende à produção de alimentos e/ou mercadorias e serviços sem direcionamento para o mercado ou fins lucrativos. (Nota do autor).

proprietários, não interferindo em questões estruturantes como distribuição de riqueza e renda, reforma agrária e apoio à agricultura de base familiar. Essas questões, aliadas a outros aspectos singulares da questão agrária brasileira, refletem até hoje no enfrentamento dos problemas de desigualdade social no meio rural.

No entanto, Delgado (2004) traz outro ponto de vista que parece ser mais pertinente. No que diz respeito à agricultura familiar, ou como dizia Graziano Neto “agricultura de subsistência”. Delgado, não concorda com a afirmação de que a agricultura de subsistência passa a dar lugar ao que Graziano Neto chamou de “empresas familiares”. Para ele, por mais que a agricultura hoje se configure como “capitalista”, a agricultura de subsistência não foi aniquilada por esse processo, ela continuou existindo e resistindo à tendência capitalista de produzir apenas para a comercialização. Assim com cita Delgado (2004, p. 7).

A noção a respeito de setor de subsistência na literatura da história econômica brasileira não aparece de maneira unívoca, nem sobre ela os autores preocupam-se em aplicar rigor conceitual. Na realidade, o setor de subsistência é quase sempre definido negativa ou residualmente, supostamente porque não é núcleo estruturante da economia; não possui dinâmica própria, mas depende da grande lavoura; e situa-se à margem da economia dirigida aos mercados – e esta inexoravelmente tenderia a absorvê-lo e dominá-lo. O chamado setor de subsistência aparece, assim, como uma espécie de contraponto à modernidade, ao setor moderno, dinâmico, capitalista. Tais alegações, como se verá, são encontradas em diversas obras que tratam do assunto. Porém, a grande maioria dos pesquisadores nem sequer aborda o setor de subsistência como tema digno de análise (DELGADO, 2004, p. 7).

A agricultura de subsistência que, como veremos adiante está intimamente ligado a agricultura familiar, não pode ser ignorada, isso encobre as desigualdades oriundas do projeto capitalista no meio rural, e contribui para que não se considere relevante a intervenção estatal no sentido de dar condições de inclusão econômica e social para esses agricultores.

Com o crescimento populacional, em especial nos grandes centros urbanos em nosso país, modernizar a agricultura foi a alternativa encontrada para produzir mais alimentos para o consumo interno. Oliveira (1996) explica esse processo como uma modernização conservadora. A referida modernização está ligada ao uso de maquinário, como tratores, colheitadeiras, enfim mecanização do campo. Também uso de insumos químicos e agrotóxicos, trata-se de uma tecnificação do campo. Porém, apenas uma pequena parcela dos produtores teve acesso a essa modernização e tecnificação. Foi a parcela dos grandes proprietários. Desta forma, a

tentativa de modernização e tecnificação do campo serviram para aumentar ainda mais a concentração de riqueza e renda no meio rural. Neste sentido é conservadora, pois não afetou a raiz da questão que é a concentração de terras e capital no meio rural. Mais uma vez evidencia-se a grande capacidade da oligarquia rural em adaptar-se a mudanças e manter-se como grupo hegemônico e privilegiado.

Delgado (2004) deixa claro que o desenvolvimento capitalista não foi capaz de incluir a agricultura de subsistência, que como já dito anteriormente não deixou de existir, mais coexiste às margens da agricultura empresarial. Também afirma que a agricultura de subsistência está diretamente ligada a agricultura familiar. Demonstra isso com base nos dados do censo agropecuário (1996) e do censo demográfico (2000). Delgado (2004, p. 24) resume isso assim:

Observa-se que, dos cerca de 4,14 milhões de estabelecimentos familiares, 77% geraram um valor bruto de produção de até dois salários mínimos, com o ponto médio da classe modal situado em um salário mínimo. Esse tipo de estabelecimento, pelas características do seu caráter familiar e pelo fato de não produzir excedentes (valor de produção familiar abaixo de um salário mínimo *per capita*), configura-se plenamente na condição de “economia de subsistência” (DELGADO, 2004, p. 24).

Ao que se percebe, realmente, a agricultura de subsistência, resiste ainda hoje, ou seja, não foi absorvida em sua totalidade pela dinâmica capitalista e, numa lógica contrária a do mercado, torna-se um elemento a mais para manutenção dos agricultores familiares no meio rural. Também mostra que a agricultura de subsistência está diretamente ligada a agricultura familiar, e é praticada por um número expressivo de agricultores.

Warderley (1979), nos trás uma interpretação no sentido de contribuir para a elucidação das particularidades da agricultura e da questão agrária brasileira. Para ela, uma das grandes distinções do caso brasileiro, é que, por mais que a agricultura tenha passado por algumas transformações, especialmente a partir da segunda metade da década de 1940, como a mercantilização dos recursos produtivos e proletarianização da força de trabalho. O cerne, ou seja, o fato de o proprietário do latifúndio continuar sendo o principal dirigente da produção não foi atingido. Citado por Wanderley (1979, p. 36) em:

No entanto, apesar disto, certas características essenciais não foram alteradas. A propriedade fundiária não adquiriu um caráter autônomo, como fonte de apropriação da mais-valia gerada; o proprietário da terra continua a ser o dirigente da produção, não se configurando a separação entre os

agentes sociais, representantes do capital e da propriedade de terra (WANDERLEY. 1979. p, 36).

Embora esse processo tenha ocorrido na década de 1940, se faz presente e é de suma importância para uma análise contemporânea dessa questão. Pois até hoje interferem ou influenciam nas ações, especialmente na implementação de políticas públicas para a agricultura familiar.

Delgado (2004) faz uma análise da questão agrária no Brasil de 1950 a 2003, nela destaca diversos pontos, abordando em especial a reforma agrária, a modernização conservadora e o período de constrangimento econômico. Conforme Delgado (2004), a reforma agrária vem de um debate puxado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) tendo como principais interlocutores, Caio Prado Júnior e Alberto Passos, este defendendo a tese de que o capitalismo não tem capacidade para romper com as relações de dominação dos latifundiários no meio rural brasileiro, e que a reforma agrária resolveria isso. Esse debate ocorreu em especial no final da década de 1950 e foi até 1962.

Ainda conforme Delgado (2004), de 1965 a 1982 ocorreu a modernização conservadora na agricultura brasileira. Compreende o período do regime militar, tinha como um dos principais defensores o economista Delfim Neto, negava a que o problema era na estrutura agrária e propunha a modernização, sendo ela no nível técnico da mão-de-obra, na mecanização e utilização de fertilizantes e agrotóxicos, foi a chamada “revolução verde”. Delgado (2004, p. 7) destaca que:

[...] É importante ter em conta que a chamada “modernização conservadora” da agricultura nasceu com a derrota do movimento pela reforma agrária. Tratava-se ainda de uma resposta á política agrícola dos anos 50, dominada excessivamente pela prioridade à valorização cafeeira e ao regime cambial então vigentes. Ela foi também uma maneira de responder aos intensos desafios da industrialização e urbanização, combinados com uma necessária diversificação e elevação das exportações primárias e agro-industriais do Brasil, estancadas durante quase vinte anos no nível de 1 a 1,5 bilhão de dólares por ano (DELGADO, 2004, p.7).

Seguindo ainda a análise de Delgado (2004) chegamos ao período que compreende 1983 a 2003, chamado por ele de período de constrangimento econômico. Embora nessa época tenha ocorrido abertura política no país (fim do regime militar), novo ordenamento constitucional (Constituição Federal de 1988) e retomada do debate da Reforma Agrária, o entrave ocorreu devido ao ajustamento à ordem econômica Global, ou o chamado Neo Liberalismo, em que o Estado deve cortar gastos e pouco investimento na agricultura. Mais o que vale destacar é que

em todo esse período o grupo dos grandes latifundiários nunca teve seu poder político e econômico ameaçado, ou seja, não houve mudança no sentido de combater a desigualdade entre os grandes e pequenos produtores no meio rural brasileiro.

Delgado (2004, p. 9) afirma que:

Em certo sentido pode-se visualizar nesse processo de modernização um pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador, que, em simultâneo à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para o seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial. Estas são regionalmente identificadas com segmentos produtivos organizados a partir de 1930 (era Vargas) nos institutos federais de fomento e defesa setoriais. No período da “modernização conservadora” serão reassimiladas em programas e projetos especiais, os quais garantem ao latifúndio a obtenção de inúmeras linhas de apoio e defesa na nova estrutura de defesa fiscal e financeira do setor rural. A valorização extraordinária dos patrimônios territoriais, muito além do crescimento real da economia, é um sinal conservador desse projeto de modernização (DELGADO, 2004, p. 9).

Ora, se há privilégios para um setor, certamente o outro fica sem a atenção necessária. Neste caso, o agronegócio burguês vem sendo desde sempre privilegiado e agricultura familiar recebendo pouca atenção. A hegemonia do agronegócio burguês entrava possibilidade de maior investimento por parte do Estado na agricultura familiar. Dessa forma, Delgado (2004, p. 13) analisa o agronegócio brasileiro assim:

Observe-se que agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de estado (DELGADO, 2004, p. 13).

Essa resistência ou adaptações às mudanças, sem que as estruturas fundiárias e políticas sejam realmente atingidas persiste em nosso país. Esta é mais uma das nossas particularidades. Conforme Wanderley (1979), embora desde 1930 a classe dos grandes proprietários rurais tenha deixado de ser a classe hegemônica no bloco do poder, continua a fazer parte do conjunto de classes dominantes do país. Com um claro privilegiamento, em especial desde a república, e grande capacidade de ajustar-se a mudanças e moldar situações que amortizem conflitos que possam ameaçar seu status quo e interferir de forma eficaz em seu poder político e econômico, a elite rural vem sempre ocupando lugar de destaque no cenário nacional.

Isso é facilmente constatado nos dias atuais, onde talvez o melhor exemplo disso seja a “bancada ruralista”⁷, grupo com grande força, poder e influência política que defende exclusivamente os interesses dos grandes latifundiários brasileiros. Conforme Nascimento (2010), na legislatura 2006-2010, dos 513 deputados que compõem a câmara federal 241 podem ser classificados como ruralistas. Isto mostra como os grandes latifundiários sempre estiveram e ainda estão moldando as ações políticas no âmbito estatal.

Aliam-se aos interesses dos grandes latifundiários, interesses das multinacionais, especialmente as que trabalham com insumos agrícolas, ou seja, agronegócio. Vejamos este exemplo das doações para as campanhas dos deputados federais pelo Paraná, citado por Gonçalves (2010).

Empresas ligadas ao agronegócio foram as principais financiadoras de campanha dos 30 deputados federais eleitos pelo Paraná neste ano. Entre os R\$ 16,3 milhões doados por pessoas jurídicas a integrantes da futura bancada estadual em Brasília, R\$ 6,4 milhões (39,5%) vieram do setor (R\$ 1,45 milhão apenas de cooperativas agrícolas). Em seguida, os principais colaboradores foram instituições ligadas à construção civil, com R\$ 2,1 milhões (12,8%), e à produção de energia e combustíveis, com R\$ 918 mil (5,6%) (GONÇALVES, 2010).

Essa questão é fundamental para melhor entendimento das relações de poder e interesse que envolve a implementação de políticas públicas para a agricultura familiar. Sobre esse aspecto Wanderley (1979) aborda um fato importante, de seu entendimento, essa condição singular dos grandes proprietários de terras brasileiros (donos do latifúndio e dirigentes da produção) é uma condição politicamente imposta e influência diretamente nos incentivos estatais para a agricultura. Esse pensamento expressa consonância com a teoria de Abramovay (1998) de que a questão agrária brasileira é muito mais de cunho social que produtivo, reforçando ainda mais a necessidade de implementação de políticas públicas para a agricultura familiar. Assim, percebe-se que fatores que remontam desde o Brasil Colônia, influenciam ainda hoje sobre os rumos da agricultura e das políticas públicas. Essas questões são como mudas de árvores plantadas em terras férteis, criam raízes, crescem e com a sombra de seus galhos impedem o desenvolvimento de outras plantas a seu redor. Aliás, ainda hoje são bastante perceptíveis os efeitos das apropriações do latifúndio e da modernização

⁷ Grupo de parlamentares que atua sempre posicionando-se em defesa do agronegócio e dos grandes latifundiários. (nota do autor)

conservadora, pode-se dizer que estão a produzir os frutos para perpetuação da espécie. Como se sabe, o fator econômico tem forte influencia na implementação de políticas públicas. A agroecologia se opõe a esse modelo agrícola dependente das multinacionais do agrotóxico, da semente e dos insumos químicos. Logo a implementação de políticas públicas para tal sofre interferências deste setor, no sentido de barrá-las. Conforme Gonçalves (2010), o Paraná conta com 30 deputados na câmara federal, e a representatividade da bancada ruralistas é muito forte. Guarapuava tinha, e ainda tem um deputado federal, e este faz parte do grupo dos dezesseis que compõem a bancada ruralista paranaense. Além disso, com a modernização e tecnificação da agricultura brasileira, criou-se um grande mercado de agrotóxicos, insumos químicos, máquinas e sementes. Esse mercado é dominado pelas grandes multinacionais do agronegócio. É muito vultoso o volume de dinheiro que envolve esse setor. Tudo que possa atingir esse mercado, no sentido de torná-lo mais justo e regulamentá-lo de forma mais rígida, encontra posicionamentos no sentido de barrá-las. Conforme dados da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), há três anos o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking mundial do consumo de agrotóxicos, enquanto esse consumo cresceu 93% a nível mundial, no Brasil esse consumo cresceu 190%. Em 2010 o comércio de agrotóxicos movimentou no Brasil 7,3 bilhões de dólares, isso corresponde a quase 20% do consumo mundial de agrotóxicos.

Considerando que todos estes fatos e situações interferem direta ou indiretamente na elaboração e implementação de políticas pra agroecologia, percebemos o quão complexa é essa questão e o embate de forças que a envolvem. Um fato que é inegável é que agricultura familiar está num contexto capitalista. Desta forma, talvez a ação mais efetiva que pode ser feita é procurar que cada vez mais esta ganhe importância econômica, social e política e seja inserida na pauta política e econômica do Estado brasileiro e em todas as esferas de governo sendo elas estaduais ou municipais.

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR E A LUTA CONTRA O PROJETO HEGEMÔNICO DO AGRONEGÓCIO BURGUEÊS BRASILEIRO

Mesmo num cenário onde é nítido o favorecimento desproporcional ao agronegócio burguês frente à agricultura familiar, esta sempre resistiu e vem cada vez mais se consolidando como contraponto ao agronegócio, oferecendo as

alternativas mais viáveis de desenvolvimento rural, aumento da produtividade e sustentabilidade ambiental, social e econômica. Para a FAO\INCRA (2000, p. 7).

A discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro vem ganhando força nos últimos anos, impulsionada pelo debate sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local [...] (FAO\INCRA, 2000, p.7).

O Brasil é conhecido como “celeiro mundial” devido ao seu grande potencial agrícola. No entanto, o meio rural brasileiro é marcado por grandes desigualdades entre pequenos produtores (agricultura familiar) e os grandes produtores (latifundiários). Conforme dados do IBGE (2006) obtidos no censo agropecuário, a agricultura familiar emprega 75% da mão-de-obra no campo e é a principal responsável pela segurança alimentar dos brasileiros, produzem 87% da mandioca, 70% do feijão, 59% do plantel de suínos, 58% do leite e assim por diante. Outro dado importante deste censo é o fato de que foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar, isso representa 84,4% do total de estabelecimentos mais ocupa apenas 24,3% da área dos estabelecimentos agropecuários no Brasil. Os 15,6% dos estabelecimentos restantes são dos agricultores não familiares, ocupam 75,7% da área dos estabelecimentos agropecuários.

Evidencia-se grande concentração na estrutura fundiária e desigualdade no meio rural. Uma das formas de diminuir essa desigualdade entre os grandes produtores e os agricultores familiares é por meio de intervenção estatal com implementação de políticas públicas voltadas especificamente para a agricultura familiar. Mas, neste mesmo ano o Plano Agrícola e Pecuário (2006), previu a destinação de 60 bilhões no crédito rural, destes, 50 bilhões foram destinados à agricultura não familiar, ou agricultura comercial (agronegócio=latifundiários) e os 10 bilhões restantes para a agricultura familiar.

Um novo olhar sobre a agricultura familiar no Brasil, data da década de 1990, Wilkinson (2000) cita como um dos fatores que contribuiu significativamente para isso foi o convênio FAO / INCRA 1995/1996, por meio do qual foi realizado o censo agropecuário. Tal estudo mostrou a importância da agricultura familiar para o país. Revelou também que mesmo recebendo menos apoio e investimento estatal, é mais produtiva que a patronal. Por esse censo foi possível afirmar concretamente que a agricultura familiar é a principal responsável pela produção de alimentos para

o consumo interno, subsidiando a luta reivindicatória por políticas e investimentos para esse setor.

Conforme Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (2013), no Plano Agrícola e Pecuário 2013\2014 o governo destina 136 bilhões de reais para a agricultura empresarial (agronegócio). Eberhard (2013) mostra que para a agricultura familiar foram destinados 39 bilhões, isso corresponde a 22,28% do total de recursos destinados para a agricultura. No entanto, mesmo com essa grande diferença, já se pode considerar um avanço, pois por muito tempo, a agricultura familiar ficou sem receber nenhum recurso.

Essa intervenção estatal é algo ainda recente. Pode-se apontar como um marco a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) implementado em 1996. Após isso algumas outras ações vêm acontecendo. Dentre estas se destaca o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) que se iniciou em 2003 (hoje uma política pública). Müller (2007) ressalta que o PAA representa um avanço nas políticas para a agricultura familiar, pois até então o que havia com o PRONAF era acesso a crédito, sendo que o PAA envolve apoio direto à comercialização. Ainda o MDA criado em 1999.

Cada vez mais se pautam políticas para a agricultura familiar. No entanto, há entendimentos diferentes sobre essa intervenção estatal. Alguns como Abramovay (1998) acreditam que ela é fruto do capitalismo na tentativa de baratear o preço dos alimentos para poder manter os salários baixos e estimular o consumo de bens duráveis. Graziano Neto (1985) considera essa intervenção como uma via para incentivar a agroindustrialização na agricultura familiar, criando um mercado consumidor de mercadorias (insumos químicos, máquinas e etc.). Nesse sentido, a intervenção estatal serve muito mais para inserir esses agricultores familiares no mercado de consumo do que para dar autonomia a eles. Outros autores como Wanderley (1979) partilham da ideia de que essas políticas são decorrentes da luta e pressão dos movimentos sociais do campo, pautando junto ao Estado ações no sentido de diminuir a desigualdade entre os grandes proprietários e os pequenos agricultores ou agricultores familiares.

De acordo com Wilkinson (2007) descrevendo o processo agroindustrial brasileiro, buscando entender o lugar da agricultura familiar a esse processo que ele chama de “processo de integração”, observa que três questões merecem destaque, e que segundo ele não foram exploradas devidamente. A primeira é o fato de que

pouca atenção foi dada aos agricultores que não aderiram ao processo de industrialização da agricultura no Brasil; a segunda é que mesmo reconhecendo sua dinâmica e resistência, não houve análise dos excluídos, ou seja, os que não aderiram ao processo de industrialização que era seletivo; e terceiro, “houve preocupação quase que exclusiva com o setor dominante da cadeia industrial”. (WILKINSON, 2007, p. 27).

Diversas são as análises sobre o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil, diversos também são os fatores considerados nessas análises e teorias. Porém, há um ponto comum em todas, sendo o reconhecimento da necessidade de intervenção estatal junto à agricultura familiar. Por mais que os objetivos desta intervenção possam ser distintos, as análises e teorias desembocam na necessidade de tal intervenção. Outro fator que se percebe é da diversidade de atores sociais envolvidos nessa questão. Isso, de certa forma, justifica as várias interpretações sobre a intervenção estatal, no sentido da implementação de políticas para a agricultura familiar. Também mostram a diversidade de interesses que perpassam essa temática.

Delgado (2005) procurou mostrar que o desenvolvimento capitalista no meio rural brasileiro não foi capaz de incluir nele todos os agricultores e nem gerou o fim da agricultura familiar e de subsistência. A disparidade entre o agronegócio burguês e a agricultura familiar e de subsistência continua evidente, inclusive nas políticas de investimento para o setor agrícola.

Navarro (2001) ao discutir, sobre ações para o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil na década de 1990, elenca questões que também são importantes considerar quando se propõe a pensar ações de intervenção com vistas a melhorar as condições de produção e de vida dos agricultores familiares. Uma delas é o nível de organização destes, outra diz respeito às incertezas ideológicas sobre qual posicionamento deve ser assumido na luta pelo desenvolvimento da agricultura familiar, devendo assumir uma postura anticapitalista ou não. E ao falar do que se propôs até então no país com as políticas e ações visando desenvolvimento rural sustentável baseado na forte participação dos agricultores familiares, diz o seguinte, na citação de Navarro (2001, p. 05).

[...].Contudo, um sumário conhecimento empírico das organizações representativas dos agricultores familiares, dos assalariados rurais e dos "sem-terra" em nosso país, no tocante ao seu funcionamento e aos seus limites operacionais, indicaria exatamente o inverso. Não obstante o enorme

esforço já realizado e os novos e promissores formatos organizacionais sendo implementados, tais entidades são ainda insuficientes em número e, especialmente, quase sempre pouco representativas e de baixa capacidade de mobilização social. A escassa tradição associativista existente no campo brasileiro, como atualmente demonstram as evidências, é um claro limitador de iniciativas que tenham sua centralidade nos âmbitos exclusivamente locais (NAVARRO, 2001, p. 05).

Considerando que a agricultura familiar, historicamente ficou à margem do processo de desenvolvimento implantado no meio rural, é compreensível que existam tais dificuldades de organização. E estas também devem ser consideradas quando se planejam ações interventivas.

Schneider (2010) percebe uma movimentação bem ativa das organizações e movimentos sociais ligados a agricultura familiar na década de 1990, defendendo inclusive que estas organizações e movimentos sociais são mais encorpados inclusive do que os da década de 1980 quando do retorno destes movimentos após o regime militar, tendo mais maturidade, capacidade propositiva, reivindicativa e de contestação. Para ele a sociedade civil, entende-se neste caso os movimentos sociais conseguiram ampliar sua capacidade política.

O entendimento de Navarro e de Schneider sobre os movimentos sociais ligados a agricultura familiar são distintos e até mesmo contraditórios, mas válidos e até mesmo podem coexistir, afinal a sociedade é complexa e heterogênea, e esse movimentos sociais não fogem a essa lógica.

Assis (2006) entende que existem fatores que não se podem ser negligenciados, se tratando de agricultura familiar e agronegócio. As condições de desenvolvimento, capacidade de investimento, o acesso a informação, representatividade política e organização são bastante distintas, desta forma ao se pensar e elaborar políticas para a agricultura familiar sem considerar tais fatores pode limitar a eficiência destas. Para Assis (2006, p. 82).

[...]. Nas diferentes formas de organização social da produção, cabe ao Estado, no Brasil historicamente à margem do processo de difusão deste modo de produção, um papel fundamental, estabelecendo políticas públicas específicas, nas diferentes hierarquias de poder (federal, estadual e municipal), em suas competências específicas, particularmente nas áreas de crédito, pesquisa e extensão e, em especial, procurando abrir mercados, fomentar a produção e apoiar a organização autônoma de agricultores familiares, público este que apresenta maior potencial de inserção em um processo de desenvolvimento rural sustentável que tenha como mote tecnológico práticas agroecológicas. Em segundo lugar, a utilização do conceito de sustentabilidade exige uma reflexão sobre a possibilidade de se instituir políticas públicas para alcançar um desenvolvimento rural de caráter sustentável. Isto leva a pensar nos contextos econômico-sociais nos quais essas políticas devem ser inseridas, de modo que a aplicação dessas políticas não seja feita de forma abstrata, desconsiderando-se os contextos

históricos e culturais nos quais devam ser implementadas. Ao contrário, devem responder às necessidades naturais e sociais de tais contextos (ASSIS, 2006, p. 82).

Ainda é perceptível que a origem dessa desigualdade entre pequenos produtores (agricultura familiar) e os grandes proprietários, está ligada aos acontecimentos passados, onde houve favorecimento a uma elite dominante no tocante a distribuição de terras e acesso ao investimento para o setor agrícola.

A questão agrária no Brasil remonta ao período colonial, em que as terras eram distribuídas pela coroa somente a quem tivesse poder econômico para investir nelas. Porém será dado destaque à questão agrária da década de 1930 em diante, por considerar que a partir de então, começam a ocorrer algumas mudanças no que diz respeito a ela e à política agrícola. Compreende o período pós-crise de 1929, o qual é marcado por eventos importantes, vinculados ao governo Vargas, como a consolidação das leis trabalhistas, a crise de alimentos e de carestia, a industrialização do país, a ditadura militar, surgimento do Movimento Sem Terra (MST), Constituição Federal Brasileira (CF-1988) e o MDA (1999).

Embora praticamente inexistisse incentivo estatal para a agricultura familiar neste período, os agricultores familiares não ficaram passivos a tudo isso, tanto é que, conforme Scherer-Warren (2006), surge em 1954 a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB); as Ligas Camponesas em 1960; o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER); e em 1963 a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG). Ainda conforme a autora, esses movimentos sofriam forte repressão do governo ditatorial. Num cenário mais atual (1985), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), e, em 1996 o Movimento dos Pequenos agricultores (MPA).

Todos esses acontecimentos contribuíram para um novo olhar sobre a questão agrária e a agricultura familiar, e disso vem a resultar o PRONAF (1996), o MDA (1999) e PAA (2003). Mesmo assim, o problema da questão agrária e da falta de apoio à agricultura familiar não estão ainda resolvidos. Mas, a agricultura familiar vem num processo ascendente de valorização e reconhecimento. Sem desconsiderar os fatos passados onde esta foi negligenciada e deixada ao acaso, busca fortalecimento e espaço no cenário atual da sociedade capitalista. Buscando em especial por meio do Estado, ações, projetos e políticas que contribuam nesse processo.

Em Guarapuava duas ONGs merecem destaque no que diz respeito ao apoio para a agricultura familiar e para a agroecologia. Uma é a Fundação RURECO⁸ que teve sua origem em 1986; a Fundação RURECO que tem como objetivo apoiar e articular regionalmente as ações das organizações dos pequenos agricultores nas áreas de produção, beneficiamento, comercialização e do associativismo. Suas ações se orientam pelo estímulo à organização e a capacitação dos agricultores familiares, pela difusão e busca de alternativas tecnológicas para produção e comercialização agrícola, visando promover a independência, a autonomia e a autogestão do agricultor familiar, das suas organizações e da suas comunidade.

A outra ONG é o Centro Missionário de Apoio ao Campesinato Antônio Tavares (CEMPO), fundado em 1974 por integrantes da Pastoral da Terra, atua junto aos grupos, associações e movimentos sociais do campo, ajudando na articulação das lutas dos agroecologistas, faxinalenses e quilombolas, Movimento dos Pequenos Agricultores, MST, Movimento dos atingidos por Barragens e Movimento das Mulheres Camponesas, desenvolvendo processos de formação de lideranças e criando espaço para discussão conjunta de estratégias de fortalecimento destes grupos, movimentos e associações.

Essa duas organizações contribuem para o fortalecimento da agroecologia em Guarapuava, sendo por meio de apoio ao processo produtivo e de certificação, ou com o fortalecimento das associações, articulação com outros movimentos do meio rural e formação de lideranças.

2.3 AGROECOLOGIA NO PROJETO CONTRA-HEGEMÔNICO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Desde o surgimento da agricultura existiram práticas ecologicamente corretas de produção, porém sem a preocupação de conceituação ou de nomenclatura. A agroecologia começa a ser conceituada e entendida como uma opção ao modelo convencional de produção agrícola no Brasil a partir da década de 70, período esse que os agricultores começam a ver o lado excludente da chamada “Revolução verde” que diz respeito ao incentivo estatal e privado ao uso de

⁸ <http://www.rureco.org.br/main.php?page=fundacao>.

agrotóxicos, sementes híbridas, insumos químicos e mecanização na agricultura. Almeida (2008, p. 3) afirma que:

Várias tentativas de resposta já foram ensaiadas nos últimos anos, por dentro e por fora do status quo reinante, algumas delas através de um movimento que originalmente se chamou de 'agricultura alternativa' (década de 1970) e que hoje se agrupa em torno das iniciativas de 'agricultura ecológica'. A agroecologia tem sido difundida na América Latina, em outros países e no Brasil, em especial, como sendo um padrão técnico-agronômico capaz de orientar as diferentes estratégias de desenvolvimento rural sustentável, avaliando as potencialidades dos sistemas agrícolas através de uma perspectiva social, econômica e ecológica (ALMEIDA, 2008, p. 3).

Existem equívocos em que, a agroecologia é entendida apenas com uma forma de produção sem uso de agrotóxicos e insumos químicos. Só essa questão não comporta a amplitude do conceito de agroecologia. Portanto, partilha-se do pensamento de Caporal e Costabeber (2004) ambos são contrários ao reducionismo do termo a aspectos meramente produtivos, entendendo que ela precisa ser entendida como “uma ciência capaz de estabelecer bases para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis bem como estratégias de desenvolvimento rural sustentável” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p.6). Sendo assim, a agroecologia envolve uma gama ampla de questões, ela está ligada a aspectos produtivos, econômicos, sociais, ambientais e culturais. E Altieri (1999, p. 7) reforça esse pensamento.

Sin embargo, la salud ecológica no es la única meta de la agroecología. En realidad, la sustentabilidad no es posible sin preservar la diversidad cultural que nutre a las agriculturas locales. Una producción estable solo se puede llevar a cabo dentro del contexto de una organización social que proteja la integridad de los recursos naturales y que asegure la interacción armónica de los seres humanos, el agroecosistema y el medio ambiente (ALTIERI, 1999, p.7) .

Tal entendimento da agroecologia, não tira o foco de questões ligadas à produção agrícola, mais liga ela a um contexto social e político onde modelos de desenvolvimento econômico e social interferem diretamente, como também pode exercer influências nesses modelos.

Várias tentativas de resposta já foram ensaiadas nos últimos anos, por dentro e por fora do status quo reinante, algumas delas através de um movimento que originalmente se chamou de 'agricultura alternativa' (década de 1970) e que hoje se agrupa em torno das iniciativas de 'agricultura ecológica'. A agroecologia tem sido difundida na América Latina, em outros países e no Brasil, em especial, como sendo um padrão técnico-agronômico capaz de orientar as diferentes estratégias de desenvolvimento rural sustentável, avaliando as potencialidades dos sistemas agrícolas através de uma perspectiva social, econômica e ecológica (ALMEIDA, 2008, p. 3).

Não obstante são tecidas cada vez mais teorias e entendimentos que a agroecologia não pode ser reduzida apenas à questão produtiva, mas sim relacionada às relações sociais, econômicas e ambientais.

[...] a agroecologia constitui-se assim, cada vez mais, em importante ferramenta para a promoção das complexas transformações sociais e ecológicas necessárias para assegurar a sustentabilidade da agricultura e das estratégias de desenvolvimento rural (PARANÁ, 2011, p.12).

Como se percebe a agroecologia não surge como um mero acaso do destino, ou como uma ideia que alguém teve e se difundiu por aí. Seu surgimento está ligado a um processo de desenvolvimento da agricultura familiar e do efeito excludente e contradições do agronegócio burguês. Os fatos e acontecimentos abordados anteriormente revelam que aos poucos a agricultura familiar vem ganhando força, aumentando sua capacidade organizacional, buscando apoio estatal tendo cada vez mais reconhecimento de sua importância econômica e social. Enfim, vem se afirmando como alternativa produtiva, contrapondo-se ao agronegócio inserindo-se numa luta política, econômica e social que tem como foco diminuir as desigualdades sociais existentes no meio rural brasileiro.

A agroecologia está muito ligada à agricultura familiar. Assis (2006) procura mostrar o porquê de tal ligação. Em sua análise não exclui a possibilidade de que a agroecologia seja desenvolvida por grandes proprietários (agronegócio burguês) mais sim apresenta diversos fatores que tornam a agroecologia muito mais alinhada a agricultura familiar do que com o agronegócio.

Seguindo ainda a análise de Assis (2006), com o advento da “Revolução Verde”, muitos agricultores familiares enfrentaram bastante dificuldade no que diz respeito ao investimento e capacidade técnica para este tipo de produção baseada na utilização de insumos químicos, máquinas, sementes selecionadas etc. Tudo isso é externo à propriedade, e a aquisição de tais produtos onera a produção nas pequenas propriedades. Outro fator de afinidade é que a agroecologia é baseada na diversificação da produção, algo que normalmente acontece na agricultura familiar. Assis (2006, p. 78) afirma que:

Analisando-se os princípios teóricos da agroecologia diante das características da produção familiar, verifica-se que a agroecologia se adequa mais facilmente à realidade de sistemas de organização familiar da produção agrícola, na medida em que estes possuem estruturas de produção diversificadas e com um nível de complexidade desejado, sem prejuízo das atividades de supervisão e controle do processo de trabalho (ASSIS, 2006, p.78).

Assis (2006, p. 77) ainda cita que:

Com a crítica às implicações sociais da difusão dessa estratégia, cresceu, no Brasil e no resto do mundo subdesenvolvido, a preocupação com o que seria tecnologicamente apropriado para a pequena produção familiar. Embora o cerne tecnológico da “Revolução Verde” (variedades selecionadas, agroquímicos e irrigação) fosse neutro do ponto de vista da escala técnica, os relativamente elevados investimentos necessários para a adoção do pacote tecnológico levaram a uma disputa por recursos escassos nos países pobres, disputa ganha, obviamente, pelas elites agrícolas desses países. A exclusão dos agricultores pobres pela “barreira à entrada”, representada pelos investimentos mínimos necessários, levou a uma mudança de atitude nas agências internacionais de pesquisa agropecuária. Embora o “pacote tecnológico” da “Revolução Verde” continuasse sendo considerado, pela maioria dos pesquisadores e responsáveis pela pesquisa dessas instituições, como a opção tecnológica mais eficiente, ficou claro que para a grande maioria dos agricultores pobres a adoção dessas tecnologias não seria possível pelas razões apontadas acima, pelo menos a curto e médio prazos. Neste sentido, pensou-se ser indispensável oferecer alternativas, apropriadas (ou “intermediárias”), para a melhoria dos sistemas produtivos que fossem financeiramente acessíveis a esses produtores e lhes permitissem iniciar uma trajetória de capitalização para, no futuro, adotarem o pacote mais eficiente (ASSIS, 2006, p. 77).

De tal forma a agroecologia apresenta afinidades com a agricultura familiar, não só pela diversificação produtiva e técnicas de produção baseadas em especial na mão-de-obra familiar, mas também por questões socioeconômicas que a modernização e o desenvolvimento capitalista no meio rural não deram conta de atender.

A agroecologia é quase que exclusivamente desenvolvida por agricultores familiares. Portanto, vem fortalecer essa luta contra o projeto hegemônico do agronegócio burguês. Isso pode ser percebido em especial a fatos ocorridos a partir do ano de 2003, que é marcado por vários acontecimentos que permitiram um novo olhar sobre a agroecologia em nosso país. Podemos citar, a reativação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)⁹, criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA), que posteriormente, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), em 2004, foi transformado em Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN). Data, também, de 2003, a criação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696 e

⁹ O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) é um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para ações na área de alimentação e nutrição. É de natureza consultiva e de assessoramento. (disponível em <http://www4.planalto.gov.br/consea/consea-2>).

regulamentado pelo Decreto nº 4.772/2003) é um dos principais programas do chamado “Fome Zero”, e que tem em uma de suas diretrizes a preferência pela compra de produtos agroecológicos. Recentemente o DECRETO Nº 7.794 de 2012 que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Isso reflete reivindicações de movimentos e organizações da sociedade civil como: da “Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida”, fundada em 1993, liderada por Herbert de Souza, o conhecido “Betinho”. Esse movimento teve grande participação social na luta pelo DHAA no Brasil. Esse movimento foi importante para a agroecologia, porque abordou criticamente a questão da miséria e da fome em nosso país, levou a sociedade a evidenciar a contradição em que mesmo produzindo tanto alimento existem pessoas morrendo de fome. Mesmo o Brasil tendo uma agricultura modernizada, desenvolvida e produtora de grandes safras, existe grande miséria no meio rural. Isso serviu para fomentar ainda mais o debate de que a questão não é só a da produção de alimentos, mais também do modelo produtivo. Entende-se que o modelo produtivo não deve ser baseado apenas no lucro, mas que tenha também um cunho de inserção social e de diminuição das desigualdades no campo e na cidade.

Desta forma, vai ganhando visibilidade a pauta de outras organizações e movimentos do meio rural como: Movimento Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e até mesmo a Via Campesina¹⁰. Tais movimentos vêm cada vez mais defendendo a agroecologia como modelo agrícola e merecedor de políticas públicas. Outros movimentos, como o dos ambientalistas que denunciam constantemente os impactos negativos da agricultura convencional na natureza, vão sustentando o fato de rever o modelo produtivo agrícola. Assim vai cada vez mais aumentando a pressão da sociedade civil para que o Estado tome posicionamento sobre essas reivindicações.

As reivindicações constantes organizadas pela sociedade civil contribuíram para a (re) criação do CONSEA em 2003, através da aprovação do então presidente Luíz Inácio Lula da Silva. No mesmo período, o executivo criou o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA), que, posteriormente, com a criação

¹⁰ A Via Campesina é um movimento internacional que reúne milhões de camponeses e agricultores, produtores de pequeno e médio porte, sem-terra, mulheres e jovens rurais, povos indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas. Defende agricultura sustentável, em pequena escala, como forma de promover a justiça social e dignidade. Ele se opõe claramente à agricultura industrial e as empresas multinacionais que destroem as pessoas e o meio ambiente. (Disponível em <http://viacampesina.org/fr/index.php/organisation-mainmenu-44>).

do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), em 2004, foi transformado em Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN). Data, também, de 2003, a criação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696 e regulamentado pelo Decreto nº 4.772/2003, é um dos principais programas do chamado “Fome Zero”, e que tem em uma de suas diretrizes a preferência pela compra de produtos agroecológicos.

O CONSEA tem representantes de associações e organizações de agricultores ecologistas, e é um canal direto da sociedade civil com o Estado, logo estabeleceu um canal direto destes junto ao Estado.

Todos estes espaços e movimentos têm sido utilizados por agricultores ecologistas e pessoas que têm algum envolvimento com a questão agroecológica para pautar junto ao Estado políticas que venham apoiar e fortalecer a agroecologia. Toda essa luta e organização vêm aos poucos conseguindo algumas conquistas, uma delas é o Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012 que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

Segundo o Decreto nº 7794:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis (DECRETO Nº 7.794, DE 20 DE AGOSTO DE 2012).

A instituição desta política é recente, mas mostra que a agroecologia vem ganhando força e atenção estatal. Mostra também que conquistas como essas, decorrem de um processo de luta e organização dos agricultores e outros movimentos que apresentam afinidades com a causa agroecológica. Possibilitaram que a agroecologia venha sendo difundida e ganhando espaços nas discussões sobre como ela pode ser uma alternativa ao modelo convencional de produção agrícola, sendo capaz de diminuir as consequências degradantes desse modelo e as desigualdades sociais e econômicas no meio rural.

Ao apresentar-se como um modelo produtivo e organizacional alternativo ao sistema convencional de produção, geram divergências de posicionamentos na sociedade, embate de ideias e interesses especialmente de mercado, com posicionamentos muito distintos e contraditórios. Esse embate não ocorre apenas no

campo comercial ou mercadológico, perpassa também o Estado e a implementação de Políticas Públicas. O Paraná é conhecido pelo seu grande potencial agropecuário, tendo destaque no cenário nacional tanto pela produção convencional quanto pela produção orgânica e agroecológica de alimentos. Ipardes (2014) reconhece o Paraná como maior produtor de grãos da federação. Fato que se deve por apresentar uma diversificação produtiva e uma agricultura bastante tecnificada. Na avicultura o estado produz 27% do total de abates no país, e 19,7% de suínos. Gonçalves (2011) destaca que o estado é maior produtor nacional de milho, trigo e feijão, e o segundo maior produtor de soja. A produção agroecológica de alimentos no estado, conforme Paraná (2011) desenvolve-se no mesmo período do desenvolvimento da agroecologia a nível nacional, sendo o advento da revolução verde ou modernização da agricultura um marco neste sentido; haja vista que com ela ficam mais evidentes os efeitos degradantes ao meio ambiente, a necessidade de investimento para a compra de insumos e maquinário, enfim isso foi gerando críticas à modernização da agricultura e a agroecologia foi sendo discutida como uma alternativa a esse modelo. Tal período corresponde às décadas de 1970 e 1980.

O estado é maior produtor de alimentos orgânicos e agroecológicos do país. Paraná (2011) chama atenção de que um dos fatores que contribui para isso é o fato de ser um estado extenso territorialmente e apresentar diferenças endofoclimáticas nas regiões, isto contribui para uma produção diversificada. Segundo Paraná (2011, p. 24).

De acordo com o último levantamento de campo realizado por profissionais da SEAB/DERAL e EMATER, na última safra (2007/2008) o Paraná produziu cerca de 124 mil toneladas de produtos orgânicos. Houve um aumento de aproximadamente 16% em relação ao período anterior. A produção de hortaliças orgânicas apresenta o maior número de agricultores envolvidos e concentra-se em torno das grandes cidades, com destaque para Curitiba, Ponta Grossa, Toledo e União da Vitória. Observam-se polos de produção de cana-de-açúcar nas regiões de Cascavel, Francisco Beltrão, Jacarezinho e Toledo. A região Norte sobressai na produção de café orgânico, e, o litoral, na produção de frutas. O cultivo de soja orgânica é destaque nas regiões de Francisco Beltrão, Pato Branco e Toledo. A tecnologia de produção orgânica preconiza a rotação de culturas; no caso específico do milho, a produção está sendo alavancada também pelo crescimento da produção animal, necessária à produção de esterco para compostagem. As maiores regiões produtoras de milho orgânico são Irati, União da Vitória e Francisco Beltrão. O principal produto em área plantada é a soja, mas, em volume de produção, a mandioca assume esta posição. A produção de cana-de-açúcar também é expressiva e é transformada em açúcar mascavo e cachaça (PARANÁ, 2011, p 24).

Ao destacar a produção convencional e agroecológica no Estado, não se trata de comparação quantitativa entre as duas formas de produção, mas sim de mostrar que os dois tipos de produção existem no Estado. O embate que ocorre a nível nacional e certamente atinge todos os estados da federação é entre os defensores do agronegócio burguês (hegemônico) e da agricultura familiar (contra-hegemônica). Estando a agroecologia alinhada a agricultura familiar e apresentando-se como contraditória ao modo convencional de produção, está ela imersa nesse embate. Guarapuava está inserida neste contexto e, certamente os agroecologistas do município também, embora possam apresentar características singulares, também são moldados pelo processo de transformação da agricultura a nível federal e estadual.

3 OS AGROECOLOGISTAS DE GUARAPUAVA, PODER PÚBLICO E AS POLÍTICAS QUE INCORPORAM A AGROECOLOGIA

3.1 - POLÍTICAS PÚBLICAS QUE INCORPORAM A AGROECOLOGIA

Como se pode perceber, a agricultura familiar e a agroecologia, vêm aos poucos buscando inserir-se na pauta do Estado no que diz respeito à implementação de políticas públicas. Esse processo vem ganhando força no cenário nacional, depois de ter passado por um longo período de estagnação durante o regime militar. Conforme Schneider (2010) a discussão sobre a agricultura familiar voltou com força a partir de 1985 com a abertura política e o novo ordenamento constitucional. Foi puxada em especial pelos movimentos sociais do campo ligados a agricultura familiar (MST; MPA; VIA CAMPESINA).

Wilkinson (2000) destaca o censo agropecuário de 1996, realizado por meio convênio FAO / INCRA 1995/1996, a partir deste estudo ficou evidente a importância da agricultura familiar para o país, sendo ela a principal produtora de alimentos para o consumo interno mesmo recebendo menos apoio e investimento estatal, é mais produtiva que a patronal.

Se junta a isso movimentos e organizações da sociedade civil como o da “Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida”, liderada por Herbert de Souza, o conhecido “Betinho”. Esse movimento teve grande participação social na luta pelo Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) no Brasil; tratava-se de um movimento do meio urbano mais que discutia que a disparidade entre o agronegócio e a agricultura familiar, trazendo implicações para toda a sociedade inclusive no acesso a alimentos de qualidade e com preços justos. Sob a ótica de um olhar crítico referente à questão da miséria e da fome em nosso país, levou a sociedade a pensar sobre o fato de mesmo o Brasil sendo um grande produtor de alimentos coexistir tanta miséria e até mesmo fome tanto no meio rural quanto urbano.

Nesse cenário era evidente o desajuste entre o agronegócio e a agricultura familiar. O agronegócio contava e ainda a conta com forte representatividade política, conforme já abordado no capítulo anterior que se materializa na “bancada ruralista”. E a agricultura familiar exerce pressão sob o Estado por meio dos movimentos sociais do campo e agora também da cidade, tendo como argumento a

importância que esta tem para o país devido à grande produção de alimentos para o consumo interno, geração de trabalho e ocupação no meio rural.

Tal desajuste ficou evidente, como vale destacar também o ocorrido em 25 de novembro de 1999, em que por meio da medida provisória nº 1.911-12 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Este ministério trata exclusivamente de assuntos ligados à agricultura familiar enquanto o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) atende questões ligadas à agricultura patronal ou ao agronegócio.

Atualmente o MDA conta com quatro secretarias, sendo elas: Secretaria da Agricultura Familiar; Secretaria do Desenvolvimento Territorial; Secretaria do Reordenamento Agrário e Secretaria de Regularização Fundiária na Amazônia Legal. De nosso entendimento, o MDA demonstra que os agricultores familiares estão buscando e cada vez mais inserir sua pauta de reivindicações no âmbito estatal e em especial pleiteando investimento para o setor e políticas públicas de apoio para a agricultura familiar.

Sabourin (2007, p. 719) identifica uma abordagem dualista no setor agrícola nacional, “o Brasil institucionalizou desde 1998 uma abordagem dualista do seu setor agrícola separando o apoio à agricultura familiar com a criação do MDA, do apoio à agricultura patronal, mantido mediante o MAPA”. Segundo o autor, exagera-se na oposição entre a agricultura familiar e o agronegócio, e isso faz com que apenas uma minoria discuta no seio do MDA e dos Movimentos sociais o que realmente interessa aos agricultores familiares que diz respeito ao “modelo de agricultura familiar” e uma política que considere a diversidade de agriculturas familiares existentes no país (mais integradas ao sistema capitalista = sul, e menos integradas = nordeste).

Sabourin (2007, p. 738) explica.

Pois a tendência que se fortaleceu foi dar apoios produtivos aos agricultores capazes de se integrarem ao mercado capitalista e reservar um tratamento social (bolsa-família, ajuda alimentar) aos segmentos menos dependentes do mercado capitalista, por meio do combate à pobreza (SABOURIN, 2007, p. 738).

Outro fator que contribuiu para a afirmação do debate sobre a agricultura familiar foi a reativação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em 2003, criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA), que, posteriormente, com a criação do Ministério do Desenvolvimento

Social e Combate a Fome (MDS), em 2004, foi transformado em Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN). Data, também, de 2003, a criação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696 e regulamentado pelo Decreto nº 4.772/2003, é um dos principais programas do chamado “Fome Zero”, e que tem em uma de suas diretrizes a preferência pela compra de produtos agroecológicos.

É nesse contexto e desta forma que a agricultura familiar e agroecologia vêm ganhando mais força no que diz respeito à atenção estatal na implementação de políticas públicas. Diante disso, já são evidentes algumas intervenções estatais voltadas para a agricultura familiar, e a agroecologia vem aos poucos sendo incorporada nessas intervenções, uma forma de evidenciar isso, são as políticas para o setor. Diversos são os estudos e discussões sobre políticas públicas, mas grande parte deles as relaciona a uma intervenção estatal sobre algum problema decorrente da questão social.

Teixeira (2002) define estas como “diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público” (TEIXEIRA, 2002, p. 2). Envolve relações entre sociedade e poder público, mediado por atores de ambos, “normalmente envolvem aplicações de recursos públicos”.

Ao trabalhar com a perspectiva gramsciana de Estado, podem-se considerar definições nesse sentido, um pouco reducionistas ou superficiais. Falta a elas incorporar outros aspectos, em especial que envolvam a heterogeneidade da sociedade civil, bem como questões culturais e geopolíticas.

Considerando a importância destes fatores, é pertinente neste trabalho, considerar o conceito de política pública de Di Giovanni (2009, p. 4).

A proposta que apresento decorre, em primeiro lugar, do modo de entender historicamente e conceituar as políticas públicas que desenvolvi nos últimos anos. Tal conceito vai além da idéia de que uma política pública é simplesmente uma intervenção do Estado numa situação social considerada problemática. Mais do que isso, penso a política pública como uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade, entendida aqui num sentido amplo, que inclui as relações sociais travadas também no campo da economia. Penso, também, que é exatamente nessa interação que se definem as situações sociais consideradas problemáticas, bem como as formas, os conteúdos, os meios, os sentidos e as modalidades de intervenção estatal (DI GIOVANNI, 2009, p. 4).

Além disso, Di Giovanni (2009) ressalta também que as especificidades nas relações de poder de cada Estado, que ele nomina de “forma política” esta, quase

sempre são muito diferenciadas de uma sociedade para outra. Considera o conceito de política pública como “evolutivo”, acompanha a dinâmica nas relações e mediações entre sociedade e Estado e no interior de cada um destes, sendo estas de natureza diversa e variadas.

De forma alguma se desconsidera a importância de outros conceitos e definições sobre políticas públicas. Todas têm importância no entendimento desta questão. No entanto entende-se que para o que se propõe neste trabalho, esta conceituação é mais compatível, por considerar o fato de o Estado como amplo, a heterogeneidade da sociedade civil e as particularidades na formação de cada sociedade.

Em todos os setores da sociedade e da economia existem tais particularidades, de modo que, fazer uma abordagem ampla destas requer uma dedicação e trabalho exclusivo. Aqui se aborda algumas particularidades da sociedade rural e da agricultura brasileira, em especial da agricultura familiar e da agroecologia.

Dentre as políticas públicas que tem algum direcionamento para a agroecologia podemos destacar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA), e recentemente a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

O PNAE teve sua origem na década de 1950, mais precisamente em 31 de março de 1955, por meio do Decreto 37.106, que instituía a Campanha pela Merenda Escolar. Conforme o MEC\FNDE (2010), até o final da década de 1970 a merenda escolar passou por etapas de reorganização, recebendo, inclusive, apoio do Programa Mundial de Alimentos da Organização das Nações Unidas Para a Agricultura e Alimentação FAO\ONU.

Percebe-se que até então a nomenclatura não era PNAE e sim Merenda Escolar. Segundo MEC\FNDE (2010) foi em 1979 que o programa recebe a denominação de Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Outra importante mudança na configuração do PNAE ocorreu em 1988, com a promulgação da Constituição Federal que em seu artigo 208, inciso VII instituiu que é dever do Estado (União, estados, distrito federal e municípios) “atendimento ao educando em todas as etapas da educação básica I, por meio de Programas suplementares de material didático-escolar, transpor-te, alimentação e assistência à saúde” (CF. Art: 208, § VII).

Até então o programa era marcado por seu caráter assistencialista, mas quando a CF de 1988 assegurou o direito à alimentação escolar a todos os alunos e alunas do ensino fundamental público o PNAE vai deixando de ser visto como tal.

Outro fator importante na evolução do PNAE conforme MEC/FNDE (2010), é que desde sua criação até 1993 ele era gestado de forma centralizada através do órgão gerenciador do programa.

Segundo MEC/FNDE (2010, p. 28)

A partir de 12 de julho de 1994, a descentralização foi instituída por meio da Lei nº 8.913. A execução do Programa passou, então, a ser realizada mediante a celebração de convênios com os municípios, e foi delegada às secretarias de educação dos estados e do Distrito Federal a competência para o atendimento dos alunos pertencentes às suas redes e às redes municipais que não haviam aderido à descentralização. [...] (MEC/FNDE, 2010, p.28).

Percebe-se que até então, nada no PNAE cita a agricultura familiar e a agroecologia, até que aos 16 de junho de 2009 é sancionada a Lei Nº 11.947, que tem como principais mudanças o fato que não obriga mais a aplicação de 70% dos recursos exclusivamente em produtos básicos. Entretanto, a partir dela, dos recursos financeiros transferidos pelo governo federal, no mínimo 30% devem ser utilizados na compra direta da agricultura familiar ou do empreendedor familiar rural. Também destacamos o Artigo 20 desta Lei: “Os produtos da Agricultura Familiar e dos Empreendedores Familiares Rurais a serem fornecidos para Alimentação Escolar serão gêneros alimentícios, priorizando, sempre que possível, os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos” (BRASIL. Lei nº 11.947\2009).

Artigo 2º: São Diretrizes da Alimentação Escolar: [...]. V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;[...] (BRASIL. Lei nº 11.947\2009).

De tal forma, pode-se entender que o PNAE, a partir de 2009 é um programa que passa a atender os anseios da agricultura familiar e tem também um direcionamento para a agroecologia.

Já o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) existe desde 2003, era uma das ações do governo federal para que fosse assegurado às pessoas com dificuldade de acesso aos alimentos a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). O PAA era uma das estratégias no âmbito do Programa Fome Zero.

Quando foi instituída a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, o PAA passa a integrar esse Sistema. Segundo Brasil, Lei 11.346\2006 estabeleceu os princípios, diretrizes e objetivos do SISAN.

Art. 1º Esta Lei estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada (BRASIL, LEI Nº 11.346\2006).

Destacamos também o Brasil, Lei 11.346/2006, artigo 4º desta Lei, que trata da abrangência da Segurança Alimentar e Nutricional.

I – a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda; II – a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos; III – a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social; IV – a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população; V – a produção de conhecimento e o acesso à informação; e VI – a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País (BRASIL, LEI Nº 11.346\2006. Art – 4º).

Ao observar o Artigo 4º da Lei nº 11.346\2006 pode-se verificar que há um direcionamento para a agricultura familiar e, quando se fala em conservação e preservação da biodiversidade e utilização sustentável dos recursos, apresenta consonância com o que a agricultura ecológica ou a agroecologia realiza.

O PAA integra o SISAN e tem as seguintes finalidades, citado em Brasil, MDS (2014, p. 11):

I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, incentivo ao processamento da produção e à geração de renda; II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável; IV - promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais, inclusive para prover a alimentação escolar, quando necessário, nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos; V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares; VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura

familiar; VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização; VIII - promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e IX - estimular o cooperativismo e o associativismo. (BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS, 2014, p. 11).

Dentre as finalidades do PAA fica explícita a preocupação com incentivo e apoio para a agricultura familiar e para a produção orgânica e agroecológica de alimentos. Vale lembrar que o SISAN tem a competência de propor, implementar e elaborar políticas, programas e planos que possibilitem a efetivação da garantia de todos ao direito humano e alimentação adequada (DHAA), tendo em sua composição o CONSEA, que funciona conforme os demais conselhos, e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) esta, é integrada por Ministros de Estado e Secretários Especiais que tem envolvimento com o tema da Segurança Alimentar e Nutricional.

O CONSEA, conforme já citado, foi recriado em 2003 e, é um órgão onde a sociedade civil e organizações da agricultura familiar podem apresentar sua pauta de demandas no que diz respeito ao apoio estatal para fortalecimento da agricultura familiar, é um canal direto entre a sociedade civil e o Estado.

O PAA está dividido em cinco modalidades. Uma delas é a compra com doação simultânea, onde é feita a compra de alimentos diversos, os quais são doados às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e, em condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos – GGPA, tendo por objetivo o atendimento de demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Outra modalidade do PAA é o incentivo à produção e ao consumo de leite. Esta modalidade é executada apenas nos estados do Norte, Nordeste e em Minas Gerais. Por meio desta modalidade, compra-se o leite que, após processamento é doado para as pessoas que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional.

A terceira modalidade é compra direta: “compra de produtos definidos pelo GGPA, com o objetivo de sustentar preços, atender às demandas de programas de acesso à alimentação, às necessidades das redes socioassistenciais e para constituir estoques públicos” (BRASIL. MDS, 2014, p. 12).

Existe ainda o apoio à formação de estoques: “apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao poder público ou destinação aos estoques públicos” (BRASIL. MDS, 2014, p. 12).

E por fim compra institucional:

Aquisição voltada para o atendimento às demandas de consumo de alimentos por parte da união, estados, distrito federal e municípios, com recursos financeiros próprios. Visa o abastecimento de hospitais públicos, quartéis, presídios e restaurantes universitários, dentre outros (BRASIL. MDS, 2014, p. 12).

Porto et al (2014) esclarece que da criação do PAA em 2003 até 2005 os recursos financeiros eram destinado pelo Ministério Extraordinário para a Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa) e, posteriormente, do MDS. Já a partir do ano 2006 o alcance do programa foi ampliado e o MDA passou a disponibilizar os recursos financeiros.

Conforme exposto, o PAA está dividido em cinco (5) modalidades. É de responsabilidade dos estados e municípios a execução do PAA Leite e do Compras Institucionais, as demais modalidades são executadas pela CONAB, citado por Porto (2014, p. 22).

As três modalidades operadas pela Conab são a Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF (recursos MDS e MDA), a Compra com Doação Simultânea - CDS (recursos exclusivamente do MDS) e o Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar - CPR Estoque (recursos MDS e MDA). Em suas operações, a Companhia optou por uma metodologia que estabelece relação direta com as organizações econômicas dos agricultores familiares, visando à aquisição dos produtos, estimulando o protagonismo de suas organizações, no planejamento, na produção e na distribuição de gêneros alimentares para populações sob insegurança alimentar e nutricional e, ainda, no fornecimento de alimentos para formação dos estoques públicos (PORTO et al, 2014, p.22).

Tanto por meio do PAA quanto do PNAE, quando se trata de aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos há um acréscimo no preço de 30% em relação ao preço dos produtos convencionais. No caso do PAA os preços são estipulados pela Companhia Nacional do Abastecimento (CONAB) levando sempre em consideração a Política de Garantias de Preço Mínimo (PGPM). Galindo et al (2014, p. 96) afirma que:

A produção agroecológica e orgânica passou a ser incentivada pelo PAA a partir da Resolução nº 12 do Grupo Gestor, 5 de 21 de maio de 2004, segundo a qual “no caso de produtos agroecológicos ou orgânicos, admite-se preços de referência com um acréscimo de até 30% sobre os demais, devendo as aquisições desses produtos ser informadas em separado das convencionais, para análise e avaliação deste Grupo Gestor” (art. 2º do

parágrafo único da Resolução do Grupo Gestor do PAA nº 12). Essa permissão de acréscimo de preço para os produtos agroecológicos e orgânicos foi mantida em resoluções posteriores e incluída na nova lei que regulamentou o PAA (parágrafo único do art. 17 da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011). Mais recentemente, o incentivo a esse tipo de produção passou a constar formalmente como um dos objetivos do PAA. Segundo o art. 2º do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, está entre as finalidades do PAA: “promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional” (GALINDO; SAMBUICHE, DE OLIVEIRA, 2014, p.96).

Observa-se que esses Programas, hoje políticas públicas de Estado, começaram a inserir a agricultura familiar e a produção agroecológica a partir do ano 2000. No que foi percorrido até agora, procurou-se mostrar que a agricultura familiar e a agroecologia começaram a ganhar representatividade, importância e espaço na agenda estatal a partir de 1990, desse modo, pode-se entender que essa inserção nas políticas públicas se deve em grande parte a esse movimento que envolveram diversos atores e organizações iniciado nessa época.

O primeiro, e talvez o mais importante, fator a ser destacado está relacionado com a trajetória das discussões em torno da agricultura familiar e de seu potencial como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira. Por certo, tanto a agricultura familiar como os agricultores que hoje são assim denominados sempre existiram, e não se trata de uma novidade. Mas é mister reconhecer que foi na primeira metade da década de 1990 que esta noção se firmou como uma categoria política, sendo em seguida assimilada por estudiosos e por formuladores de políticas, o que lhe confere atualmente uma extraordinária legitimidade a tal ponto de se constituir como referência em oposição a outras noções igualmente poderosas, como a de agronegócio, por exemplo (SCHNEIDER, 2010, p. 03).

Pensar agricultura familiar como uma categoria política como propõe Schneider, permite resgatar o pensamento gramsciano de Estado ampliado, onde as demandas da sociedade civil também são acolhidas, em especial por meio de projetos, programas e políticas públicas, como foi o caso das políticas aqui abordadas. Percebe-se também que a sociedade civil organizada, no caso as organizações e movimentos sociais ligados à agricultura familiar e agroecologia, têm cada vez mais pressionado no sentido de inserir suas demandas na agenda estatal, entendendo que é de grande importância que sejam direcionados investimento para o setor e implementação de políticas específicas.

Outro avanço no reconhecimento da importância da agricultura familiar e da agroecologia ocorreu com a assinatura do Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Produção Orgânica e Agroecologia (PNAPO). É a primeira política a nível federal que tem como tema específico a produção orgânica e a agroecologia.

Depois da instituição da PNAPO, o passo seguinte foi a implementação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), plano esse que servirá como base para a implementação de projetos, programas e políticas voltados especificamente para a agroecologia e para a produção orgânica.

Existe também uma linha de crédito específica para a agroecologia, trata-se do PRONAF agroecologia. Para acessá-lo os agroecologistas devem apresentar projeto técnico para sistemas agroecológicos de produção. Precisam também estar enquadrados com agricultores familiares e ter a declaração de aptidão ao Pronaf – DAP. É possível financiar a implantação e manutenção do empreendimento. O período de carência é de três (3) anos, mas o agroecologista precisa já estar certificado ou estar em processo de certificação da propriedade.

Ferrari e Abraão (2008) destacam que enquanto política pública de apoio para a transição agroecológica se teve alcance quase que insignificante. Pois, enquanto linha de financiamento disponibilizada pelo governo federal, os valores que são destinados representam 0,01% em relação aos valores que são destinados para a agricultura convencional.

Ainda conforme Ferrari e Abraão (2008) outra dificuldade é o fato que para acessar os agricultores tem que apresentar um plano de transição agroecológico, mesmo tendo carência de três anos para começar a efetuar o pagamento, se recebe o valor total do financiamento no 1º ano, sendo que normalmente devem usar os recursos gradativamente conforme vai adequando a propriedade, desta forma o Pronaf agroecologia segue a lógica de um “pacote” como o que foi usado na revolução verde ou modernização da agricultura, e, em se tratando de agroecologia o processo se dá paulatinamente. Ou seja, é bastante rígido no sentido que os agricultores devem apresentar o plano de transição com ações a serem realizadas em três anos e a cada ano deve constar uma ação específica, para que fosse mais acessível o Pronaf agroecologia deveria ser bem mais flexível.

Ao nível estadual existe o Programa Paraná agroecológico, criado em 2011 tem por objetivo “propor, articular e apoiar ações fundamentadas nos princípios da agroecologia, visando ao desenvolvimento de políticas públicas socioambientais, econômicas e tecnológicas para a agricultura paranaense” (PARANÁ, 2011, p.28).

Tal programa, conforme Paraná (2011) se deve por diversos fatores que somados culminam com a criação do Programa Paraná Agroecológico. O fato da crescente demanda por produtos orgânicos e agroecológicos pelos consumidores, o

grande número de estabelecimentos agrícolas familiares no estado, a mobilização e articulação dos movimentos sociais que defendem a temática da agroecologia, a preocupação de se pensar formas e alternativas de desenvolvimento sustentável são os principais fatores que resultaram na criação do referido programa.

O Programa Paraná Agroecológico tem por objetivos em Paraná (2011, p. 28-29):

Propor, articular e apoiar políticas públicas que possam internalizar os princípios da agroecologia em diferentes ações e projetos nas Secretarias de Estado; disponibilizar aos agentes de desenvolvimento local e aos agricultores familiares o instrumental tecnológico e formativo, bem como a produção de material didático, organizacional e creditício, necessários à transição e consolidação para sistemas agroecológicos e consumo responsável; estimular e intercambiar experiências bem-sucedidas em sistemas agroecológicos, por parte de agricultores e suas associações, organizações governamentais e não-governamentais, entidades privadas, escolas técnicas e universidades; sistematizar as diversas experiências de geração e socialização de conhecimentos em agroecologia, disponibilizando esse conhecimento ao público e incentivando a formação de redes locais e regionais; apoiar a organização de novas instituições e atores, visando ampliar e qualificar a oferta de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), pesquisa e desenvolvimento em agroecologia; apoiar as iniciativas de produção e beneficiamento de produtos advindos dos sistemas agroecológicos nas unidades familiares; ampliar a oferta de alimentos de base ecológica nos distintos canais de comercialização e apoiar a criação e consolidação de mercados locais, de modo que a maior parte da população tenha acesso ao consumo de alimentos saudáveis a preços justos; ampliar a participação de produtos de base ecológica no mercado institucional (alimentação escolar, hospitais, asilos, creches, entre outros); incentivar a geração de linhas de crédito e cooperativismo; fortalecer ações de educação para o consumo responsável e apoiar a organização e funcionamento de associações de consumidores; incentivar a abertura de chamada de projetos de pesquisa, ensino e extensão, priorizando o enfoque sistêmico, orientados ao fortalecimento de atividades baseadas nos princípios da agroecologia (PARANÁ, 2011, p.28-29).

Elencadas tais políticas e programas, fica constatado que existem ações voltadas para a agroecologia. O que resta verificar na sequência é se estas ações estão chegando até os agroecologistas em especial os de Guarapuava.

3.2 - OS AGROECOLOGISTAS DE GUARAPUAVA E AS PERSPECTIVAS DE ACESSO ÀS POLÍTICAS QUE INCORPORAM A AGROECOLOGIA

Ao procurar perceber as perspectivas e formas de acesso dos agroecologistas de Guarapuava às políticas públicas que incorporam a agroecologia, é conveniente, mesmo que de forma breve, procurar mostrar como foi o desenvolvimento da agricultura no município.

De acordo com Lima (2004), o município de Guarapuava era bastante extenso, compreendendo praticamente toda a região Paraná Centro. Os primeiros

que desenvolverem práticas agrícolas foram os índios, sendo eles das tribos Kaingangues e o Tupi- Guaranis. Os Kaingangues pouco conheciam de agricultura, se dedicavam à caça e coleta de alimentos silvestres. Já os Tupi-Guaranis cultivavam milho, mandioca e algodão, com o qual teciam redes. Utilizavam instrumentos rudimentares feitos de madeira, as roças eram feitas por cinco a seis anos em um mesmo local até que o solo ia perdendo a fertilidade, então mudavam o local. A ocupação da região do Paraná central (pelo homem branco) se deu na primeira década de 1800, onde a Coroa portuguesa precisa conquistar território contra os espanhóis, essa ocupação também estava ligada à exploração de recursos naturais, ciclo do porco e do gado e agricultura para o consumo.

Gomes (2009) fala das diversas formas de uso da terra no município. Com a ocupação na primeira década de 1800, os primeiros a fazer uso da terra foram os lusos brasileiros. Como forma de incentivo para a ocupação dos campos de Guarapuava, os primeiros que se aventurassem nessa empreitada estava garantida pela coroa portuguesa a concessão de terras pelo regime de sesmarias¹¹, e utilizavam essas terras para a criação de gado, ovelhas, porcos e muares. É o “sistema campeiro”.

Gomes (2009, p. 112) sintetiza esse sistema assim:

[...] A criação, transporte do gado e o tropeirismo, integravam o sistema campeiro, caracterizando-se como uma atividade que envolvia a coexistência do trabalho escravo e livre representados pelos agregados, que eram juridicamente livres, mas subordinados à classe senhorial (GOMES, 2009, p. 112).

Esse tipo de ocupação era baseado em grandes fazendas, ou latifúndio, envolvia trabalho escravo. Gomes (2009) ressalta ainda que a agricultura de subsistência foi desenvolvida ou pelos escravos ou pelos agregados dos fazendeiros; cultivavam em áreas de matas onde não era ocupada para a criação de gado e parte da produção ficava para o fazendeiro. Segundo a autora este cenário começa a mudar a partir de 1930, período esse que o Brasil inseria-se de forma

¹¹ O sistema de sesmarias foi uma tentativa da coroa portuguesa de ocupar e povoar as terras brasileiras. As doações eram autorizadas pelos donatários ou pelos governadores de províncias a quem se propusesse a cultivá-las, normalmente as sesmarias eram doadas a militares da época, membros da pequena nobreza ou a pessoas que financiavam as expedições, e que normalmente já eram fazendeiros e ofereciam cavalos, muares, pessoas e mantimentos para que a expedição fosse realizada. (nota do autor).

mais incisiva no sistema capitalista, e era necessário criar e fortalecer o mercado interno, nesse processo o Paraná transformou-se em um “celeiro” do país.

Gomes (2009) destaca ainda que a partir deste período as áreas de campos foram ocupadas pela agricultura de soja, milho e batata inglesa (latifúndio). As áreas de floresta, em especial araucárias, foram desmatadas e as madeiras abasteciam as serrarias ao mesmo tempo em que o solo ficava desmatado para o plantio. Destacam também que entre 1950 e 1980 começam a chegar imigrantes europeus sendo, germânicos, poloneses, descendentes de italianos e alemães.

Gomes (2009, p. 161) descreve que:

Assim, Guarapuava tem sido palco de uma pluralidade de usos da terra, de acordo com os grupos sociais que foram se apropriando socialmente da natureza. O luso-brasileiro inscreveu sua marca na paisagem, pelo uso extensivo dos pastos naturais, enquanto o caboclo e/ou primeiros imigrantes contribuíram com a criação coletiva nas florestas e com a agricultura de subsistência. Assim, o novo grupo social, que irá dialogar com essa realidade, vai construir novas formas na paisagem, sendo: os suábios, pela transformação dos pastos em agricultura moderna, com alta tecnologia; os descendentes de imigrantes italianos, poloneses, alemães, pela manutenção da tradição da agricultura familiar, sob um viés comercial. Os madeireiros esgotarão as florestas, deixando poucos remanescentes, dando lugar a uma paisagem nova, que também se irá impor às indústrias e, com ele, a demanda por monoculturas florestais (GOMES, 2009, p. 161).

Vale destacar que Guarapuava era um município bastante extenso, e depois disso, vários distritos se emanciparam e boa parte destes imigrantes em especial poloneses e italianos atualmente estão em outros municípios.

Sobre a chegada dos imigrantes suábios em Guarapuava, Krüger (2007) relata que isso foi viabilizado por intermédio da Instituição Filantrópica Ajuda Suíça para a Europa (Schweizer Europa-Life) e pelo governo do Estado do Paraná, que na época tinha como governador Bento Munhoz da Rocha Neto, que desapropriou as terras do distrito de Entre Rios, tendo em vista que os proprietários não queriam vendê-las, o ato foi oficializado pelo Decreto nº 1229 de 18 de maio de 1951. As terras pertenciam às famílias Ribas, Lustosa e Siqueira Martins, eram fazendas dedicadas para a criação extensiva de gado.

Conforme Krüger (2007), o governador era “um homem de formação humanista”, e a pecuária extensiva desenvolvida há quase dois séculos estava em declínio. O governo do Paraná então desapropriou a área dando aos proprietários terras no norte do Estado e a Instituição Suíça adquiriu 25 mil hectares (comprou) dos 50 mil que foram destinados aos suábios. Em 06 de junho de 1951 chegam 500

famílias que com o apoio da Instituição Suíça e do governo do Paraná fundaram a Cooperativa Agrária. Atualmente produzem 20% do malte cervejeiro do país.

Brandenburg (1997) destaca que a partir de 1950 ocorreu um processo chamado por ele de “transformação da organização produtiva”. A pecuária extensiva estava em decadência e vai deixando de ser a atividade principal e a agricultura e agropecuária vão ganhando força. A agricultura de subsistência praticada no período da pecuária extensiva se utilizava dos morros, e terras menos mecanizáveis, com a decadência da pecuária começa a serem desenvolvidas em terras que eram destinadas para pastagens, terras estas mais férteis e passíveis de mecanização. Com os imigrantes foi implantada uma agricultura moderna (destaca-se a Colônia Entre Rios) e a produção não é exclusiva de subsistência, passa a ser voltada para o mercado. Isso atraiu novos agricultores para a região e, com pecuária extensiva em crise os pecuaristas começam a vender parte das terras.

Brandenburg (1997, p. 88) cita que:

A vinda de imigrantes para a região não apenas representa o início de um novo ciclo para a agricultura, mas a transformação das relações de produção latifúndio-servidão/escravismo. A mão-de-obra familiar se tornaria a mais importante da região, e a formação de uma classe média rural seria o marco desta fase que compreende o período de transformação da sociedade tradicional campeira. [...] (BRANDENBURG, 1997, p. 88).

Ao falar da imigração no Paraná, Cunha (2003) verifica que há dois tipos de colônias, as do tipo camponês e as colônias do tipo capitalista. A imigração dos suábios para Guarapuava foi a de colônia do tipo capitalista.

Essas colônias correspondem a enclaves de renovação na estrutura tradicional, mas que se mostraram pouca ou nenhuma capacidade de difusão e multiplicação local dos seus métodos e técnicas, [...]. Inclusive, ainda hoje, esses núcleos são relativamente fechados (CUNHA, 2003, p. 53-54).

Observando os apontamentos de Gomes (2009), Krüger (2007), Cunha (2003) e Brandenburg (1997) verifica-se que por mais que tais fatos e acontecimentos tenham interferido na posse da terra, nas relações de produção e relações sociais no município; o apoio do governo do estado do Paraná foi para os imigrantes suábios e não para os pequenos agricultores do município que certamente existiam nessa época. Percebe-se então que, o desenvolvimento da agricultura familiar e conseqüentemente a agroecologia em Guarapuava também

ficou sem incentivo governamental, não sendo exceção ao que ocorreu no cenário nacional. É nesse contexto que a agricultura familiar guarapuavana está inserida.

No ano de 2012, foi realizado pelo Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP) um trabalho denominado mapeamento social dos agroecologistas. Tal trabalho teve como propósito dar visibilidade aos agricultores que, de alguma forma trabalham com a agroecologia.

Esse trabalho foi realizado por meio do Projeto “Centro Mesorregional de Difusão de C&T das Regiões Centro e Centro Sul: Formação humana e potencialização econômica da cultura agroecológica.” (CV 77/09 IEEP/ SETI/ Fundação Araucária através do programa Universidade Sem Fronteiras). Conseguiu abranger 24 municípios das regiões: Centro, Centro Oeste e Centro Sul do Paraná e, onde foram identificadas e visitadas 630 famílias de agroecologistas, em Guarapuava foi possível identificar 45 famílias que trabalham com a agroecologia.

Vale destacar que no Mapeamento Social dos Agroecologistas, não havia a exigência de o agricultor estar certificado, também não necessariamente ele ou ela tinham que se identificar como agroecologistas, sendo assim muitos se identificaram como horticultores, camponeses, lavrador etc..., mas todos trabalhavam em suas propriedades com a agricultura ecológica ou agroecologia.

Na dissertação, conforme explicitado foi entrevistado três (3) agroecologistas e um (1) agente governamental no âmbito municipal. Nos quadros adiante, onde serão feitas as análises das entrevistas, abreviou-se os agroecologistas pela sigla (Aeco), e o agente governamental pela sigla (Agov).

Um agroecologista faz parte da Associação Imbuia Pesquisas (ASIMP¹²); o segundo faz parte da Associação Agroecológica Nossa Senhora Aparecida de Monte Alvão (ANSAMA¹³); e o terceiro não está ligado a nenhuma associação, ou

¹² A Associação Imbuia Pesquisas (ASIMP) é uma entidade coletiva sem fins lucrativos, criada em primeiro de setembro de 2003, atua nas regiões centro e centro-sul do Estado do Paraná. Tem como premissa, ser instrumento à articulação, organização e capacitação dos pequenos agricultores e agricultoras e assentados pela Reforma Agrária, fundamentalmente em virtude da sustentabilidade sócio-econômica e ambiental das regiões em que atua, buscando a integração entre comunidades camponesas tradicionais e demais setores camponeses e urbanos. Tem sede à margem da Rodovia BR 277 km 320, Distrito do Guará, Município de Guarapuava – Pr. (nota do autor).

¹³ Associação Agroecológica Nossa Senhora Aparecida, entidade de direito privado, sem fins lucrativos. Fundada aos 29 de maio de 2011 por 13 agroecologistas tem dentre seus objetivos promover o desenvolvimento da agricultura orgânica e ecológica de alimentos na comunidade local e em comunidades próximas. Não tem sede própria e as reuniões são realizadas na casa dos

seja, trabalha com a agroecologia sem vínculos associativos ou ligados a alguma organização e ou movimento social agroecológico. Ao entrevistar estes três agricultores ecologistas garante-se a representatividade das duas associações que têm em sua composição agroecologistas e também a representatividade das três famílias que trabalham com a agroecologia sem vínculos associativos. Já o agente governamental municipal é de fundamental importância para entender o que o município desempenha em favor da agroecologia e como ele tem contribuído para o acesso dos agricultores ecologista a nível estadual e federal.

A ASIMP atua nos municípios de Guarapuava, Inácio Martins e Cândói, conta com um quadro com pouco mais de 100 sócios, em especial agricultores assentados da reforma agrária. A ASIMP trabalha tanto com agricultores ecologistas como com agricultores não ecologistas. Já atuou na comercialização de alimentos via PAA e PNAE. Dentre seus sócios 29 são agricultores ecologistas.

Já a ANSAMA conta com 13 sócios, sendo todos agricultores ecologistas. Nesta associação só pode participar quem trabalha com práticas ecológicas de produção. Seus sócios comercializam via PAA e PNAE devido a uma parceria com a ASIMP.

Por questões éticas, de sigilo e compromisso com os entrevistados, muito de seu histórico de vida não pode ser abordado, mas vale destacar alguns aspectos que podem revelar um pouco de cada entrevistado preservando sua identidade.

Aeco1 tem 53 anos, nascido e criado no município, sempre trabalhou com a agricultura familiar e teve práticas alinhadas aos preceitos da agroecologia, acerca de quatro anos começou a participar de uma associação de agroecologistas. Aeco2 tem 44 anos, nascido no Rio Grande do Sul, trabalhou com agricultura convencional, há 12 anos em Guarapuava iniciou com a agricultura agroecológica faz cinco anos, por entender que mais viável nas pequenas propriedades e preocupação com a saúde e segurança alimentar e nutricional, há três anos faz parte de uma associação de agroecologistas. Aeco3 tem 23 anos, residia no município de Pinhão, sua família sempre trabalhou com agricultura familiar, fez curso técnico em agroecologia pela Casa Familiar Rural de Pinhão, há quatro anos em Guarapuava filiado a uma associação teve experiência na execução do PAA e do PNAE, programas pelos

agroecologistas, de tal forma é sediada na comunidade de Monte Alvão, distrito de Guará em Guarapuava. (nota do autor).

quais, via associação alguns agricultores familiares e agroecologistas comercializavam seus produtos. Agov tem 55 anos de idade, curso técnico em e especialização em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar. Por mais de 20 anos foi funcionário público estadual, atualmente vinculado ao município.

O objetivo é identificar como os agroecologistas de Guarapuava têm acessado às políticas que de alguma forma incorporam a agroecologia ou quais as perspectivas de acesso destes as essas políticas.

Destes 45 agricultores ecologistas, 42 participam de associações, sendo 29 sócios da ASIMP e 13 sócios da ANSAMA. As outras três famílias trabalham com a agroecologia, mas sem vínculos com associações.

3.3 A AGROECOLOGIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS SOB A PERCEPÇÃO DOS AGROECOLOGISTAS DE GUARAPUAVA

Com intento de poder identificar os impasses e perspectivas de acesso dos agroecologistas de Guarapuava às políticas e programas que em certa medida contemplam a agroecologia, foram entrevistados alguns agroecologistas e um membro do poder público local.

Martinelli (1999) ao falar de pesquisas qualitativas lembra que o número de pessoas que são selecionadas ou escolhidas para prestar a informação não é o principal determinante, mas sim a representatividade e os significados que estes sujeitos têm no que corresponde ao objeto pesquisado.

Minayo (2006) relaciona a pesquisa qualitativa a uma estratégia de compreensão de sujeitos, grupos e instituições, considerando seus valores culturais e representações sobre a história refletindo, inclusive na implantação e implementação de políticas públicas.

Conforme abordado anteriormente, na escolha dos sujeitos da pesquisa, primou-se pela representatividade e significado que estes apresentam em relação ao objeto estudado. Para melhor visualizar e analisar os relatos dos entrevistados foram criados quadros divididos em subcategorias, conforme segue.

Quadro 1 – Ações do governo para a agroecologia

Subcategoria	Depoimentos
--------------	-------------

Ações do governo para a agroecologia	Aeco-1: “Eu não sei de assim, ações do governo sobre a agroecologia, assim porque, assim é um pouco complexo de a gente explica. Falta mais informações pra gente.[...]” Aeco-2: “Bão, que tem ação eu sei, mais que eu saiba até agora a agroecologia, pouca coisa chegou né. Tem, o governo tava comprando mais deram um jeito de, tiraram quem tava ajudando nós né. Tiraram fora, daí morreu tudo, parou né.[...]” Agov: “No governo do município, nós não temos um programa, aliás um projeto específico pra agroecologia. Entendemos que a importância da agroecologia, sabemos que muitos agricultores já fazem um trabalho que, voltado á questão agroecológica, é, mais não temos assim um trabalho específico com isso. [...] o governo do município ele tá aberto aceitando sugestões do agricultor, aceitando proposta do agricultor, então se tivermos um grupo de agricultores que tem interesse em trabalhar com a agroecologia, nós prontamente atenderemos porque, é nós queremos fazer o papel inverso do processo, invés de levarmos a proposta, é que a proposta venha do agricultor, principalmente do agricultor familiar para que nós possamos trabalhar de acordo com a vontade dele.” Aeco-3: “É, existem ações, mais são poucas. É, eu mesmo, com a minha família, fomos beneficiados apenas com a comercialização dos produtos. É, onde nós entramos no PNAE e no PAA, vendendo produtos orgânicos, mais não certificados ainda, mais foi só nesta área de comercialização mesmo.”
--------------------------------------	---

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Observam-se algumas questões no que diz respeito ao acesso dos agroecologistas de Guarapuava às políticas que incorporam a agroecologia. Uma delas é a falta de conhecimento destas políticas, na fala de Aeco1 percebe-se isso. Por mais que existam canais de comunicação entre Estado e sociedade, muitas pessoas não conseguem acesso. A democracia participativa não é plena em nosso país e Guarapuava não é exceção a esse fato. Giustina (2013) observa que para que a democracia seja efetivada, precisa ir para além do âmbito das relações políticas e, até mesmo para além de regras procedimentais, adentrando as relações sociais em suas múltiplas esferas.

Neste sentido, o Estado tem um papel a desempenhar, institucionalizando mecanismos de participação e, além disso, atuando como participante na construção de uma cultura participativa dos cidadãos que resulte em

decisões tomadas coletivamente e efetivada no cotidiano da realidade social (GIUSTINA, 2013. p. 159).

A informação é primordial para que seja desempenhada a democracia participativa, e assim como Aeco1 existem inúmeras pessoas que têm dificuldade no acesso a informação, conseqüentemente isso não interfere apenas no que tange a democracia participativa, mas também em questões mais básicas como o acesso às políticas públicas.

Outra questão que aparece pode ser entendida como um descompasso entre o governo municipal e os agroecologistas, ao observar os relatos de Aeco2 e Agov, ou também falta de iniciativa de ambos os lados (agroecologistas e governo municipal), afinal na espera que o outro tome a iniciativa nenhum dos lados procura para que haja o acesso às políticas que incorporam a agroecologia.

No entanto, é possível perceber pelo relato de Agov que o governo municipal está aberto para que os agroecologistas apresentem suas demandas. Seguindo a tendência de que em especial a partir de 1988 com a CF, o Estado está mais aberto às demandas da sociedade civil fato esse que Gramsci conceitua como “estado ampliado”, no relato de Agov percebe-se esta tendência no governo municipal. Ou ainda, “[...]. De fato, com a Constituição de 1988 a participação social passa a ser valorizada não apenas quanto ao controle do Estado, mas também no processo de decisão das políticas sociais e na sua implementação, em caráter complementar à ação estatal” (SILVA e JACOUND, 2009, p.374).

E por fim, conforme relato de Aeco3, as políticas existem, mas se restringem ao apoio para a comercialização. Considerando que o agricultor familiar, e conseqüente a agroecologia ficaram à margem do processo de desenvolvimento que se pensou para a agricultura brasileira, onde alguns como Graziano Neto (1985) achavam que a tendência era que ela sucumbisse. Ao implementar políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, uma questão que se apresenta é a capacidade de investimento destes agricultores em comparação com os do agronegócio, além disso a agricultura familiar e a agroecologia permaneceram por um grande período sem nenhum tipo incentivo, portanto, a implementação de políticas para o setor deve considerar “o cotidiano da realidade social”.(GIUSTINA, 2013, p. 159).

Considerando também que só a partir da década de 1990 que a agricultura familiar vem ganhando visibilidade e importância sendo alvo de políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro e, a agroecologia vem sendo inserida nessa

proposta de incentivo e fortalecimento da agricultura familiar a partir de 2003, pode ser compreensível que no que diz respeito à participação e pressão junto ao poder público esteja ainda em fase de amadurecimento.

Outra questão que aparece no relato de Aeco2 diz respeito à burocracia para acesso e execução do PAA. Quando Aeco2 fala “tiraram quem tava ajudando nós, né” está se referindo a Associação Imbuia Pesquisas (ASIMP). Trata-se de uma entidade jurídica sem fins lucrativos, está ligada ao MST em especial aos assentamentos e acampamentos da reforma agrária em Guarapuava. Aeco2 e boa parte dos demais agroecologistas puderam comercializar os produtos agroecológicos devido ao apoio dado por esta entidade que executava o PAA.

Existem algumas exigências para que as unidades executoras possam comercializar via PAA (Compra com Doação Simultânea).

Deve ser respeitado o percentual mínimo de 40% de mulheres e do público do Brasil sem miséria e também deve-se buscar a ampliação de participação de beneficiários fornecedores de produtos orgânicos e agroecológicos. Atualmente a meta é de 5% desse tipo de beneficiário fornecedor (BRASIL, MDS, 2014, p. 79).

Por esse motivo e pela proximidade e parceria com os agroecologistas a ASIMP os ajudou a comercializar via PAA.

No entanto essa comercialização só ocorreu até 2013. Devido às exigências do programa a ASIMP não teve mais condições de continuar executando o programa. São muitas exigências e sem apoio do município fica muito difícil para uma organização de a agricultura familiar ter condições de cumprí-las. Embora boa parte das etapas burocráticas devesse ser feita pelo município ou estado, isso não acontecia e a ASIMP ficava sobrecarregada com toda a documentação, levantamento da demanda, cadastro das unidades receptoras, preenchimento do SISPAA, fazer transporte dos produtos e entrega nas unidades, etc. Isto inviabilizou a continuidade na execução do programa.

A ASIMP também participou do PNAE, mas também não teve mais condições devido aos mesmos problemas burocráticos do PAA. Com tantas exigências e sem apoio governamental fica praticamente impossível, para uma associação com pouca estrutura física e técnica conseguir executar tais programas. Isso é citado em Brasil, MDS (2014, p. 38):

São compromissos da Unidade Executora ao firmar o Plano Operacional:•
Elaborar Proposta de Participação no sistema de informação do Programa –

SISPAA, contendo a descrição da proposta; informação sobre o mecanismo de definição dos preços; cadastramento dos produtos a serem adquiridos; cadastramento dos beneficiários fornecedores; cadastramento das entidades aptas a receber os produtos adquiridos e parecer da instância de controle social do ente; • Envidar esforços para o alcance das metas do PAA, propostas pelo MDS e pactuadas na aceitação do plano; • Selecionar de forma transparente e justa, a partir de critérios claros e definidos, os beneficiários do Programa, tanto fornecedores como consumidores;

- Adquirir alimentos exclusivamente de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais que possuam DAP e se enquadrem no perfil estabelecido para atendimento pelo Programa, diretamente desses ou por meio de suas organizações, e respeitar o limite de participação anual desses fornecedores;
- Indicar ao MDS os beneficiários ou as organizações de fornecedores que fazem jus ao pagamento e os respectivos montantes devidos, a partir do ateste do recebimento dos alimentos por meio registro correto e imediato das operações de aquisição no SISPAA;
- Zelar pela qualidade dos produtos adquiridos e distribuídos, bem como pela sua guarda até o momento de sua destinação aos beneficiários consumidores definidos na Proposta de Participação;
- Realizar e/ou acompanhar as ações de destinação dos alimentos aos beneficiários consumidores;
- Fornecer de forma correta, frequente e imediata, à instância de controle social e ao MDS, informações quantitativas e qualitativas sobre o desenvolvimento do Programa;
- Cuidar pelo não comprometimento de recursos financeiros acima do pactuado no Plano Operacional anual;
- Emitir e guardar por 10 anos a documentação fiscal referente às operações de aquisição, e permitir o acesso imediato aos documentos pelo MDS e pelos órgãos de controle, quando solicitado; e
- Facilitar o acesso do MDS e dos órgãos de controle federais ou estaduais à documentação referente à execução do Programa, além de estimular o acesso frequente da instância de controle social à essa documentação (BRASIL, MDS. 2014, p. 38).

Isto serve para exemplificar quão difícil é para que a entidade acima citada continuasse executando o PAA.

Quadro 2 – Acesso às políticas que incorporam a agroecologia.

Subcategoria	Depoimentos
Acesso às políticas que incorporam a agroecologia.	Aeco-1: “Eu acho que não acessei assim política pra agroecologia. No caso nosso a gente já teve uma associação agroecológica, mais o preço dos produtos, é assim a gente vai vende o produto convencional e o orgânico. O orgânico é muito pouco mais caro, é só 20% mais caro daí não compensa, não tem como fazer o produto orgânico sendo muito barato pra gente vende.” Aeco-2: “É que eu lembre não acessei nenhuma, é difícil aqui pra nós não tem, não tem nem com quem a gente conversa, não tem nada né.” Aeco-3: “Não acessei.”

	Agov: “Primeiramente nós entendemos que o agricultor tem que tá organizado, pode ser em associação, pode ser em cooperativa. Entendemos que o associativismo ele ajuda bastante, e na agroecologia sabemos que é importante o associativismo, mesmo porque nós precisamos buscar mercado, e o mercado tanto pra aquisição de materiais, é insumos para agroecologia e também pra comercialização de produtos diferenciados né, produtos diferenciados, e facilita, o associativismo facilita. [...]”
--	--

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

É certo que a tendência atual é que os agricultores, especialmente os agricultores familiares e agroecologistas, estejam organizados em associações, isso dá mais condições para que eles possam competir e ter possibilidades de inserção de seus produtos no mercado, afinal vive-se numa economia capitalista e a competitividade do mercado exige isso.

Mas também há que se considerar que os agricultores familiares e agroecologistas, neste caso os de Guarapuava, não são exceção aos demais agricultores familiares do Brasil, que ficaram à margem do processo de desenvolvimento da agricultura. Eles não eram prioridade nas políticas de Estado e suas condições, inclusive organizacional são precárias. “[...]. A escassa tradição associativista existente no campo brasileiro, como atualmente demonstra as evidências, é um claro limitador de iniciativas que tenham sua centralidade nos âmbitos exclusivamente locais” (NAVARRO, 2001, p. 5).

Wilkinson (2007) observa que os que não aderiram ao processo de industrialização da agricultura brasileira, ficaram excluídos, e mesmo tendo uma dinâmica e resistência, não houve uma preocupação em especial por parte do Estado em pensar formas de apoio a esses. A atenção era destinada ao setor dominante da cadeia industrial, no caso os grandes proprietários. Houve mudança de perspectiva no que tange ao apoio, mas existem reflexos da defasagem ou ausência de atenção estatal, logo se deve procurar tornar as políticas e programas para a agricultura familiar e agroecologia acessíveis considerando suas especificidades de exclusão.

Esses fatores, mais a forma como se deu o desenvolvimento da agricultura em Guarapuava que, como vimos está ligado à concessão de terras pelo sistema das sesmarias, grandes áreas destinadas ao plantio de pinus, e ainda não há

nenhum programa do município específico para a agroecologia; é compreensível que os agroecologistas tenham dificuldades e limitações em relação ao associativismo, acesso às políticas públicas e desenvolvimento da agroecologia.

Perante isso, faz-se necessário que o poder público, especialmente local, trabalhe e desenvolva ações que possibilitem o acesso dos agroecologistas às políticas públicas, que como se percebe existe, sendo que se destacam as de nível federal (PAA e PNAE). Essa intermediação via município certamente proporcionaria melhor acesso. No entanto, o contexto histórico, econômico, político e social em que se desenvolveu Guarapuava pode ser um dos fatores que interfere nisso. Da Silva (2008) aborda a temática do “Poder local”, em especial quando este reflete na política seja ela nas diversas esferas de governo (federal, estadual e municipal). Do ponto de vista da autora, o poder político não está restrito unicamente ao Estado, aliás, ao falar em “poder local” a autora cita que o Estado pode ser um dos instrumentos que permite mediação entre poder local e poder político, mas que também é exercido devido a determinantes econômicos, culturais, de formação social de crenças e de valores difusos em determinada sociedade.

Para Da Silva (2008, p. 71):

Esses grupos, quase sempre em minoria, acabam por ter poder sobre a região e sua população, inclusive repassando às novas gerações sua maneira de agir e de pensar, permitindo se não perpetuar, ao menos consolidar a hegemonia nas decisões locais. A população é manipulada, voluntariamente ou não, pelo caráter simbólico de crenças, valores e outros, bem como pelos meios de comunicação (que transmitem essas ideologias), legitimando as ações dos grupos detentores de poder (DA SILVA, 2008, p. 71).

De tal forma, entende-se que ao falar em “poder local” a autora considera que este é reflexo de uma série de determinantes econômicos, sociais e culturais, onde um pequeno grupo privilegiado historicamente ou de forte influência em determinada sociedade, se utilizam desse fato para fazer prevalecer ou defender seus interesses, e, muitas vezes isso é legitimado pelos demais atores sociais. Ao relacionar o poder local com o poder político, um dos instrumentos é o Estado, mas isso pode acontecer em todas as esferas de governo, inclusive municipal. Não obstante, em contextos onde é forte o “poder local”, pode prevalecer o ponto de vista ou a ideologia desse grupo até mesmo sobre as normas e leis. Isso pode influenciar sobre ações governamentais, políticas e programas.

Ao analisar o processo de desenvolvimento rural no território Paraná Tradicional, onde está inserido o município de Guarapuava, Cunha (2003) traz

aspectos que mostram uma singularidade desse território que, diferente dos outros dois grandes territórios do estado (norte e sudoeste), apresenta características sociais, geográficas, econômicas e culturais bastante singulares. Tais características podem ajudar na compreensão desta falta de incentivo municipal para a agroecologia.

Cunha (2003, p. 44) afirma que:

[...], procurou-se analisar a evolução de uma sociedade com bases definidas e complexas, fundadas principalmente no meio rural. Essa sociedade apresenta-se com uma tessitura territorial muito bem soldada que sob a influência de estímulos exógenos, mostrou-se resistente até o ponto de imprimir respostas muito específicas a esses movimentos externos (CUNHA, 2003, p. 44).

Cunha (2003) traz aspectos locais, mas que certamente tais características estão ligadas ao que Da Silva (2008) chama de poder local, também ao coronelismo e patrimonialismo abordado por Franco (1997) e ao patrimonialismo abordado por Faoro (2000).

No relato dos três agroecologistas verifica-se que eles não acessaram políticas para a agroecologia. Aeco3 falou anteriormente que conseguiu comercializar via PAA e PNAE, mais ele residia em outro município. Agov destaca a importância do associativismo, mas já apareceu no relato de Aeco1 que os agroecologistas estão buscando organizarem-se por meio de associações e como se verifica adiante esse fato vai aparecer nos relatos de Aeco2 e Aeco3 no entanto, tal fato não tem ajudado no acesso deles às políticas e percebe-se uma dificuldade no diálogo com o poder público “não tem nem com quem a gente conversa” (Aeco2). Parece primordial que os agroecologistas e o poder público municipal estreitem suas relações.

Quadro 3 – Incentivo governamental para produzir de forma agroecológica.

Subcategoria	Depoimentos
Incentivo governamental para produzir de forma agroecológica.	Aeco-1: “Eu não, assim, a gente essa associação de produzir agroecológica, mais é, não caminho muito certo e tá um pouco parado mais a gente pretende ainda produzir agroecológico assim se tiver mais incentivo assim por parte do governo.” Aeco-2: “É o incentivo foi a gente mesmo que tomou né, é que nós aqui da Associação, nós mesmo que tomou a decisão de montar a associação de agroecologia. E o governo comprar o produto, porque outro incentivo a gente não tem nenhum né, porque se o governo não comprar, esqueça, a agroecologia não

	dá certo. Pouco provável que dê, muito pouco.” Aeco-3: “Sim, eu tive incentivo, através do meu curso técnico em agroecologia na casa familiar, toda formação foi desenvolvida na área da agroecologia e da produção sustentável para permanência da família no interior produzindo o seu próprio alimento de forma sustentável.”
--	---

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Quando se fala em incentivo para produzir de forma agroecológica, percebe-se que há uma relação da palavra incentivo com iniciativa, e notadamente verifica-se que a “iniciativa” vem do próprio agricultor ou agroecologista. No entanto, o governo também tem ações que são incentivadoras de práticas agroecológicas como já pode-se observar. Aeco3 cita a Casa Familiar Rural¹⁴, no entanto trata-se de uma Instituição filantrópica e não governamental.

Aeco1 cita que começaram “com a associação de produzir agroecológico” e que está um “pouco parado”. A associação citada ANSAMA, e o fato de estar um pouco parado é que os agroecologistas da ANSAMA comercializavam os produtos por intermédio da ASIMP que executava os programas PAA e PNAE, mas que parou devido às dificuldades no quadro técnico e burocracia dos programas.

Quanto ao incentivo governamental está relacionado diretamente à comercialização e crédito. A aquisição dos produtos orgânicos e agroecológicos por meio do PAA e do PNAE são um exemplo de incentivo ligado à comercialização e valorização dos produtos. Quanto ao PNAE verifica-se tal fato na Lei Nº 11.947/2009, “Art. 20. Os produtos da Agricultura Familiar e dos Empreendedores Familiares Rurais a serem fornecidos para Alimentação Escolar serão gêneros alimentícios, priorizando, sempre que possível, os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos” (BRASIL. Lei nº 11.947/2009).

O PAA também a partir de 2006 passou a ter como uma das finalidades a valorização da biodiversidade e promoção da produção agroecológica de alimentos.

¹⁴ Fundada em 08 de Junho de 1991, em Barracão, no extremo sudoeste do Estado do Paraná, a ARCAFAR SUL – Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil está instituída como uma associação cultural e beneficente, que tem como objetivo a coordenação de um trabalho filantrópico a fim de promover, desenvolver e oportunizar aos jovens agricultores, de ambos os sexos, a permanência no meio em que vivem proporcionando uma formação integrada com a sua realidade. Pretende, assim, oferecer condições para a inserção desses jovens na sua comunidade e com isto proporcionar novas oportunidades, geração de renda, inclusão social, qualidade de vida, cidadania e dignidade. (disponível em <<http://www.arcafarsul.org.br/page/conteudos/1/quem-somos.html>>, acesso em 03 de julho de 2014)

Referente à valorização dos produtos orgânicos e agroecológicos os dois programas preveem um acréscimo de 30% em relação ao preço dos produtos convencionais. Segundo Galindo et al (2014, p. 96).

A produção agroecológica e orgânica passou a ser incentivada pelo PAA a partir da Resolução nº 12 do Grupo Gestor, 5 de 21 de maio de 2004, segundo a qual “no caso de produtos agroecológicos ou orgânicos, admite-se preços de referência com um acréscimo de até 30% sobre os demais, devendo as aquisições desses produtos ser informadas em separado das convencionais, para análise e avaliação deste Grupo Gestor” (art. 2º do parágrafo único da Resolução do Grupo Gestor do PAA nº 12). [...]. Mais recentemente, o incentivo a esse tipo de produção passou a constar formalmente como um dos objetivos do PAA. Segundo o art. 2º do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, está entre as finalidades do PAA: “promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional” (GALINDO et al 2014, p.96).

Mesmo havendo algum incentivo por parte do governo, nos relatos de Aeco1 e Aeco2 fica demonstrada a necessidade de mais incentivo ou de que tal incentivo chegue de forma mais eficaz. Como já destacado, observa-se outra vez a dificuldade dos agroecologistas de Guarapuava em relação ao associativismo, sua capacidade organizacional, de acesso a informações e também às políticas e programas específicos, fato esse que está ligado a relação entre os agroecologistas e o poder público local; que é o que está mais próximo e deveria estabelecer contato direto com os agroecologistas. Provavelmente se houvesse um trabalho em relação a isso os agroecologistas teriam maiores possibilidades de afirmação com a agroecologia e até mesmo de acesso às políticas de apoio.

Quadro 4- Estratégias fundamentais para o desenvolvimento da agroecologia em Guarapuava.

Subcategoria	Depoimentos
Estratégias fundamentais para o desenvolvimento da agroecologia em Guarapuava.	Aeco-1: “Fundamental é assim, é mais participação do governo assim no tocante, não do povo mais sim do governo ponha pessoas assim, coloca pessoas tipo técnico, assim pessoas responsáveis pra anda nas propriedades e leva o conhecimento do produtor, é como que funciona o produto orgânico e a agroecologia. [...] falta muita informação, falta o conhecimento do produtor pra produzir assim o alimento agroecológico.” Aeco-2: “Eu acho que é garantia de compra dos produto. Porque se tiver garantia de compra dos produto, eu tenho certeza que tem muitos, muitos e muitos agricultores dentro do município que iriam planta a agroecologia. Como tem muitos que planta por aí e vende o produto com se fosse convencional porque não se tem uma assistência, não se tem uma garantia de venda. Então você vende do jeito que

	você, do jeito que você quer, porque tem muita gente que eu sei que produz produto orgânico ele não tem outra alternativa, ele tem que vende do jeito que pode, do jeito que dá pra sobreviver em cima da propriedade. Ou abandona a propriedade e trabalha empregado, né, não tem muita alternativa né.” Aeco-3: “Seriam necessário o aumento das políticas públicas para a agroecologia aqui no município e de forma geral no país todo né. É, um investimento na formação dos produtores na agroecologia e se possível a certificação dos produtos para a comercialização né, uma [...] melhor rendimento, um preço melhor para os produtos, porque os produtos de forma orgânica tem, são mais difíceis de serem produzidos hoje em dia né.”
Estratégias fundamentais para o desenvolvimento da agroecologia em Guarapuava.	Agov: “Eu acho que a melhor estratégia, é partir para o associativismo. É, de mostrar pra esses agricultores que eles não conhecem a possibilidade desse mercado como é que tá. Entendo que o mercado do produto agroecológico, ele é grande, ele é bom. [...]. Você sabe que todos eles, buscam primeiro a renda, e eles vendo que tem possibilidade de ter a renda, tem muitos que não querem trabalhar com produto convencional mais não se arriscam a fazer um trabalho diferenciado. Eu acho que o poder público também pode divulgar mais o trabalho da agroecologia, procurando a mídia no sentido geral, é o sindicato, as associações as cooperativas no sentido de divulgar. A própria Universidade também acho que seria importante fazer isso né.”

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Não há como negar que a partir do ano 2000 vem surgindo algumas ações, seja elas por meio de programas ou de políticas voltadas para a agroecologia. Porém, é primordial para o acesso dos agroecologistas a esses programas e políticas que eles tenham conhecimento de tais. No relato de Aeco1, a desinformação aparece como a principal dificuldade a ser superada, desinformação essa no tocante ao conhecimento das políticas e programas, das formas de acesso, e até mesmo de novas técnicas de produção agroecológica. É perceptível a necessidade de um apoio e acompanhamento técnico direto, ou seja, contato com o

produtor, indo até sua propriedade, conversando com ele e conhecendo suas práticas, o poder público municipal tem importância fundamental nesse apoio.

Muito se fala na autonomia e no protagonismo, Gohn (2004) entende a importância de grupos organizados para que possa haver autonomia e protagonismo no sentido de transformações sociais e efetividade de uma democracia participativa, mas também entende que em muitos contextos existem dificuldades para que os grupos se organizem (associações, cooperativas etc.). Como se pode notar, muitos ficaram às margens do processo de desenvolvimento da agricultura, de tal forma, para que estes tenham protagonismo e autonomia, exige-se um esforço e atenção maiores, inclusive do governo municipal, promovendo ações que possam fortalecer a capacidade associativa. O contato direto com estes agroecologistas pode ser fundamental para isso, segundo Assis (2006, p. 82).

[...]. Nas diferentes formas de organização social da produção, cabe ao Estado, no Brasil historicamente à margem do processo de difusão deste modo de produção, um papel fundamental, estabelecendo políticas públicas específicas, nas diferentes hierarquias de poder (federal, estadual e municipal), em suas competências específicas, particularmente nas áreas de crédito, pesquisa e extensão e, em especial, procurando abrir mercados, fomentar a produção e apoiar a organização autônoma de agricultores familiares, público este que apresenta maior potencial de inserção em um processo de desenvolvimento rural sustentável que tenha como mote tecnológico práticas agroecológicas. Em segundo lugar, a utilização do conceito de sustentabilidade exige uma reflexão sobre a possibilidade de se instituir políticas públicas para alcançar um desenvolvimento rural de caráter sustentável. Isto leva a pensar nos contextos econômico-sociais nos quais essas políticas devem ser inseridas, de modo que a aplicação dessas políticas não seja feita de forma abstrata, desconsiderando-se os contextos históricos e culturais nos quais devam ser implementadas. Ao contrário, devem responder às necessidades naturais e sociais de tais contextos (ASSIS, 2006, p. 82).

Agov relata aspectos de suma importância para o desenvolvimento da agroecologia no município. Um deles, inclusive está sempre presente em seus relatos, que é o associativismo. Este parece ser o fator limitador do desenvolvimento da agroecologia no município. Ao mesmo tempo Agov já aponta alguns fatores que podem contribuir para a superação desta dificuldade quanto ao associativismo, dentre as quais o envolvimento da Universidade, no caso de Guarapuava, a UNICENTRO. Outro fator é o poder público, no caso o governo municipal, mas ele liga o poder à divulgação da agroecologia, reconhece que o mercado existe e é crescente, reconhece também que os agroecologistas ficam receosos em arriscar um empreendimento inovador, mas não cita a possibilidade de um envolvimento maior do poder público municipal no sentido de apoiar os agroecologistas e de

ajudar a planejar ações que possibilitem a eles uma estratégia de geração de renda por meio da agroecologia.

Pelos relatos de Agov, evidencia-se que o que se propôs no Programa Paraná Agroecológico não acontece em Guarapuava. No quadro 1 é relatado que não há nenhum programa específico para agroecologia no município, de tal forma, não foi criada uma linha de crédito a nível municipal, não há assistência técnica, incentivo ao associativismo, comercialização, pesquisas, enfim, o programa Paraná Agroecológico não se efetiva em Guarapuava.

Quanto ao associativismo parece pertinente trazer os pontos de vista de Schneider (2010) e de Navarro (2001). Estes têm pontos de vista distintos em relação à organização social dos agricultores familiares. Navarro (2001) fala da fraca tradição associativa no campo brasileiro. Pode-se verificar que no caso dos agroecologistas guarapuavanos, isto está presente, seja ela por motivos culturais ou socioeconômicos. Já Schneider (2010) entende que em especial a partir da década de 1990 as organizações e movimentos sociais ligados a agricultura familiar estavam bem fortes e exerceram pressão junto ao Estado reivindicando maior atenção.

Ao que nos parece, em especial a nível nacional o pensamento de Schneider (2010) apresenta consonância com os fatos ocorridos, onde realmente houve um envolvimento maior por parte dos movimentos sociais apresentando sua pauta de demandas e cobrando do Estado os incentivos à agricultura familiar inclusive com políticas públicas. Porém, o ponto de vista de Navarro (2001) não pode ser desconsiderado. De tal forma, no caso dos agroecologistas de Guarapuava ele é mais presente do que o ponto de vista de Schneider. O que demonstra que os dois pontos de vistas são válidos, mas, em Guarapuava, diferente da lógica nacional, as organizações sociais ligadas à agricultura familiar, em especial os agroecologistas não estão tendo grande capacidade de mobilização.

Mas verifica-se também, que os agroecologistas de Guarapuava veem o Estado, tanto em âmbito federal quanto estadual ou municipal, como de suma importância para que seus anseios sejam atendidos, e também o governo municipal se mostra aberto para que os agroecologistas apresentem suas demandas. Não obstante, isso é condizente com o pensamento gramsciano de “estado ampliado”. Gramsci também fala da heterogeneidade da sociedade civil, onde reconhece que pode haver diferenças significativas nela, pois afinal, refletem a realidade em que

está inserida, a cultura, a economia, o espaço geográfico, o desenvolvimento econômico e tecnológico, pode interferir nisto. Mas fala também da importância da coesão da sociedade civil, onde a importância é prevalecer o objetivo principal. Se a nível nacional se busca o fortalecimento da agricultura familiar e intervenção estatal para isso, a nível municipal, ou em Guarapuava também se busca isso.

Nos relatos de Aeco1, Aeco2 e Aeco3 notam-se essa necessidade, seja no que diz respeito a apoio técnico e informação, seja no que diz respeito à comercialização, ou seja, ela no aumento das políticas públicas e apoio à certificação dos produtos agroecológicos.

A agricultura familiar e a agroecologia constituem-se num projeto contra-hegemônico ao agronegócio burguês (hegemônico). Como verifica-se, há uma relação de forças desproporcional entre a agricultura familiar e o agronegócio, este por ser hegemônico, consegue travar boa parte das demandas da agricultura familiar referente a intervenção estatal, buscando sempre manter sua hegemonia. Logo, a agricultura familiar e a agroecologia em Guarapuava também está envolvida nesse jogo de forças, que traz ainda as características singulares do desenvolvimento socioeconômico municipal.

Linhares e Silva (1999) mostram como as oligarquias locais se apossaram das instituições político-administrativas, inclui-se entre elas prefeituras e câmaras municipais, utilizando para isso a influência, prestígio e poder econômico que lhes foi atribuído pelo latifúndio.

Delgado (2004) deixa claro que o desenvolvimento capitalista não foi capaz de incluir a agricultura de subsistência, que como já dito anteriormente não deixou de existir, mas coexiste às margens da agricultura empresarial. Também afirma que a agricultura de subsistência está diretamente ligada a agricultura familiar. Demonstra isso com base nos dados do censo agropecuário (1996) e do censo demográfico (2000), resumindo da seguinte forma:

Observa-se que, dos cerca de 4,14 milhões de estabelecimentos familiares, 77% geraram um valor bruto de produção de até dois salários mínimos, com o ponto médio da classe modal situado em um salário mínimo. Esse tipo de estabelecimento, pelas características do seu caráter familiar e pelo fato de não produzir excedentes (valor de produção familiar abaixo de um salário mínimo *per capita*), configura-se plenamente na condição de “economia de subsistência” (DELGADO, 2004, p.24).

Seguindo ainda a análise de Delgado (2004) chegamos ao período que compreende 1983 a 2003, chamado por ele de período de constrangimento

econômico. Embora nessa época tenha ocorrido abertura política no país (fim do regime militar), novo ordenamento constitucional (Constituição Federal de 1988) e retomado do debate da Reforma Agrária; o entrave ocorreu devido ao ajustamento à ordem econômica Global, ou o chamado Neo Liberalismo, onde o Estado deve cortar gastos e pouco investimento foi feito na agricultura. Mais o que vale destacar é que em todo esse período o grupo dos grandes latifundiários nunca teve seu poder político e econômico ameaçado, ou seja, não houve mudança no sentido de combater a desigualdade entre os grandes e pequenos produtores no meio rural brasileiro.

Evidencia-se grande concentração na estrutura fundiária e desigualdade no meio rural. Uma das formas de diminuir essa desigualdade entre os grandes produtores e os agricultores familiares é por meio de intervenção estatal com implementação de políticas públicas voltadas especificamente para a agricultura familiar.

Um novo olhar sobre a agricultura familiar no Brasil, data da década de 1990. Wilkinson (2000) cita como um dos fatores que contribuiu significativamente para isso foi o convênio FAO / INCRA 1995/1996, por meio do qual foi realizado o censo agropecuário. Tal estudo mostrou a importância da agricultura familiar para o país. Revelou também que mesmo recebendo menos apoio e investimento estatal, é mais produtiva que a patronal. Por esse censo foi possível afirmar concretamente que a agricultura familiar é a principal responsável pela produção de alimentos para o consumo interno, subsidiando a luta reivindicatória por políticas e investimentos para esse setor.

Mas como se viu anteriormente, o Plano Agrícola e Pecuário 2013\2014 o governo destina 136 bilhões de reais para a agricultura empresarial (agronegócio) e 39 bilhões para a agricultura familiar. Tais dados evidenciam a hegemonia do agronegócio, este fator também se faz presente em Guarapuava e pode interferir no apoio no âmbito do governo municipal para a agricultura familiar e agroecologia.

Considerando que a agricultura familiar, historicamente ficou à margem do processo de desenvolvimento implantado no meio rural, é compreensível que existam tais dificuldades de organização, e estas também devem ser consideradas quando se planejam ações interventivas.

Gramsci (2000) reconhece a heterogeneidade da sociedade civil e também diferenças significativas de sociedade para sociedade, elas refletem a cultura, a

economia, o espaço geográfico, o desenvolvimento econômico e tecnológico, enfim, são frutos da realidade em que estão inseridas, e esta realidade varia de país para país, ou de região para região, e assim por diante. Desta forma estão também em constante transformação. Para ele, sociedade civil, sociedade política e Estado não são estáticos e sim dinâmicos, dialéticos.

Para tanto, é preciso que a sociedade civil desenvolva uma consciência crítica e tenha certa unidade no objetivo central de sua luta, isso é algo que exige bastante esforço e maturidade por parte da sociedade civil e, para ter uma consciência crítica é preciso perceber claramente a luta de classes, localizar-se nela e distinguir os interesses de uma e de outra. “[...] Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória ‘permanente’ rompe, e não imediatamente, a subordinação [...]” (GRAMSCI, 2002, p. 135).

Os grupos dominantes exercem influência na classe subalterna, não se deve apenas por questões intelectuais, mas também e muito por questões objetivas e materiais, que como se verifica no país e em Guarapuava tem origem no latifúndio. Muitas vezes a sociedade civil perde-se nos rumos de sua luta, isso acaba não produzindo os resultados necessários. A criticidade, clareza nos objetivos e coesão são determinantes nessa luta, só assim pode-se desenvolver uma força política com capacidade para ser contra-hegemônica. A possibilidade de um grupo tornar-se dominante está ligada diretamente à coesão, definição de seus ideais e capacidade de envolvimento de diversos atores e uma grande massa de pessoas da classe subalterna á essa luta, ou seja, uma vontade política coletiva. Quando estas condições forem alcançadas Gramsci reconhece que é possível uma Guerra de posição.

Quadro 5 – Motivações para produzir de forma agroecológica.

Subcategoria	Depoimentos
Motivações para produzir de forma agroecológica.	Aeco-1: “É a gente pretende produzir produtos mais saudáveis assim, sem agrotóxicos né, e sobre o meio ambiente também fica mais melhor, sobre a água, sobre os animais, sobre a natureza assim a gente conseguisse produzir agroecológico.” Aeco-2: “Bão, o que eu pretendia alcançar e pretendo é que a gente tivesse uma renda melhor, com mais saúde, sem química, sem muito atravessador no meio, um meio de a gente vender direto, sem muito gasto, um gasto baixo i obter um bão lucro pra gente pode

	mante a família na roça. Mais eu vejo assim, se o governo não ajuda mais, esqueça, meus filhos não vão ficar aqui. Se depende disso, da agroecologia que a gente não tomar outras iniciativa aqui não fica, porque um ano você ganha você vende, outro ano você não vende e daí, como é que você vai passar um ano sem comer, não tem jeito, como é que você vai passar um ano sem renda. Não tem jeito, tinha que ter uma coisa mais fixa, mais certa, né, nada desses negocio de fazer leilão com o povo. Porque isso é um leilão, o que fazem é um leilão, simplesmente os políticos lá, eles fazem a documentação deles, a papelada, entram aí em licitação, não fulano ganhou, fulano perdeu. Bão o lado que perdeu, aquele grupo lá fica sem renda, fica sem opção, fica sem nada, fica voando. Aí começa, migra de um lado, migra do outro, não se tem segurança nenhuma pra se trabalhar com isso.” Aeco-3: “É, eu pretendo alcançar a sustentabilidade na propriedade rural, sem precisar sair da propriedade, buscar trabalho fora, é permanência no interior com qualidade de vida.”
--	---

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Muitas vezes, até de forma simplista, ao falar em agroecologia é feita uma relação desta prática à produção de alimentos sem uso de agrotóxicos. Caporal e Costabeber (2004) dizem que isso gera um reducionismo do termo a aspectos meramente produtivos, sem abordar a capacidade de abrangência da agroecologia que envolve questões de sustentabilidade econômica, e estratégias de desenvolvimento rural. Altieri (1999) além dos aspectos citados traz a questão da organização social e diversidade cultural. De tal forma percebe-se que a agroecologia vai muito além de questões agrícolas produtivas.

Nos relatos dos agroecologistas sobre as motivações para produzir de forma agroecológica, fica evidenciado o fato que a opção pela agroecologia não se deve apenas a aspectos produtivos. Muito embora apareça o não uso de agrotóxicos, nota-se também a preocupação com a renda, a sustentabilidade com qualidade de vida, a comercialização e o envolvimento do governo em todas as esferas atuando no incentivo às práticas agroecológicas.

No relato de Aeco2 se faz presente a questão da insegurança que se tem quando se trata de comercializar os produtos via programas PAA e PNAE. Conforme já abordado, a questão do acesso deles a tais programas muitas vezes não acontece devido à normatização e burocracia exigida. Quando Aeco2 fala em “leilão

com o povo”, está se referindo ao fato que se não há uma entidade governamental ou privada que os auxilie na comercialização com a execução dos programas, eles ficam sem poder comercializar. Isso acontece em especial com o PNAE, onde anualmente é aberto edital de participação e vence quem apresenta a melhor proposta, em especial com preços mais baratos.

Também se percebe que a opção deles pela agroecologia está relacionada à geração de renda e redução dos custos de produção. Como vimos, tal fato está relacionado à questão de que o incentivo que se deu para a chamada modernização da agricultura, não era viável para muitos dos pequenos produtores. De tal forma a agroecologia vem reforçar o projeto da agricultura familiar de sustentabilidade e diversificação produtiva sendo uma estratégia de permanência no campo.

Quadro 6 – Do ponto de vista governamental qual a maior dificuldade que os agroecologistas têm para buscar apoio.

Subcategoria	Depoimento
Do ponto de vista governamental qual a maior dificuldade que os agroecologistas têm para buscar apoio.	Agov: “É, eu tenho uma opinião né, com relação a isso é, e o maior problema que eu vejo é cultural. Porque o agricultor ele é acostumado, ele tem uma tradição em fazer no sistema que ele faz, e quando aparece uma novidade ele fica com medo, ele fica preocupado. Então é essa, no meu entendimento é um problema, é um problema e acaba dificultando. A outra questão é o individualismo dos agricultores, eles não gostam muito de tá no associativismo, de tá trabalhando em grupo, isso dificulta bastante. É, e uma outra questão é a segurança, é que eles não tem na comercialização dessa produção, porque não é comum isso né, então. Porque a agroecologia ela é ampla né, não é só você diz não to usando produto químico, ela é bem diferente do que você produzi orgânico né. Então ele fica receoso, então eu te entendo rapidamente que essas três questões são as que mais dificultam.”

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

O relato de Agov sobre a dificuldade que os agroecologistas têm para buscar apoio governamental traz três (3) questões: questão cultural; individualismo e a insegurança na comercialização.

Na questão cultural, Agov ressalta que o agricultor tem dificuldades em aceitar novidades. Por este ponto de vista, pode-se entender segundo o relato de Agov, que os agroecologistas de Guarapuava têm dificuldades em aceitar novas técnicas, novas iniciativas, ou seja, em acompanhar as novas formas de inserção no mercado, de organização, de planejamento da produção, de formas de

financiamento. No entanto, Agov não cita nenhuma ação em âmbito municipal para exemplificar isso, seu relato é baseado na experiência enquanto agente governamental, não em iniciativas não aceitas pelos agroecologistas.

Por outro lado, a questão cultural é importante ser destacada, haja vista que ela reflete um pouco de processo de desenvolvimento da agricultura no município, o cotidiano do agricultor familiar e do agroecologista, até mesmo a relação com o poder público municipal. Essa questão cultural deve ser levada em conta caso o município deseje desenvolver alguma ação junto aos agroecologistas. Isso está relacionado ao que diz Giustina (2013) que para que haja participação efetiva é preciso considerar o cotidiano da realidade social.

A outra dificuldade elencada por Agov remete ao individualismo. De certa forma, tal fato pode estar ligado também à questão cultural e, nos relatos acima, aparece a dificuldade que os agroecologista de Guarapuava tem em relação ao associativismo e organização. Fato esse abordado por Navarro (2001) ao falar da escassa tradição associativa no campo brasileiro. Guarapuava certamente é um reflexo disso.

E por fim, Agov aponta a insegurança quanto à comercialização dos produtos agroecológicos. Como já abordado, percebe-se que tal questão está ligada a burocracia e exigências das políticas públicas de apoio a comercialização (PAA e PNAE) e, da falta de apoio, inclusive do governo municipal no sentido suporte técnico na gestão destes programas e ou, desenvolvendo outras ações no âmbito municipal.

Quadro 7 – fale um pouco de sua experiência enquanto agroecologista.

Subcategoria	Depoimentos
fale um pouco de sua experiência enquanto agroecologista.	Aeco1: “Na nossa propriedade assim, a gente produz produto orgânico, por causa do preço a gente pensou já em desisti de planta orgânico e começa com o agrotóxico de novo porque o preço não ajuda mais tá, vai aguarda aí mais uns dois anos, um ou dois anos pra vê se, se a gente consegue dá a volta por cima e faz só o orgânico direto, porque, porque é muito mais saúde né o produto orgânico.” Aeco2: “Bão eu, eu gostei de lida, eu acho uma excelente oportunidade, pra quem é, pra pequena propriedade, pro pequeno agricultor. É um meio barato de se planta, é um pouco sacrificoso, porque você tem que faz tudo manual né, ou meno quase tudo manual, é bastante serviço, mais é uma boa alternativa para se ter uma renda melhor dentro da propriedade, dentro da casa, que tem muita gente aqui do lugar que podia te uma renda melhor pra

	gente se manter dentro da propriedade né, porque senão é difícil, é difícil, aqui sem um, um. A gente mora num lugar que tudo, tem tudo pra da certo a ecologia. Nós tamo no, numa serra de APA, que é de proteção do meio ambiente, que nois mora numa região de APA que é protegida pelo meio ambiente, que, aonde que a gente poderia ter mais oportunidade, que já é um lugar protegido pela lei do governo, tem bastante mata, mais que a maioria não tem outra opção. Eu acho que já por a gente tá numa APA o governo devia libera mais verba pra esses lugar aqui. Porque gente, sem dinheiro pra ajudar o pequeno, nós pequeno não chegamo a lugar nenhum, nós vamo patina, patina e continua no mesmo lugar, i nossos filho tão vasando do campo gente. E eu não tiro a razão deles, porque eu não faço mais o que eu faria, que eu fiz um tempo atrás que foi lida com veneno, bomba costal. Porque não tem condição de ter uma máquina melhor pra se fazer isso. Você, é, o sofrimento é muito grande pra você chega no fim do ano e não vê nada, absolutamente nada. A gente procura os governo, se é pra veneno, tem um incentivo imenso, se vai lá, não quero planta tantos alqueire de soja, quero planta tantos hectares de fumo, pra isso tem dinheiro, tem dinheiro a vontade, agora pro pequeno é uma burocracia. Agora que que adianta, se vai lá o governo libera lá mil reais, dois mil reais pra você ajeitar um, um pedacinho de chão, isso não vai ajudar em nada. E garantir, garantir a compra daquilo que você produz. Se não garantir o que você produz, não adianta produzir, porque você não consegue vende né, inclusive ajudando a transporta né, porque é pequeno, o pequeno não tem condição. Precisa um veículo pra transportar. Não precisa de um veículo pra cada lavrador, pode ser em grupo.”
fale um pouco de sua experiência enquanto agroecologista.	Aeco3: “Bom, no início eu era apenas um produtor, trabalhava apenas com a produção e iniciamos a venda no PAA de outra associação, de outro município, lá do Pinhão. E depois eu entrei na associação ASIMP né, é fui parte do quadro de sócios, não trabalhei enquanto produtor pra ASIMP e entrei na diretoria também né, i nesse tempo, 3 anos nós tivemos muita dificuldade na execução dos projetos, do PAA e do PNAE devido a burocracia e a falta de pessoal. E a organização dos produtores também foi muito dificultosa.”

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Em Aeco1, percebem-se dois aspectos. Primeiro, o fato de ele produzir de forma agroecológica está relacionada ao preço diferenciado na hora da comercialização dos produtos, por essa perspectiva, a produção agroecológica está condicionada à comercialização com preços bem acima dos alimentos convencionais. Mas por outro lado, Aeco1 fala também sobre a questão da

preocupação com a saúde, tendência essa que acompanha o aumento da procura por alimentos orgânicos e agroecológicos. Em Assis (2006, p. 83).

[...], faz-se necessário o estabelecimento de mecanismos de crédito (custeio e investimento), associados à assistência técnica habilitada em agroecologia e à viabilização de canais de comercialização para uma produção agrícola diversificada (principalmente via mercado local), voltados a atender, num processo de desenvolvimento rural sustentável, às demandas de agricultores familiares descapitalizados, com baixo nível de informação, principalmente no caso de simples produtores de mercadorias ou semi-assalariados com frágil inserção no mercado ou produtores de subsistência (ASSIS, 2006, p. 83).

A questão do preço dos produtos agroecológicos tem um diferencial de 30% a mais em relação ao preço dos produtos convencionais quando se trata de aquisição governamental via PAA e PNAE. No entanto, em relatos anteriores Aeco1 falou da questão de falta de informação e acompanhamento direto nas propriedades. Portanto, se houvessem outras formas de apoio como, por exemplo, acompanhamento técnico no cultivo agroecológico e assessoria para que eles pudessem comercializar via programas governamentais inclusive com ajuda no transporte dos alimentos, estes teriam custos de produção mais barato e o preço por mais que permanecesse o mesmo, a renda seria maior.

Aeco3 relata situações que constantemente apareceram nos relatos dos agroecologista e de Agov, é a burocracia para o acesso e gestão dos programas, e a questão da organização dos agroecologistas.

Destacamos que Aeco3 teve experiência direta na execução dos programas PAA e PNAE enquanto sócio da ASIMP, associação que fazia a comercialização dos produtos por meio destes programas, ou seja, era uma entidade executora.

De tal forma a burocracia junto com o fato da dificuldade de organização dos agricultores e agroecologistas se apresentam para ele como os principais fatores que dificultam o acesso às políticas públicas que têm como objetivo o apoio a agroecologia.

Ao falar da experiência enquanto agroecologista, assim como em Aeco3 visualiza-se em Aeco2, a esperança de que por meio da agroecologia possa ser alcançada a sustentabilidade na propriedade podendo gerar condições para que a família possa sobreviver com qualidade de vida no meio rural, tendo renda do próprio trabalho na propriedade.

Isto vai ao encontro com a análise de Assis (2006), em que defende que a agroecologia é uma importante estratégia de renda e sustentabilidade para a

pequena propriedade. Pois com a “revolução verde”, muitos dos pequenos agricultores não tiveram condições financeiras e foram desfavorecidos no acesso aos investimentos necessários para a adoção do pacote tecnológico indispensável para essa forma de cultivo, e também ela era muito mais viável para as grandes propriedades. Assis (2006, p. 78) cita que:

Analisando-se os princípios teóricos da agroecologia diante das características da produção familiar, verifica-se que a agroecologia se adequa mais facilmente à realidade de sistemas de organização familiar da produção agrícola, na medida em que estes possuem estruturas de produção diversificadas e com um nível de complexidade desejado, sem prejuízo das atividades de supervisão e controle do processo de trabalho (ASSIS, 2006, p.78).

Aeco2 ressalta ainda a importância do investimento estatal para o desenvolvimento da agroecologia. Como vimos em Oliveira (1996) e Delgado (2004) a modernização conservadora, que pode ser entendida também como revolução verde, não resolveu o problema da desigualdade entre os grandes e pequenos produtores, sendo que estes últimos, em boa parte, ficaram à margem deste processo, ou seja, excluídos e sem atenção estatal.

Para Delgado (2004, p. 13).

Observe-se que agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de estado (DELGADO, 2004, p. 13).

Vislumbra-se neste contexto a força da bancada ruralista, defendendo sempre os interesses dos grandes proprietários em detrimento do desenvolvimento da agricultura familiar representada em especial na agricultura de subsistência e da agroecologia

Conforme o Jornal da Câmara de 29 de outubro de 2010, na legislatura 2006-2010, dos 513 deputados que compõem a câmara federal 241 podem ser classificados como ruralistas.

O Paraná conta com 30 deputados na Câmara Federal, e a representatividade da bancada ruralistas é muito forte. Conforme Quem Bancou a Bancada (05\12\2010), dezesseis deputados são ruralistas, e ainda complementa:

Empresas ligadas ao agronegócio foram as principais financiadoras de campanha dos 30 deputados federais eleitos pelo Paraná neste ano. Entre os R\$ 16,3 milhões doados por pessoas jurídicas a integrantes da futura bancada estadual em Brasília, R\$ 6,4 milhões (39,5%) vieram do setor (R\$ 1,45 milhão apenas de cooperativas agrícolas). Em seguida, os principais colaboradores foram instituições ligadas à construção civil, com R\$ 2,1 milhões (12,8%), e à produção de energia e combustíveis, com R\$ 918 mil (5,6%) (Quem Bancou a Bancada. 05\12\2010).

Conforme o Plano Agrícola e Pecuário 2013\2014 o governo destina 136 bilhões de reais para a agricultura, desse total, 39 bilhões vão para a agricultura familiar, os outros 97 bilhões ficam para os agricultores não familiares. Por este ponto de vista o relato de Aeco2 expressa as dificuldades encontradas pelos agroecologistas e a tratamento desigual por parte do Estado em relação ao agronegócio e, isso acontece nas diversas esferas de governo (federal, estadual e municipal), sendo sem dúvidas, um entrave ao processo de desenvolvimento da agroecologia. Assis (2006, p. 82):

[...]. Nas diferentes formas de organização social da produção, cabe ao Estado, no Brasil historicamente à margem do processo de difusão deste modo de produção, um papel fundamental, estabelecendo políticas públicas específicas, nas diferentes hierarquias de poder (federal, estadual e municipal), em suas competências específicas, particularmente nas áreas de crédito, pesquisa e extensão e, em especial, procurando abrir mercados, fomentar a produção e apoiar a organização autônoma de agricultores familiares, público este que apresenta maior potencial de inserção em um processo de desenvolvimento rural sustentável que tenha como mote tecnológico práticas agroecológicas. Em segundo lugar, a utilização do conceito de sustentabilidade exige uma reflexão sobre a possibilidade de se instituir políticas públicas para alcançar um desenvolvimento rural de caráter sustentável. Isto leva a pensar nos contextos econômico-sociais nos quais essas políticas devem ser inseridas, de modo que a aplicação dessas políticas não seja feita de forma abstrata, desconsiderando-se os contextos históricos e culturais nos quais devam ser implementadas. Ao contrário, devem responder às necessidades naturais e sociais de tais contextos (ASSIS, 2006, p. 82).

Continuando com Aeco2, percebe-se ainda uma desarticulação entre as políticas públicas, Quando ele fala “estamos numa serra de APA”, está se referindo ao fato de que sua propriedade e a de outros agroecologistas estão localizadas na Área de Preservação Ambiental da Serra da Esperança. A reclamação dele é que mesmo estando numa APA não há nenhum apoio ao desenvolvimento de práticas ecologicamente corretas como, por exemplo, a agroecologia. Não obstante existe ausência de políticas e ou se elas existem estão acontecendo de forma incorreta, pois “devem responder às necessidades naturais e sociais de tais contextos” (ASSIS, 2006, p. 82).

E por fim, Aeco2 explicita certa ausência de assistência do poder público, ao falar da importância de apoiar a comercialização e até mesmo contribuir com transporte dos produtos, disponibilizando um veículo para os agroecologistas.

CONCLUSÃO

De tal maneira, nota-se que as representações da agricultura familiar e da agroecologia na sociedade civil, buscam por meio do Estado apoio, para que tanto a agricultura familiar quanto a agroecologia mereçam atenção estatal; seja ela implementando políticas públicas, disponibilizando recursos e apoiando esse tipo de produção. No entanto, trava um embate com o agronegócio burguês (hegemônico) e que atua no sentido de manter-se enquanto tal, posicionando-se contrário a atenção estatal para a agricultura familiar e agroecologia, ou pelo menos fazendo com que esta atenção chegue numa escala muito inferior à destinada ao agronegócio burguês. No que diz respeito à sociedade civil, mais especificamente as organizações e associações de agroecologistas em Guarapuava, nota-se certa desarticulação e dificuldade organizacional. Isso revela um traço distinto do que ocorre a nível federal. Pode-se ligar essa pouca capacidade associativa e organizacional aos aspectos históricos, culturais e de apoio do governo municipal. Guarapuava teve no início de sua formação atividades ligadas a pecuária extensiva e agricultura apenas para subsistência praticada pelos escravos, empregados ou arrendatários dos grandes proprietários de terra, ou seja, eram de certa forma subordinados ao latifundiário (patrão), fato este que interfere no associativismo, pois tudo é centralizado em torno do latifundiário. A cultura herdada do tropeirismo, da sociedade campeira, com técnicas rudimentares de cultivo do solo, a própria agricultura de subsistência praticada no passado não exigia um grau de associativismo e organicidade coletiva. Ainda o fato da imigração (suábios) com uma forte organização associativa e cooperativa expressa na fundação da cooperativa Agrária, não atingiu os agricultores familiares já existentes no município no sentido disseminar o associativismo. E por fim, a ausência de uma ação ou programa do governo municipal em relação ao apoio no diz respeito ao associativismo ou mesmo na produção e comercialização dos produtos agroecológicos reflete sobre tal fato.

A agroecologia supera um conceito produtivista e mercadológico, envolvendo questões sociais, ambientais e culturais. No entanto, baseado nos relatos dos agroecologistas de Guarapuava é marcante o fato da comercialização e do aumento da renda da família. De tal forma fatores tipicamente capitalistas aparecem, em alguns momentos, mais fortes e determinantes do que preconiza o conceito amplo da agroecologia que, tem como pilares três questões importantes,

devendo ser economicamente viáveis, ambientalmente sustentáveis e socialmente justos. Em alguns momentos o “economicamente viável” se sobrepõem aos outros fatores.

Mas, mesmo de forma precária e com algumas dificuldades os agroecologistas estão buscando se organizar especialmente por meio de associações para buscar apoio governamental em todas as esferas de governo. Isso demonstra consonância com a estratégia dos movimentos sociais da agricultura familiar e agroecológica a nível nacional e estadual de se fortalecer enquanto contra-hegemonia e ganhando cada vez mais espaço no Estado e na sociedade, e quem sabe um dia chegar a ser hegemônica.

Por outro lado, mesmo o governo municipal não tendo nenhuma ação ou programa específico para a agroecologia, demonstra estar aberto a ouvir proposta e juntamente com os agroecologistas desenvolver ações que possam ser incentivadoras e alavancadoras desta prática no município. Fato que pode ser comparado a nível municipal com o de um “estado ampliado”.

Outro fator importante a ser destacado, é que os governos em todos os níveis e mais diretamente o municipal, não percebeu ainda a necessidade de auxiliar os agroecologistas no que diz respeito à questão organizacional e associativa, que, conforme comentado no caso guarapuavano, certamente está relacionada aos fatores históricos de formação do município. Foi possível perceber que algumas políticas e programas nem sequer foram citados pelos agroecologistas. O programa Paraná agroecológico e o Pronaf agroecologia em nenhum momento aparecem nos relatos. Fato esse que remete à questão que, muitas vezes alguns programas ou políticas são pensados descolados da realidade ou do cotidiano do público ao qual são direcionadas, neste caso tende a ser ineficazes. Percebe-se também uma lacuna quando se trata de apoio do governo municipal ao mediar e apoiar os agroecologistas no acesso às políticas a nível federal. Esse fato tem influenciado diretamente no acesso dos agroecologistas guarapuavanos às tais políticas (PAA e PNAE). Da Silva (2008) bem destacou a questão do “poder local”, em Guarapuava isso é perceptível, e, certamente contribui para que não haja uma abertura maior do governo municipal em pensar e fazer acontecer ações que permitam fortalecimento da agroecologia. Isso é reflexo de uma sociedade campeira, determinada pelo latifúndio, conservadora e que tem até hoje suas relações de poder estão vinculadas a estas raízes, isto reflete na política municipal.

Concomitantemente, os movimentos sociais ligados a agricultura familiar e agroecológica em Guarapuava, não apresentam a mesma organicidade e articulação que se verificou nos movimentos sociais a nível nacional. Logo, sua capacidade de pressionar o governo local é fragilizada.

No entanto, embora frágeis, tais movimentos sociais existem e, pelo relato dos agroecologistas necessitam de apoio e citam os governos (federal, estadual e municipal) como fundamentais para que eles consigam se fortalecer e desenvolver as práticas agroecológicas.

É imprescindível que ocorram ações em especial a nível municipal no sentido de informar os agroecologistas a respeito de quais ações e programas existe para a agroecologia, apoio técnico na produção agroecológica, na questão organizacional e na comercialização dos produtos. A Universidade (UNICENTRO) deveria estar envolvida neste processo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. Campinas – SP, 2º Ed, Hulcitech, 1998.

ALMEIDA, Jalcione. Por um novo sentido à prática da agricultura. In. ALTIERI, Miguel. Agroecologia: **a dinâmica produtiva da agricultura sustentável** / – 4.ed. – Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.

ALTIERI, Miguel A. **AGROECOLOGIA** Bases científicas para uma agricultura sustentable. 4º ed. Montevideo: editorial Nordan-Comunidad, 1999. 325 p.

ASSIS, Renato Linhares. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Revista de Economia Aplicada**. v.10, n. 1. p 75-89, Janeiro a Março de 2006.

BAUER, Martin W; Gaskell. George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: Um manual prático. 7º Ed. São Paulo: Vozes Editora, 2008, p. 516.

BRANDENBURG, Alfio. **ONGs e agricultura familiar**: a experiência da RURECO no desenvolvimento da agricultura familiar na Região Centro-Oeste do Paraná. 1997, s/n f. (Tese de doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: (s/n), 1997.

BONI, Valdete e BOSETT, Cleber José. Agricultura familiar e campesinato: qual desenvolvimento rural? **Foro Biental Iberoamericano de Estudios Del Desarrollo**. Santiago – Chile, 2013, p 20. Disponível em:
http://www.riedesarrollo.org/memorias/2013/mesas/mesa3/3.1.1%20Valdete%20Boni%20Cleber%20Jose%20Bosetti_Agricultura%20familiar%20e%20campesinato%20PDF.pdf

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN; Departamento de Apoio à Aquisição e à Comercialização de Produção Familiar – DECOM. **MANUAL OPERATIVO**: modalidade compra com doação simultânea operação por meio de termo de adesão. Brasília, Fevereiro de 2014. Disponível em < > acesso em 19 de Junho de 2014.

_____. **DECRETO Nº 7.794, DE 20 DE AGOSTO DE 2012** que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Disponível em:
 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm>
 Acesso em 20 de novembro de 2012.

_____. **LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>, acesso em 13 de janeiro de 2013).

_____. **LEI Nº 11.346 \2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, 2006.

_____. **LEI Nº 11.947\2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em [kdfjhdhkkgh](#)

_____. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. **PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2006\2007**: Para vencer os desafios do campo, disponível em http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Ministerio/planos%20e%20programas/pap%202006%202007.pdf. Acesso em 15 de Julho de 2012.

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA, **CENSO: Agricultura familiar produz mais em menor área**, disponível em http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=3594546. Acesso em 15 de Julho de 2012.

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Plano Agrícola e Pecuário 2013\2014**. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/pap>, acesso em 20 de agosto de 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Programa de Aquisição de Alimentos**: manual operativo, modalidade compra com doação simultânea, operação por meio do termo de adesão. Brasília, 2010, p. 174.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portalmdda/sites/default/files/ceazinepdf/livroPAA10Anos%5Bsmallpdf.com%5D.pdf> acesso em 24 de junho de 2014.

CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER/IICA, 2004. 24p.

COSTA, L. C. **Anotações da disciplina Estado e Políticas Públicas**. Ponta Grossa: Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais Aplicadas UEPG- PR, 2013. Anotações de sala de aula feitas por Nilson Roberto Taques.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. 3º Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. 320p.

_____, Carlos Nelson. **Marxismo e Política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. 3º Ed. São Paulo, Cortez, 2008.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. **Desenvolvimento territorial e desenvolvimento rural: o caso do Paraná Tradicional**. 2003. s/n fl (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Brasil. 2003, s/n fl.

_____, Luiz Alexandre Gonçalves. **O Crédito Rural e a Modernização da Agricultura Paranaense 1970-1980**. 1987. s/n fl (Mestrado em História Econômica do Brasil) pela Universidade Federal do Paraná- UFPR, Curitiba, 1987.

DA SILVA, Marcia. Poder local: conceito e exemplos de estudos no Brasil. **Revista eletrônica Sociedade & Natureza**. Vol. 20 nº.2. Uberlândia, 2008. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1982-45132008000200004>

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACOUND, Luciana (org). **Questão Social e Políticas sociais no Brasil Contemporâneo**. Instituto de pesquisa econômica aplicada - IPEA Brasília. 2005, p. 51-90. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/rosto_introducao.pdf Acesso 05 de julho de 2014.

DELGADO, Guilherme Costa. **O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea**. IPEA: Texto para discussão nº 1025. Brasília. Junho de 2004. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4608 > acesso em 04 de julho de 2014.

DI GIOVANNI, Geraldo. **Estruturas Elementares das Políticas Públicas**. Caderno de Pesquisa Nº 82. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP. Campinas: 2009.

DOSSIÊ (ABRASCO). **Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde coletiva. Parte 1- Agrotóxicos, Segurança Alimentar e Saúde**. Rio de Janeiro 2012.

EBERHARD, Aline. **Plano Safra destina R\$ 39 bi para Agricultura Familiar**. In: Fetrafsul. O6 de julho de 2013. Disponível em : http://www.fetrafsul.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2558:plano-safra-destina-r-39-bi-para-agricultura-familiar&catid=1:ultimas-noticias&Itemid=104>

FAORO, R. **Os Donos do Poder**. 10º Ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 3º ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987. 366p.

FERRARI, E. A. ; ABRAAO, S. S. . Pronaf Agroecología: sistematización de una experiencia llevada a cabo en la Zona da Mata de Minas Gerais. In: Gabriela Scotto. (Org.). **Aun hay tiempo para el sol. Pobrezas rurales y programas sociales: Brasil, Venezuela, Guatemala. Una mirada desde lo local.** 1ed. Rio de Janeiro: Action Aid - Oficina Regional Américas, 2008, v. 1, p. 65-89.

FRANCO, Maria Silvy de Carvalho. **Homens Livres Na Ordem Escravocrata**. 4ª Ed. São Paulo: UNESP, 1997.

Fundação RURECO. **Agricultura Familiar**. Guarapuava – PR. Disponível em: <http://www.rureco.org.br/main.php?page=fundacao>

GABRECHT, A. O olhar de Gramsci sobre a cultura. In RODRIGUES, Márcia. B. F. (org). **A atualidade do pensamento de Antônio Gramsci para a história política**. Vitória – ES. Editora UFES, 2005. 55p.

GAIOVICZ, Elaine Fabiane. **Território e Poder**: A produção agroecológica como estratégia de desenvolvimento territorial. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2011. 160 p.

GALINDO, Ernesto Pereira; SAMBUICHE, Regina Helena Rosa; DE OLIVEIRA, Michel Angelo Constantino. **Compras de produtos agroecológicos e orgânicos da agricultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos**¹. In - Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. PAA: 10 anos de aquisição de alimentos. - Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/ceazinepdf/livroPAA10Anos%5Bsmallpdf.com%5D.pdf>> acesso em 24 de junho de 2014.

GIUSTINA, Emilie Faedo. **A participação da sociedade civil e questão da Segurança Alimentar e Nutricional em Guarapuava – PR**. 2013, 175f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Aplicadas). Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Ponta Grossa, 2013.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Revista Saúde e Sociedade**. vol.13 no.2 São Paulo May/Aug. 2004. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902004000200003> acesso em 10 de julho de 2014.

GOMES, Marquiana de Freitas Vilas Boas. **Trajetória Ambiental de Guarapuava**: leituras da paisagem 2009, 352 f. (Tese Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia UNESP. Presidente Prudente, 2009.

GONÇALVES, Anderson. Os principais produtos da agricultura paranaense. In: **Jornal Gazeta do Povo**, edição de 13/12/2011. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/retratosparana/curiosidades/conteudo.php?id=1202323>>, acesso em 07 de julho de 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v.1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010. 496 p.

_____, Antonio. **Cadernos do Cárcere Vol III**. Rio de Janeiro: Ed Civilização Brasileira, 2000. 240 p.

_____, Antonio. **Cadernos do Cárcere Vol. 5**. Rio de Janeiro: Ed Civilização Brasileira, 2002. 461 p.

_____, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 1991. P, 244.

Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER. **Processo Agricultura Orgânica**. Disponível em <http://www.emater.pr.gov.br/emater.php?emater=2&mid=87>>. Acesso 15 de janeiro de 2012.

IPARDES. **Paraná em números**. 2014, disponível em: http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1 acesso em 07 de julho de 2014.

KRÜGER, Nivaldo Passos. **Guarapuava: seu território, sua gente, seus caminhos, sua história**. 2ª edição revisada e ampliada. Guarapuava, 2007, p. 301.

LIMA. Luiz Carlos; SANTOS. Wanda Terezinha Pacheco. Forum permanente de desenvolvimento Paraná Centro: Conquistas e desafios para o desenvolvimento Regional. IN- CAMARGO. Gisele; CAMARGO FILHO. Maurício; FAVARO. Jorge Luiz (org). **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar. Guarapuava**: ED. UNICENTRO, 2004, p.309.

LINHARES, Maria Yeda. SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 211p.

LUIZ, D. E. C. Orientações Clássicas do Pensamento Gramsciano Para Pensar a Sociedade Contemporânea. In. COSTA. Lúcia Cortes (org). **ESTADO E DEMOCRACIA**: Pluralidade de questões. Ponta Grossa: editora UEPG, 2008. 268p.

MARTINELLI, Maria Lucia (org). **Pesquisa Qualitativa**: um desafio instigante. São Paulo: Veras Editoras, 1999.

MEC \ FNDE. **Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae**: Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE. MEC \ FNDE. Brasília, 2010. 3ª edição atualizada.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em Saúde. 9ª Ed. Revista aprimorada. São Paulo: Hucitec, 2006.

MONTEIRO, Tânia. **Dilma anuncia redução de juros pra a agricultura familiar**, disponível em http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/57629_DILMA+ANUNCIA+REDUCAO+DE+JUROS+PARA+AGRICULTURA+FAMILIAR>. Acesso em 15 de Julho de 2012.

MÜLLER, Ana Luiza. **A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: o caso do programa de aquisição de alimentos.** 2007, 128f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2007. 128f.

NASCIMENTO, Gilberto. **Ruralistas querem atrair mais de 200 parlamentares.** In Jornal da Câmara, edição semanal 29 de outubro a 4 de novembro de 2010. Disponível em <http://www.camara.leg.br/internet/jornalcamara/> Acesso em: 28/07/2014

NAVARRO. Zander Soares de. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro.** Estudos avançados. São Paulo. Vol. 15, n. 43 (set./dez. 2001), p. 83-100. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300009>>, acesso aos 15 de Junho de 2013.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia: Crítica da moderna Agricultura.** São Paulo, 2º Ed, Editora Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, Ariovaldo. U. de. Agricultura Brasileira: Transformações recentes. In. ROSS, J.L.S (org). **Geografia do Brasil.** SP: Edusp, 1996, p. 465-534.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. **Documento-Base para o Programa Paraná Agroecológico.** Curitiba: DIOE, 2011. 67 p.

PORTO, Sílvia Isopo. et all. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): dez anos de uma política pública múltipla e inovadora.** In: **Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. PAA: 10 anos de aquisição de alimentos.** -- Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/portalmdda/sites/default/files/ceazinepdf/livroPAA10Anos%5Bsmallpdf.com%5D.pdf>> acesso em 24 de junho de 2014.

Projeto “**Centro Mesorregional de Difusão de C&T das Regiões Centro e Centro Sul:** Formação humana e potencialização econômica da cultura agroecológica.” (CV 77/09 IEEP/ SETI/ Fundação Araucária através do programa Universidade Sem Fronteiras).

Projeto de Cooperação Técnica FAO / INCRA. **Novo Retrato da agricultura Familiar: o Brasil Redescoberto.** Brasília. 2000, 74p.

Quem bancou a Bancada. Gazeta do Povo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 05/12/2010. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/edicaododia/?data=2010-12-05%2023:00:00>>. Acesso em 20 de setembro de 2013.

REVISTA CANAVIEIROS. **Plano safra ajuda Brasil a enfrentar a crise diz Dilma**, disponível em <<http://www.revistacanavieiros.com.br/conteudo/plano-safra-ajuda-brasil-a-enfrentar-crise-diz-dilma>>. Acesso em 15 de Julho de 2012

SABOURIN, Eric. **Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751. set./dez. 2007

SCHENEIDER, Sérgio. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil:** o contexto e as questões em debate. Rev. Econ. Polit. vol.30 no.3 ver páginas São Paulo July/Sept. 2010. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572010000300009>>. Acesso em 15 de junho de 2014.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil:** cultura e educação para a democracia. Petropolis, RJ: Vozes, 1999.

SHERER-WARREN, Ilse. Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais. In: **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006

SILVA, F.B. JACCOUD, L. BEGHIN, N. **Políticas sociais no Brasil:** participação social, conselhos e parcerias. (cap. 8) in: Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Luciana Jaccoud (org) IPEA. Brasília, 2005.

SIMIONATO, Ivete. Razões para continuar utilizando a categoria sociedade civil. In: Luiz, Danuta E. Cantoia (org). **Sociedade Civil e Democracia:** expressões contemporâneas. São Paulo: Veras Editora, 2010. P. 29 – 54.

SOUZA, Osmar Martins e DOMINGUES, Analéia: **O materialismo-histórico:** uma nova leitura da forma de ser dos homens. Nupem – núcleo de pesquisa multidisciplinar . IV EPCT – encontro de produção científica e tecnológica. Outubro de 2009. Disponível em: http://www.fecilcam.br/nupem/anais_iv_epct/PDF/ciencias_humanas/10_MARTINS_DOMINGUES.pdf. Acesso em 08 de julho de 2014.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade.** AATR-BA, 2002, p.11 - Disponível em: < http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf>. Acesso em 20 de novembro de 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. 1º Ed. 20º reimpr. São Paulo, Atlas, 201, p.175.

WANDERLEY, B. N. de Maria. Capital e Propriedade Fundiária na Agricultura Brasileira. IN. ARAÚJO, Braz José (coord). **Reflexões Sobre a Agricultura Brasileira.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

WELFORT, C. Franciso. (org). **Os Clássicos da Política 1.** São Paulo: Ática, 1999. P. 287.

WILKINSON, John. Distintos enfoque e debates sobre a produção familiar no meio rural. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.** Porto Alegre, Vol 1, nº3, 2000. P. 21 -30.